

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**CLIENTELISMO, CORONELISMO E RELAÇÕES DE
PODER NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1900):
SANTA MARIA COMO PALCO DE DISPUTAS
POLÍTICAS E JOGOS DE INTERESSES ENTRE OS
CHEFES REPUBLICANOS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Fabício Rigo Nicoloso

**SANTA MARIA, RS, BRASIL
2011**

**CLIENTELISMO, CORONELISMO E RELAÇÕES DE PODER
NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1900): SANTA MARIA
COMO PALCO DE DISPUTAS POLÍTICAS E JOGOS DE
INTERESSES ENTRE OS CHEFES REPUBLICANOS**

Fabrício Rigo Nicoloso

Monografia apresentada ao Curso de Especialização do Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História do Brasil, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em História.

Orientador: Prof. Dr. André Átila Fertig

**Santa Maria, RS, Brasil
2011**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em História**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**CLIENTELISMO, CORONELISMO E RELAÇÕES DE PODER NA
PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1900): SANTA MARIA COMO PALCO
DE DISPUTAS POLÍTICAS E JOGOS DE INTERESSES ENTRE OS
CHEFES REPUBLICANOS**

elaborada por
Fabício Rigo Nicoloso

como requisito parcial para a obtenção do Grau de
Especialista em História

COMISSÃO EXAMINADORA

André Átila Fertig, Dr.
(Presidente/Orientador)

Beatriz Teixeira Weber, Dr.

Vítor Otávio Fernandes Biasoli, Dr.

Carlos Henrique Armani, Dr.

Santa Maria, 27 de outubro de 2011

Agradeço a minha família, que é o pilar que dá sustento à minha vida, através do qual tiro forças e inspiração para cada passo que dou em minha trajetória. Faço um agradecimento especial à Professora Maria Medianeira Padoin, que me guiou nos primeiros momentos da pesquisa acadêmica e que vem acompanhando meu desenvolvimento na Pós-Graduação em História, sempre atenciosa e pronta para ajudar a qualquer momento. Agradeço também, com muita estima, ao Professor André Átila Fertig, que me orientou na realização deste trabalho com sua experiência no campo da pesquisa e conhecimentos teóricos e com sua amizade. Por fim, agradeço a Deus, que acredito ser a inteligência primeira, força universal que gera a vida e a beleza em todos os recantos do universo.

DAS UTOPIAS

Se as coisas são inatingíveis... ora!

Não é motivo para não querê-las...

Que tristes os caminhos, se não fora

A presença distante das estrelas!

(Mário Quintana)

RESUMO

Monografia de Especialização
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Santa Maria

CLIENTELISMO, CORONELISMO E RELAÇÕES DE PODER NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1900): SANTA MARIA COMO PALCO DE DISPUTAS POLÍTICAS E JOGOS DE INTERESSES ENTRE OS CHEFES REPUBLICANOS

Autor: Fabrício Rigo Nicoloso

Orientador: André Átila Fertig

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 27 de outubro de 2011.

Este trabalho tem por objetivo compreender as relações entre poder local e poder estadual, envolvendo os Coronéis republicanos de Santa Maria e o governo do Partido Republicano Rio-Grandense, sob a Presidência de Júlio de Castilhos, nos primeiros anos da República (1889-1900), reconstituindo conflitos que se davam nos bastidores do PRR local. Como referencial teórico utilizou-se os preceitos da Nova História Política, que abrange conceitos como cultura política, relações de poder, mentalidades políticas, dentre outros. As fontes encontradas durante a pesquisa são constituídas basicamente pelos jornais republicanos “A Federação” e “O Combatente”, localizados respectivamente no Arquivo Histórico de Santa Maria (AHSM) e na Casa de Memórias Edmundo Cardoso (SM), e pelas cartas enviadas pelos chefes republicanos de Santa Maria a Júlio de Castilhos, pertencentes ao Fundo Acervo Júlio de Castilhos no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Através da análise de conteúdo (AC) dos jornais e das cartas, pela divisão dos textos em categorias temáticas, foi possível reconstruir conflitos que envolviam grupos rivais no interior do PRR local desde os primeiros momentos da República, em que os Coronéis republicanos disputavam a atenção de Júlio de Castilhos para a resolução de suas pendengas, numa relação de poder marcada por clientelismo e trocas de favores.

Palavras-chave: Santa Maria, PRR, Coronéis republicanos.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Monografia de Especialização
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Santa Maria

CLIENTELISMO, CORONELISMO E RELAÇÕES DE PODER NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1900): SANTA MARIA COMO PALCO DE DISPUTAS POLÍTICAS E JOGOS DE INTERESSES ENTRE OS CHEFES REPUBLICANOS

Autor: Fabrício Rigo Nicoloso

Orientador: André Átila Fertig

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 27 de outubro de 2011.

This work has for objective understand the relations among local power and center power, involving the republicans leaders from Santa Maria and the government of Partido Republicano Rio-Grandense, who was led by Júlio de Castilhos, in the first years of Republic (1889-1900), remaking conflicts that occurred inside the local Party (PRR). As a theoretical reference was worn the ideas from New Political History, that include concepts like political culture, power relations, political mentalities, and others. The documentary sources found in research are basically constituted by republicans newspaper "A Federação" and "O Combatente", situated respectively in Arquivo Histórico de Santa Maria (AHSM) and in the Casa de Memórias Edmundo Cardoso (SM), and the letters sent by political republicans leaders of Santa Maria to Júlio de Castilhos, belonging from Fundo Acervo Júlio de Castilhos in Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). Through of content analysis (AC) to newspapers and letters, dividing the texts into thematic categories, was possible reconstruct conflicts that have put in struggle the rival groups inside the local PRR from the first moments of Republic, in which the republicans leaders vied for the attention of Julio de Castilhos to solve his problems, in an power relation marked by clientelism and exchange of favors.

Keywords: Santa Maria, PRR, republican leaders.

SUMÁRIO

RESUMO	vi
RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA	vii
SUMÁRIO	viii
INTRODUÇÃO	09
1 - O RIO GRANDE DO SUL NO ALVORECER DA REPÚBLICA (1889/1900): CONTEXTO POLÍTICO E RELAÇÕES DE PODER	22
1. 2 – Os coronéis e o partido: relações entre poder local/poder estadual	30
1. 3 – Santa Maria no contexto da primeira república: o desenvolvimento urbano veio nos vagões do trem	33
2 – CONFLITOS POLÍTICOS E RELAÇÕES ENTRE PODER LOCAL/PODER ESTADUAL	39
2. 1 – O fazer política através da imprensa partidária: disputas ideológicas, representações e conflitos nas páginas de “A Federação” e “O Combatente”	42
2. 1. 1 - Propaganda ideológica e oposição política durante o período do “governicho”	44
2. 1. 2 – Exonerações, renúncias de cargos públicos e perseguição política após a retomada do poder pelo PRR	51
2. 1. 3 - Conflitos e violência política durante a Revolução Federalista	56
2. 2 – As relações de poder nos bastidores do PRR: a análise das cartas trocadas entre os coronéis republicanos de Santa Maria e Júlio de Castilhos	60
2. 2. 1 – Aquilo que a imprensa republicana não noticiava: conflitos políticos e disputas internas no Partido Republicano de Santa Maria (1893 – 1900)	61
2. 2. 2 – O conflito entre o Telegrafista e o Coronel	65
2. 2. 3 – O favorecimento dos “amigos”: o clientelismo nas cartas enviadas pelos coronéis republicanos locais a Júlio de Castilhos	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
FONTES DOCUMENTAIS UTILIZADAS	84
1 – Jornais	84
2 – Cartas	85
Anexo 1	86
Anexo 2	88
Anexo 3	89
Anexo 4	93

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por título “*Clientelismo, Coronelismo e Relações de Poder na Primeira República (1889-1900): Santa Maria como palco de disputas políticas e jogos de interesses entre os chefes republicanos*”, e objetiva: 1) compreender as formas pelas quais a elite política vinculada ao Partido Republicano local atuou através da imprensa partidária no período de ascensão e institucionalização do PRR no governo do Rio Grande do Sul; 2) reconstituir os conflitos que se deram nos bastidores do Partido Republicano de Santa Maria, demonstrando que desde o início do governo de Júlio de Castilhos na presidência do Estado se deu a formação de grupos antagônicos no poder local, que disputavam a preferência do líder num jogo político que misturava interesses públicos e privados, marcado por clientelismo e trocas de favores.

O desenvolvimento desta pesquisa se faz importante por contribuir para o enriquecimento da bibliografia local sobre as relações de poder e conflitos políticos em Santa Maria na primeira década do período republicano. O que possibilitou pensar e desenvolver esta pesquisa foi a diversidade bibliográfica sobre o período e o acesso a fontes primárias encontradas em arquivos de Santa Maria e Porto Alegre, entre os anos de 2008 a 2010. Sua viabilidade está amparada no fato de que foi desenvolvida através da consulta de material documental inédito, buscando cruzar as informações contidas na documentação de forma consistente.

As fontes utilizadas na pesquisa foram basicamente jornais e cartas encontrados respectivamente no Arquivo Histórico de Santa Maria (AHSM), na Casa de Memórias Edmundo Cardoso (SM) e no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). O jornal “A Federação”, órgão de imprensa oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) foi localizado no AHSM e o jornal local “O Combatente” na Casa de Memórias Edmundo Cardoso. A pesquisa no AHRS possibilitou o acesso às cartas que os Coronéis republicanos de Santa Maria enviaram a Júlio de Castilhos no período estudado (1889-1900), organizadas no Fundo Acervo Particular Júlio de Castilhos.

Na análise da referida documentação segue-se uma cronologia que referenda a dialética da curta duração (dos fatos) e da longa duração (das estruturas), permitindo a compreensão das rupturas no processo histórico e das revoluções inscritas no tempo curto,

bem como das mentalidades políticas, ou da cultura política, através das permanências, inscritas no tempo longo.

Como este estudo compreende a atuação de sujeitos da elite santa-mariense, é necessário que se faça uma breve conceituação sobre qual a noção de elite aqui utilizada, já que trata-se de um termo polissêmico.

Fazendo uso das palavras de Flávio M. Heinz (2006, p. 07), sobre o termo “elite”, “entende-se por esta palavra, segundo o caso, os dirigentes, as pessoas influentes, os abastados, ou os privilegiados”, apontando para uma “vasta zona de investigação científica cobrindo profissionais da política, empresários, legisladores, etc., e não evoca nenhuma implicação teórica particular” (Ibid., 2006 p. 08). Será utilizado o conceito de elites públicas, “mais suscetíveis a revelar, em sua evolução social, os efeitos das mudanças políticas sobre seu recrutamento”. Fazendo citação ao sociólogo suíço Giovanni Busino, Heinz (Ibid., 2006 p. 7) traz a seguinte definição do termo, que sintetiza a forma como será trabalhado ao longo do texto:

No plural, a palavra “elites” qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade.

Para a compreensão de como se davam as relações entre poder local e poder estadual, ou seja, entre os sujeitos que compunham a elite política do município, os Coronéis vinculados ao Partido Republicano Santa-mariense e o Presidente do Estado, Júlio de Castilhos, será utilizada como metodologia a análise de conteúdo dos jornais e das cartas levantados durante a pesquisa.

Refletindo sobre a Análise de Conteúdo (AC), Caregnato e Mutti (2006) apontam que este método “surgiu no início do século XX nos EUA para analisar o material jornalístico [...] quando os cientistas começaram a se interessar pelos símbolos políticos” (Ibid., p. 682). A AC constitui-se enquanto uma “técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social” (Ibid., 2006 p. 682). O mais importante a se perceber nesta forma de análise textual, ainda segundo as autoras, é que ela permite que o conteúdo da documentação seja agrupado em categorias temáticas, segundo uma classificação que o pesquisador venha a definir, conforme seu tema e problema de pesquisa:

A análise por categorias temáticas tenta encontrar uma série de significações que o codificador detecta por meio de indicadores que lhe estão ligados: codificar ou caracterizar um segmento é colocá-lo em uma das classes de equivalência definidas, a partir das significações em uma função de julgamento do codificador o que exige qualidade psicológicas complementares como a fineza, a sensibilidade, a flexibilidade, por parte do codificador para apreender o que importa (Ibid., 2006 p. 682).

Ao codificar os textos dos jornais e das cartas que eram enviadas pelos republicanos de Santa Maria a Júlio de Castilhos, se fará a análise de seus conteúdos por categorias temáticas, conforme as questões que surgirem do diálogo com a referida documentação.

Para esta análise é necessário que se levante a problemática que guiará tal diálogo com as fontes: Como se dava a relação dos coronéis republicanos de Santa Maria com o PRR na defesa de seus interesses políticos e privilégios particulares a nível local?

Esta e outras questões foram surgindo ao longo da pesquisa graças ao diálogo estabelecido entre o conteúdo das fontes documentais e a teoria que norteou a concepção de história adotada. Neste sentido, é fundamental o esclarecimento a respeito do referencial teórico que guiou esta pesquisa. Então, será realizada uma discussão teórica, seguida de uma revisão bibliográfica dividida em dois blocos de análise: o primeiro objetivando a compreensão da trajetória da história política na França, da história política tradicional à renovada, com reflexões sobre questões como poder, partidos políticos, eleições, entre outras; o segundo bloco temático analisa as obras que teorizam sobre o termo “cultura política”, englobando conceitos como mentalidades e imaginário político, simbologias e representações.

O referencial teórico que forneceu o embasamento conceitual e delineou os rumos deste trabalho foi a Nova História Política que, através dos estudos oriundos basicamente da escola francesa, representada por René Rémond, Jacques Julliard, Pierre Rosanvallon, entre outros precursores dos anos 1970/80, tornou possível a renovação do político, campo da história que foi vítima de uma certa ojeriza por parte das primeiras gerações dos Annales, de Lucien Febvre e Marc Bloch, que privilegiaram o econômico e o social, justamente por defenderem a superação da história política tradicional. Para uma maior compreensão desta trajetória da história política na França, da rejeição ao renascimento, faz-se necessária uma busca pelas origens, pelas vertentes teóricas filhas do iluminismo e do racionalismo do século XIX, contexto da formação e afirmação dos Estados-nação.

Dois grandes movimentos tiveram expressão nos séculos XVIII e XIX, a Ilustração e o Romantismo. Seguindo a linha de pensamento de Falcon (2011, p. 59) “o romantismo associou as ideias de povo e nação como constitutivas de uma mesma entidade coletiva manifesta na língua, na história e na cultura comuns” e “os pressupostos historicistas

românticos articularam-se com exigências metódicas quase sempre rigoristas, em particular na Alemanha”, resultando num método historiográfico com viés estritamente científico. No contexto histórico do século XIX, quando se estabeleceu a hegemonia do Estado-Nação, este passou a ser o principal objeto da produção histórica. Isto explica o fato de que “no século XIX, poder é sempre poder do Estado – instituições, aparelhos, dirigentes; os acontecimentos são sempre eventos políticos, pois são estes os temas nobres e dignos da atenção dos historiadores” (Ibid., 2011 p. 59). Esta historiografia ficou conhecida no meio historiográfico como positivista, o que segundo o mesmo autor trata-se de uma definição equivocada, pois são raros no seu meio os historiadores propriamente positivistas. Para o autor, mais correta seria sua definição como historiografia metódica, “já que era no método histórico que seus adeptos faziam repousar as garantias de cientificidade julgadas por eles como indispensáveis ao verdadeiro conhecimento histórico” (Ibid., 2011 p. 59) e foi justamente através deste método baseado em pressupostos cientistas que seus precursores se esforçaram por delimitar suas diferenças em relação ao discurso literário. Desta forma, segundo a escola metódica, o trabalho do historiador não deveria consistir em evocar ou reviver o passado, como desejavam os românticos, mas em narrar os acontecimentos do passado da forma como eles realmente se passaram. Como na prática torna-se difícil essa separação entre escola metódica e positivista, já que os postulados teóricos de ambas circulavam em diferentes meios intelectuais e por isso não é adequado fazer um enquadramento dos pensadores em determinadas linhas de pensamento, será adotado aqui o conceito historiografia tradicional.

Outro aspecto importante considerado por Falcon (2011) é que as tendências historiográficas românticas e positivistas não esgotaram todas as possibilidades interpretativas do oitocentos. As exceções foram não apenas honrosas, mas destinadas a futuros dos mais brilhantes, não importando neste caso a ideia dos contemporâneos a respeito do caráter histórico ou não dos textos de Marx e Engels, Tocqueville, Burckhardt, Dilthey, entre outros. Ainda segundo o autor

O mais importante em todos eles, do nosso ponto de vista, é o fato de que, apesar de estarem presentes, os acontecimentos políticos não se autoexplicam; longe de excluírem, eles impõem a análise de outras dimensões da realidade histórica. De forma distinta, abordam a sociedade, a economia e a cultura, quase sempre em busca de determinações ou fatores não políticos importantes ou essenciais para a compreensão/explicação dos processos políticos. (Ibid., 2011, p. 60)

Estas tendências revisionistas da segunda metade do século XIX podem ser consideradas como precursoras de duas importantes escolas do início do século XX: os Annales e o neo-historicismo. Tendo em vista os objetivos deste trabalho, convém dar ênfase a uma compreensão mais detalhada a respeito da trajetória histórica dos Annales ao longo do século XX, pois os movimentos intelectuais anteriores, apesar de terem representado uma inovação no contexto em que estavam inseridos, “não conseguiram abalar a posição dominante da história política, nem a supremacia institucional da historiografia metódica ou positivista” (Ibid. 2011, p. 61).

O movimento de renovação historiográfica dos Annales teve seu início no final da década de 1920 e início dos anos 30, com os trabalhos precursores de Marc Bloch e Lucien Febvre. Neste primeiro momento foram produzidas obras que se aprofundavam na compreensão de aspectos econômicos e sociais, deixando a história política num segundo plano. Neste quadro de inovações promovido pela primeira geração merece destaque o conceito de temporalidade desenvolvido por Bloch, da curta, média e longa duração, que correspondiam respectivamente aos tempos dos fatos, das conjunturas e das estruturas, priorizando o tempo longo, das estruturas, por permitir a percepção das permanências no processo histórico, através do estudo das mentalidades, no intuito de combater a história política tradicional, que enfatizava os fatos inscritos na curta duração. Também promoveram um intercâmbio interdisciplinar com outras áreas do conhecimento, inicialmente comunicando-se com a geografia e a demografia, o que possibilitou uma diversificação dos objetos de estudo e uma inovação dos métodos de análise.

Para Falcon (Ibid., 2011, p. 63) a crise final da “história política tradicional” poderia ser localizada no período de 1945 a 1968/70 e, no período seguinte, a progressiva constituição da “nova história política”. Isto explica-se pelo fato de que, enquanto a segunda geração buscou desenvolver os pressupostos lançados pelos precursores, defendendo a história problema, com uma unidade de método, a terceira geração, inserida no período de contestação e renovação de 68, buscou romper com esta unidade metodológica e conceitual, intitulado-se “história nova”, que através de contatos com a antropologia, a linguística e a sociologia política, abandonou o conceito defendido pelos precedentes da “história total” para fazer uma “história em migalhas”, guiada pela hermenêutica e análise de discurso, onde tudo era história, despreocupada com a unidade de método.

Um ponto importante a ser esclarecido, refere-se ao fato de que durante as duas primeiras gerações dos Annales a história política não foi abandonada por completo. Segundo as próprias palavras de Fernand Braudel, precursor da segunda geração (1945/68) “a história

política não é forçosamente *evenementielle* nem está condicionada a sê-lo” (Ibid., 2011, p. 67). Este princípio foi adotado como maior argumento por historiadores que saíram em defesa de uma história política renovada durante a terceira geração, a exemplo de René Rémond e Jacques Julliard, que buscaram no intercâmbio com outras disciplinas, a chave para ampliar os objetos da história política, dotando-a de novos métodos de análise.

Esta nova história política, seguindo o raciocínio de Rémond (2003), possui um campo teórico/conceitual que lhe é próprio e que não se sobrepõe aos outros campos, como o social, o econômico ou o cultural, mas que mantém com eles uma relação dialética, tendo “muito a contribuir em troca – não apenas marginalmente – para todos os outros setores da história” (Ibid., 2003, p. 10). Não se trata aqui de fazer uma defesa da história política, mas apenas compreender o seu processo de renovação a partir dos anos 70.

Para que se torne compreensível esta renovação é necessário um entendimento das condições que proporcionaram aos historiadores voltarem a se preocupar com as questões políticas, devido às características do contexto.

Sob a pressão das circunstâncias que criavam situações insólitas, de guerra total, de crise de uma gravidade sem precedente, e também para satisfazer às demandas de uma opinião pública que se voltava espontaneamente para os poderes públicos para responsabilizá-los por suas desgraças, ou exigir que as remediassem, sob a influência enfim de teorias que sintetizavam e legitimavam a intervenção do Estado, a política se apoderou de toda espécie de problemas que não lhe diziam respeito inicialmente, e com os quais a história política jamais tivera antes, portanto, de se preocupar. (Ibid., 2003, p. 24).

A partir destas novas preocupações, o político passou a ocupar espaços onde antes não se percebia sua presença, como “associações de todos os tipos, organizações socioprofissionais, sindicatos e igrejas”, o que possibilitou também que a abrangência do poder não ficasse mais presa ao Estado, de forma que, “se uma mudança de lei eleitoral tem o poder de modificar a expressão da opinião pública, como pretender que o político não tem interesse?” (Ibid., 2003, p. 24/25).

Uma questão interessante levantada por Rémond é o fato de que a nova história política não teria motivos para renegar suas origens, os vínculos que a ligava ao passado, vindo a encontrar alguns exemplos daquilo que devia se tornar. “A geração que redescobriu a importância da história política teve precursores, tanto é verdade que quase nunca existe um começo absoluto e que na ordem do conhecimento as descobertas quase sempre são redescobertas.” (Ibid., 2003, p. 26). O autor verifica estes antecedentes em pensadores como Charles Seignobos, André Siegfried, François Goguel, Alain Lancelot, Albert Thibaudet,

Georges Weill, Marcel Prélot e Jean-Jacques Chevallier. Algumas destas contribuições foram: a descoberta das origens da sociologia eleitoral, na diversidade dos temperamentos políticos regionais e a antiguidade de seu enraizamento; o esclarecimento de questões fundamentais para o político, como da geografia eleitoral, da constituição dos partidos e do renascimento da história das ideias políticas (Ibid., 2003, p. 27/28).

Para Rémond, um dos aspectos através do qual a história política foi mais atacada ao longo do século XX diz respeito à sua suposta vinculação na curta duração, na narração de fatos e descrição de eventos. Este autor inova no sentido de vincular a história política à longa duração, pois “esta se desenrola simultaneamente em registros desiguais: articula o contínuo e o descontínuo, combina o instantâneo e o extremamente lento” (Ibid., 2003, p. 34). Sendo assim, a história política passa a interagir na dialética da curta e da longa duração, articulando eventos e rupturas com permanências inscritas no tempo longo.

[...] só a história, e a mais longa, explica os comportamentos das microssociedades que se fundem na sociedade global. Enfim, a noção de cultura política, que está prestes a ocupar, na reflexão e explicação dos fenômenos políticos, um lugar proporcional ao vazio que ela acaba de preencher, implica continuidade na longa duração. (Ibid., 2003, p. 35).

O conceito de cultura política, que se originou do contato interdisciplinar principalmente com a antropologia, deu uma cara nova a história política, ampliando seus objetos e inovando na metodologia. Um bom exemplo de estudo de um objeto tradicional da história política, analisado sob este novo olhar é o trabalho desenvolvido por René Rémond sobre o fenômeno eleitoral da França desde os tempos da revolução de 1789.

Após a Primeira Guerra, um outro ponto de vista começou a surgir: percebeu-se que uma eleição é também um indicador do espírito público, um revelador da opinião pública e de seus movimentos. Começou a crescer o interesse pela relação da eleição com o que estava a montante dela – as correntes e tendências – tanto quanto pelo que resultava dela. Foi o momento em que se adquiriu uma consciência mais viva ao mesmo tempo da diversidade das opiniões em sua divisão geográfica, e da relativa constância da distribuição das grandes orientações na superfície do território. (Ibid., 2003, p. 40).

Através deste exemplo do estudo das eleições, fica perceptível que um evento não tem necessariamente que estar limitado ao instante de sua realização, ao fato, porque existe toda uma bagagem cultural, uma tradição política que lhe é anterior e influencia diretamente nos seus resultados. Isto fica claro nas primeiras eleições realizadas no Rio Grande do Sul após a proclamação da República, quando tanto os republicanos castilhistas, quanto os federalistas se

consideravam herdeiros da tradição dos heróis farroupilhas, cada grupo chamando para si a responsabilidade enquanto detentores destes ideais, os adaptando, é claro, conforme seus interesses. Os chefes políticos de ambas as facções utilizavam-se desta tradição para convencer a opinião pública de que os seus ideais é que eram os mais puros, mais próximos dos antepassados farrapos. Portanto, o fenômeno eleitoral articulava passado e presente, pois remetia os discursos políticos daquele presente, a um passado de glórias e heroísmo, que já estava enraizado na mentalidade política rio-grandense.

Da mesma forma pode ser analisada a história dos partidos políticos, de sua inserção nos fenômenos de longa duração, através das mentalidades políticas. Neste ponto, o raciocínio de Rémond (2003) sobre as eleições pode ser articulado ao de Serge Berstein (2003), tratando a respeito dos partidos:

Foi em 1900 que Georges Weill publicou sua *Histoire du parti républicain en France*, que mostra como uma ideologia política atravessa regimes e gerações adaptando-se constantemente às condições de uma conjuntura cambiante, e conservando ao mesmo tempo uma sólida tradição cuja perenidade se observa da Restauração até o fim do Segundo Império. Mais próxima de nós, a publicação em 1954 da obra de René Rémond, *La droite en France*, marca uma virada nos trabalhos sobre a história das forças políticas, abandonando deliberadamente a crônica factual para enfatizar o peso de uma ideologia através de todo o período contemporâneo. (BERSTEIN, 2003, p. 59).

Fica claro nesta passagem que a influência política sobre as mentalidades atravessa gerações e sobrevive a mudanças e rupturas. Novamente pode ser observado o caso do período republicano no Rio Grande do Sul. Os republicanos castilhistas, apropriando-se de algumas ideias do positivismo de Augusto Comte, pensavam na mudança do regime político, mas com a conservação da ordem. A ideologia construída pelos republicanos rio-grandenses utilizou-se em grande medida de símbolos e ideias que já haviam se enraizado na mentalidade popular, adaptando alguns postulados ideológicos ao contexto estadual (ALONSO, 2009).

Serge Berstein (2003) esclarece a respeito do campo de atuação dos partidos políticos, das características que permitem distinguir os partidos em relação a outras forças políticas (clubes, clientelas, grupos parlamentares, facções...), delimitando assim um campo de atuação político-partidária. O autor busca as respostas nos cientistas políticos americanos, definindo quatro critérios:

- a duração no tempo, que garante ao partido uma existência mais longa que a vida de seus fundadores, e implica que ele responda a uma tendência profunda da opinião pública [...];
- a extensão no espaço, que supõe uma organização hierarquizada e uma rede permanente de relações entre uma direção nacional e estruturas locais [...];
- a aspiração ao exercício do poder, que necessita de um projeto global que possa convir à

nação em seu conjunto, e que, por isso, implica a consideração de arbitragens necessárias aos interesses contraditórios que aí se manifestam [...]; - enfim, a vontade de buscar apoio da população, seja recrutando militantes, seja atraindo o voto dos eleitores, condição indispensável para a realização do objetivo anterior. (Ibid., 2003, p. 62/63).

Conforme veremos no primeiro capítulo, o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) sobreviveu e permaneceu no poder por mais tempo que seus fundadores, resistindo inclusive a mais de vinte anos após a morte de seu maior líder e figura central, Júlio Prates de Castilhos. Os órgãos responsáveis pelo aparelho ideológico do Partido, principalmente através da imprensa, os jornais republicanos, preocuparam-se não apenas em responder a uma opinião pública, mas em manipulá-la, agindo em colaboração aos órgãos de repressão, na manutenção da ordem defendida. O PRR possuía uma organização interna extremamente hierarquizada e centralizada no governo de Porto Alegre, que mantinha os outros municípios sob seu comando através de uma rede de relações estabelecidas com seus Correligionários, que eram cooptados e agiam como mediadores dos interesses do partido em suas regiões, mantendo seus privilégios e, ao mesmo tempo, garantindo o domínio sob os currais eleitorais.

Adotando a linha de pensamento de Falcon (Op. Cit., p. 55), de que “história e poder são como irmãos siameses – separá-los é difícil; olhar para um sem perceber a presença do outro é quase impossível”, faz-se importante utilizar esta relação para perceber a atuação do poder na política, bem como nos partidos políticos.

Para Norberto Bobbio (1993) a possibilidade de recorrer à força é um elemento que distingue o poder político das outras formas de poder, mas “isso não significa que ele se resolva no uso da força; tal uso é uma condição necessária, mas não suficiente para a existência do poder político.” (Ibid., 1993, p. 956). Ainda para o autor, “o que caracteriza o poder político é a exclusividade do uso da força em relação à totalidade dos grupos que atuam num determinado contexto social [...]” (Ibid., 1993, p. 956), o que se dá no sentido da “monopolização da posse e uso dos meios com que se pode exercer a coação física” (Ibid. p. 956). A partir dessa definição torna-se mais clara a forma como os partidos políticos, em regimes totalitários, mantêm a posse e centralização do poder.

O estado todo abrangente, ou seja, o Estado a que nenhuma esfera da atividade humana escapa, é o Estado totalitário, que constitui, na sua natureza de caso-limite, a sublimação da Política, a politização integral das relações sociais. (Ibid., 1993, p. 957).

Finalizando este bloco de análise, convém que se faça uma retomada dos principais pontos que caracterizaram a renovação da história política. Primeiramente, destaca-se o

caráter interdisciplinar desta renovação, que se deu através do contato com a antropologia, a sociologia política, a linguística, etc. Concordando com Rémond (2003) e Julliard (1976), a história política constitui um campo conceitual que possui sua autonomia, mas nem por isso se torna mais ou menos determinante do que o social, ou econômico, ou o cultural, pois ele se relaciona dialeticamente com todos os outros campos do conhecimento. Nas palavras de Julliard (1997, p. 184):

Se agora a soma do poder não reside mais no monarca, mas num “príncipe coletivo” (Gramsci), seja ele partido, sindicato, administração, grupo de pressão, então a política deixa de ser assunto de psicologia e moral, para ser assunto de sociologia e de praxeologia. Não se trata mais de saber se a história política pode ser inteligível, mas de saber se, agora, pode existir uma inteligibilidade da história, fora da referência ao universo do político.

Para concluir, vale a pena fazer referência às palavras de Rémond (Op. Cit., p. 36):

Abraçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos, a história política descreveu uma revolução completa. Como então acreditar que seu renascimento possa ser apenas um veranico de maio?

Num segundo momento, será feita uma reflexão em cima do que Rosanvallon (1995) chamou de conceitual do político, que engloba considerações sobre as mentalidades e o imaginário político, mais precisamente a epistemologia do termo cultura política, que passaram a ganhar destaque a partir do movimento de renovação da história política, como descrito anteriormente. Segundo o autor, o primeiro passo para se construir uma história conceitual do político “implica em diferenciar com clareza essa história conceitual da história tradicional das ideias” (Ibid., 1995, p.12). O maior defeito das obras tradicionais da história das ideias é que “não nos permitem compreender nada de histórico, mesmo quando nos ensinam muitas outras coisas”. (Ibid., 1995, p. 16).

Rosanvallon (1995) define o objeto e os objetivos da história conceitual do político:

O objeto da história conceitual do político é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação, encaram seu futuro. Partindo da ideia que estas representações não são uma globalização exterior à consciência dos atores – como o são por exemplo as mentalidades – mas que elas resultam, ao contrário, do trabalho permanente de reflexão da sociedade sobre ela mesma, tem por objetivo: 1) fazer a história da maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais procuram construir as respostas àquilo que percebem mais ou menos confusamente como um problema; 2)

fazer a história do trabalho realizado pela interação permanente entre a realidade e sua representação, definindo os campos histórico-problemáticos. (Ibid., 1995, p. 16).

Merece destaque neste trecho a compreensão de que a representação, ao contrário das mentalidades, não é algo exterior aos indivíduos, mas que, realidade e representação interagem de forma dialética. “O social produz-se através de uma rede de sentidos, de marcos de referência simbólicos por meio dos quais os homens se comunicam, se dotam de uma identidade coletiva e designam suas relações com as instituições políticas” (BACZKO, 1985, p. 307).

A história conceitual do político toma emprestado da história das mentalidades “a preocupação de incorporar o conjunto dos elementos que compõem este objeto completo que é uma cultura política” (ROSANVALLON, Op. Cit., p. 17). Isto torna possível a ampliação do olhar do historiador para a forma como se passa a fazer a “leitura das grandes obras teóricas, as obras literárias, a imprensa e os movimentos de opinião, os panfletos e os discursos de circunstâncias, os emblemas e os signos” (ROSANVALLON, Op. Cit., p. 17).

Para Baczko (Op. Cit., p. 309) “todas as épocas tem as suas modalidades específicas de imaginar, reproduzir e renovar o imaginário, assim como possuem modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar”. É através de seus imaginários sociais que as coletividades, no interior de uma sociedade estabelecida, cria uma representação de si. Assim, “estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de bom comportamento” (BACZKO, Op. Cit., p. 309), através dos quais as representações e símbolos passam a fazer parte do imaginário coletivo, de forma que interferem na realidade, assim como são por ela redesenhados de forma a atender a outros interesses e a responder a novas necessidades.

A respeito da identidade coletiva, o autor faz uma ressalva, assinalando que “designar a identidade coletiva corresponde, [...], a delimitar o seu território e as suas relações com o meio ambiente e, designadamente, com os outros, e corresponde ainda a formar as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados, etc.” e completa “o imaginário social elaborado e consolidado por uma coletividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais” (BACZKO, Op. Cit., p. 309).

Outro aspecto essencial em relação aos imaginários sociais analisado pelo autor é o seu papel desempenhado nas revoltas. Baczko (Op. Cit., p. 316) coloca esta questão nos seguintes termos:

Os imaginários sociais intervêm continuamente ao longo dos motins e a diversos níveis. As suas funções são múltiplas: designar o inimigo no plano simbólico; mobilizar as energias e representar as solidariedades; cristalizar e ampliar os temores e esperanças difusos. Todos convergem para a legitimação da violência popular.

Durante os conflitos que marcaram o início da república no Rio Grande do Sul, num contexto de disputas pela posse do poder estadual, a imprensa foi a maior arma ideológica dos republicanos castilhistas, pois através dos discursos que eram criados e disparados na opinião pública, os republicanos intentavam construir um imaginário que justificasse seus atos, identificando aqueles que estavam do lado da causa mais “justa” e “pura”, no caso a república federativa, e promovendo ataques aos seus adversários, identificando-os simbolicamente com as marcas do “atraso” dos tempos imperiais, do regime escravista e da política da monarquia. Convergindo com o pensamento de Baczko (1985), o imaginário político criado pelos republicanos desde os tempos da propaganda, ainda no contexto do império, foi utilizado para justificar as violências cometidas contra os adversários durante a Revolução Federalista de 1893.

Após esta discussão teórica, serão brevemente comentados os dois capítulos que irão compor este texto.

No primeiro capítulo será feita uma reflexão acerca de como se deu a inserção da cidade de Santa Maria no contexto político e social dos últimos momentos do Império e primeiros anos do regime republicano no estado do Rio Grande do Sul (1889 – 1900), vislumbrando um esclarecimento amplo, por meio de uma visão panorâmica, das relações de poder e dos rearranjos político-partidários que se deram no seio da elite local, numa época em que a cultura política era marcada pela violência e pelo desrespeito aos limites entre o público e o privado. A escolha por esta delimitação temporal justifica-se justamente por permitir a compreensão das formas como a elite local se articulou mediante dois momentos de ruptura, o primeiro com a troca de regime político em nível nacional – 1889 – e no segundo momento com a reorganização intrapartidária em 1898, quando Júlio de Castilhos transfere o poder ao seu sucessor direto, Borges de Medeiros.

No cumprimento deste objetivo inicial, o presente capítulo será dividido em dois momentos: num primeiro momento serão feitas considerações sobre o contexto estadual, sobre as estratégias utilizadas pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR), liderado por Júlio de Castilhos, para chegar ao poder, desde os primórdios do partido nos anos finais do regime monárquico, quando a prioridade era a agitação através da propaganda, até o período das disputas diretas pelo poder do estado e o posterior aparelhamento do Estado burocrático,

levando em conta a reação dos liberais gasparistas (posteriormente federalistas) e as articulações entre poder estadual/poder local; na segunda parte veremos como Santa Maria estava inserida neste cenário, considerando questões como a importância da instalação da malha ferroviária no ano de 1884, que impulsionou o desenvolvimento urbano da localidade e a política local frente a este quadro de “progresso” e às mudanças que estavam ocorrendo em nível nacional.

No Segundo Capítulo haverá um diálogo mais profundo com as fontes documentais, principalmente relacionando o conteúdo os jornais republicanos “O Combatente” e “A Federação” com as cartas que os coronéis de Santa Maria enviavam a Júlio de Castilhos durante os primeiros anos da República no Rio Grande do Sul. Através da compreensão do perfil da elite política local será analisado como se deu a atuação dos coronéis santamarienses na imprensa partidária, através da qual disputavam o espaço das representações e nos bastidores do PRR, através da análise dos conteúdos das cartas trocadas entre os chefes republicanos locais, que possibilitará a reconstrução de casos políticos no interior do Partido Republicano de Santa Maria e a constatação da existência de relações coronelistas entre o poder local e o poder estadual.

1 – O RIO GRANDE DO SUL NO ALVORECER DA REPÚBLICA (1889/1900): CONTEXTO POLÍTICO E RELAÇÕES DE PODER

Para que melhor se vislumbre o cenário político rio-grandense à época da primeira república, é necessário que se volte o olhar pelo menos até meados dos anos 80 do século XIX, pois foi o período em que o movimento republicano tornou-se mais intenso, principalmente devido à chegada a Província de um grupo de jovens que haviam cursado Direito em São Paulo, pertencentes a setores influentes da elite e que retornaram ao Rio Grande intensamente influenciados pelos ideais republicanos e pela doutrina positivista, defendendo a abolição, a separação entre Estado e Igreja, o casamento civil, além de levantarem uma série de outras bandeiras. Os anos 1880 foram marcados pela constante agitação política, pela disputa no campo das representações, pela propaganda que era impulsionada em grande medida por estes jovens republicanos, dentre eles ganhando destaque as figuras de Júlio Prates de Castilhos, Joaquim Francisco de Assis Brasil, Demétrio Ribeiro, dentre outros.

Nestes anos que antecederam a Proclamação da República, a cidade de Porto Alegre já possuía um Clube Republicano, fundado no ano de 1878, o qual era estratégico no sentido de congregar os republicanos locais para definições de pautas e medidas a serem tomadas. “Os recém-chegados filiaram-se ao clube de Porto Alegre, que, já no final do ano de 1881 chamou uma convenção regional para fevereiro de 1882, da qual sairia o Partido Republicano Rio-Grandense, fundado em 23 de fevereiro”. (CAPOVILLA, 1990, p. 31)¹.

Na fase em que os republicanos da província estavam buscando reconhecimento, tanto por se fazer reconhecer perante as outras agremiações partidárias, quanto para conquistar a opinião pública, a fundação de um clube republicano, em qualquer município onde o PRR aspirasse estabelecer sua influência, era o primeiro passo a ser dado, pois a partir dos clubes, os correligionários se organizavam para a fundação de um jornal e posteriormente da célula partidária local, sendo que, segundo Capovilla (1990), era para este esforço que os republicanos direcionavam sua ação nos anos da propaganda.

¹ Heloísa Helena Capovilla da Luz Ramos, Professora Adjunta do Departamento de História da UNISINOS, defendeu sua Dissertação de Mestrado no ano de 1990, intitulada: O Partido Republicano Rio-Grandense e o poder local no Litoral Norte do rio Grande do Sul. Neste estudo, Capovilla soube interpretar muito bem a organização da estrutura partidária que os republicanos construíram até a chegada ao poder, ganhando destaque a articulação intrapartidária que possibilitou a ação, desde os tempos da propaganda nos anos 1880. Destaca-se também o fato de a autora ter mapeado todos os clubes republicanos do Rio Grande do Sul, suas constituições e ano de fundação, além de desvendar as relações de poder entre o PRR e os coronéis do Litoral Norte do estado.

A propaganda republicana exerceu um papel fundamental na formação dos novos quadros do partido e no convencimento da opinião pública, o que, devido às particularidades do contexto de decadência das instituições monárquicas, definia-se como a luta principal, pois o Partido Liberal constituía-se como “o mais influente do estado, dominando a Guarda Nacional, o Legislativo provincial e a maioria dos governos municipais”. (RECKZIEGEL, 2007, p. 23). A maior liderança dos liberais, tanto nos anos finais do Império, quanto no início da República, quando adotaram a alcunha de federalistas, era Gaspar Silveira Martins², natural de Bagé e que, até pelas suas origens sociais da campanha, manteve sempre estreito vínculo com o setor dos estancieiros da fronteira, defendendo seus interesses e representando-os em todas as instâncias de poder que ocupou ao longo de sua carreira política.

Para compensar o fato de que eram minoria no estado os republicanos resolveram disputar a opinião pública com os partidos adversários através da imprensa, construindo um discurso influenciado pelo ideário positivista de reforma com conservação da ordem, no intuito de convencer “os cidadãos do estado” de que as instituições monárquicas estavam falidas e que o único partido que poderia conduzir o estado à mudança segura era o PRR. Assim, dois anos após a fundação do Partido Republicano Rio-Grandense, em inícios de 1884, Júlio de Castilhos, que havia sido indicado na Convenção partidária de 1883 para redator do futuro jornal republicano, em colaboração dos correligionários Antão de Farias, Demétrio Ribeiro, João Pedro Alves e Ramiro Barcelos³, fundaram o jornal “A Federação”, que veio a tornar-se o órgão de imprensa oficial do partido, cujo objetivo maior era doutrinar (CAPOVILLA, Op. Cit, 1990). Dono de estilo enérgico e direto, Castilhos exercitou através das colunas do jornal republicano o vigor e a rigidez no trato com os adversários, tornando-se seu redator a partir de 1885. (RECKZIEGEL, Op. Cit., 2007).

² Gaspar Silveira Martins nasceu em Bagé, fronteira com o Uruguai. A propriedade de seu pai estendia-se pela República vizinha e fora local de encontro histórico entre os fundadores do Uruguai independente [...]. Muito embora Silveira Martins fosse batizado em Mello, no departamento de Cerro Largo, seus pais o tornaram brasileiro ao manda-lo estudar no Norte e Centro do Brasil [...]. Depois de curto estágio como advogado na Capital imperial, retornou ao Rio Grande e ganhou as eleições à Assembléia Provincial de 1861, aos 26 anos. Em 1872 elegeu-se à Câmara dos Deputados e em 1880, depois de rápida passagem pelo Ministério do Visconde de Sinimbu, como Ministro da Fazenda, entrou para o Senado. Morreu subitamente em Montevidéu a 23 de julho de 1891. (RECKZIEGEL, 2007, p. 23-4).

³ Faz-se importante destacar que estes sujeitos que no período da propaganda nos anos finais do Império estavam ao lado de Castilhos, empenhados na missão de criar o jornal do Partido, entretanto, alguns anos após, em função do teor autoritário da Carta Constitucional elaborada por Júlio de Castilhos, viriam a romper com o líder republicano, afastando-se do PRR e formando a dissidência republicana, que assumiria o poder do estado no mês de novembro de 1891 como Junta Provisória, que por sua vez receberia do próprio Castilhos a alcunha de “Governicho”, pejorativamente.

Heloísa Capovilla (1990) destaca a importância que a organização interna⁴ do PRR teve em sua trajetória até atingir o poder, pois foi através da disciplina e da extrema rigidez da sua hierarquia que os republicanos castilhistas estabeleceram-se no governo. Além da imprensa partidária, a autora destaca as funções do Congresso republicano, da Comissão Executiva e do programa político inovador. Através do congresso, que era instância legislativa, os republicanos definiam todos os avanços políticos ou legais do partido, a Comissão executiva atuava em todos os setores, seus membros envolviam-se na propaganda através do jornal, além de atuarem “como candidatos a cargos eletivos ou como membros da diretoria dos clubes republicanos municipais” (CAPOVILLA, Op. Cit., p. 48). Neste momento, em que o partido atuava enquanto oposição ao regime monárquico, alimentava um conteúdo inovador e progressista, frisando na mudança e trazendo à pauta de discussão questões como: descentralização provincial e municipal, alargamento do voto, casamento civil obrigatório e indissolúvel, abolição da escravidão, imigração que devia ser espontânea, dentre outros.

Nos meses anteriores à Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, os republicanos encontravam-se unidos no propósito de promover o ataque às instituições monárquicas e ao Partido Liberal, que encontrava-se à frente do governo do estado. Estes ataques se deram principalmente por meio da imprensa, do jornal “A Federação” a nível estadual e dos jornais republicanos que já existiam em alguns municípios.

No dia 19 de novembro de 1889, “A Federação” estampava em sua primeira página as homenagens que os republicanos do estado faziam à instalação da República:

A república está feita! [...]. Nunca uma comoção maior sofreu o nosso país, nunca uma revolução mais profunda teve lugar na América do Sul. Entretanto, a ordem permanece [...]. É a ordem natural, resultado natural de um movimento que obedece a leis indefectíveis [...]. Quão diferente o alvorecer da República das ascensões dos antigos partidos do Império! Em lugar da vassoura geral, da perseguição dos funcionários da situação decaída, da arrogância dos vencedores, da humilhação dos vencidos, o que vemos? Uma vitória da Nação, e não uma vitória de um partido. A República não altera, na antiga ordem das coisas, senão os elementos indispensáveis à conservação da ordem, base essencial de sua sagrada missão [...]. Não fizemos a

⁴ Capovilla (1990, p. 89) elaborou um esquema muito esclarecedor, que explica a organização interna do PRR: O partido político PRR criava normas políticas discutidas no CONGRESSO REPUBLICANO, que elaborava diretrizes e leis para os CLUBES E NÚCLEOS, que remetiam notícias para a IMPRENSA PARTIDÁRIA. Num sentido inverso o PRR divulgava doutrina pela IMPRENSA PARTIDÁRIA, que remetia mensagens e doutrina aos CLUBES E NÚCLEOS, que enviavam representantes para o CONGRESSO REPUBLICANO. Todas estas instâncias, por sua vez, estavam direcionadas à COMISSÃO EXECUTIVA, que era o órgão central. Os CLUBES E NÚCLEOS enviavam correspondências à COMISSÃO EXECUTIVA, que executava normas dos congressos para os CLUBES E NÚCLEOS. O CONGRESSO REPUBLICANO legislava e deliberava para a COMISSÃO EXECUTIVA, que prestava contas ao CONGRESSO REPUBLICANO. A IMPRENSA PARTIDÁRIA refletia o pensamento da COMISSÃO EXECUTIVA, que fazia a sua atuação através da IMPRENSA PARTIDÁRIA. O PRR era representado pela COMISSÃO EXECUTIVA.

República para nós; fizemol-a para todos os brasileiros. Com a justiça podem contar todos os habitantes da República, nacionais ou estrangeiros: os bons para serem respeitados e protegidos, os maus para serem punidos com a severa, inexorável e necessária firmeza da Revolução gloriosa em que nos achamos. Governa este Estado e nossa pátria uma ditadura. É uma necessidade dos tempos que atravessamos. Esta ditadura foi instituída para o bem.⁵

Naquele momento histórico, os republicanos viam a necessidade de convencer a opinião pública, através de sua ideologia, de que a República era a melhor forma de governo, de que a ditadura republicana era necessária para a manutenção da ordem e de que eram os portadores de uma “pureza de intenções” com a qual pretendiam conduzir o país e o estado. Tanto Júlio de Castilhos, quanto os outros membros do PRR, certamente acreditavam em suas estratégias políticas e eram guiados pela forte influência que tinham da doutrina positivista do francês Augusto Comte.

Como os republicanos defendiam a mudança de regime político com a conservação da ordem, viram ser necessário que se mantivessem alguns vínculos com a estrutura política anterior. Neste sentido, a principal estratégia adota pelos líderes Júlio de Castilhos e Ramiro Barcellos, foi convencerem o Visconde de Pelotas, figura ilustrativa do partido Liberal nos tempos imperiais, a aceitar a indicação do governo provisório para assumir o comando. “Tal governo designou Castilhos à secretaria do governo estadual, indicando que o poder seria compartilhado com a nova geração de políticos⁶ engajados no ainda incipiente PRR”. (RECKZIEGEL, Oo. Cit., p.25).

⁵ GOVERNO da ordem. A Federação, 1889, p. 1. AHSM

⁶ As origens sociais desta nova geração de políticos que constituiu o PRR em seus primeiros momentos diversificaram, em parte, dos partidos do Império, o Conservador e o Liberal, pois absorveram classes que estavam em ascensão nos primórdios das relações econômicas capitalistas no país e no estado, como setores liberais, industriais, muitos representados pela classe média e elite agrária e urbana compostas por imigrantes, neste contexto principalmente os de origem italiana e alemã. Nesta nova correlação de forças em que se encontrava o PRR, além de alguns sujeitos oriundos da elite estancieira da fronteira, houve uma articulação com os coronéis de cima da serra, que representavam o desenvolvimento econômico da região norte do estado. Apesar desta aliança dos republicanos com setores sociais em ascensão no início da República, continuou se fazendo forte a presença de sujeitos provenientes de famílias de estancieiros da fronteira. Para Joseph Love (1975, p. 31), do grupo de advogados formados em Direito em São Paulo, dentre eles Assis Brasil, Júlio de Castilhos, José Gomes Pinheiro Machado e Antônio Augusto Borges de Medeiros, todos provinham de famílias de estancieiros, “três deles governariam o Rio Grande e o quarto, Pinheiro Machado, tornar-se-ia o principal representante estadual no Senado Federal”. Ângela Alonso vai ao encontro desta ideia, dizendo que os republicanos rio-grandenses eram oriundos de famílias de estancieiros economicamente estacionários, sem ligação com a oligarquia política da província (SACCOL, 2010, p. 52 Apud ALONSO, 2002). Já para Celi Pinto, “o perfil dos republicanos rio-grandenses era, em sua maioria, de indivíduos provenientes de uma classe média urbana, logo, não pertenciam à tradicional elite econômica pecuarista da Campanha rio-grandense e também não eram membros da oligarquia política local” (SACCOL, 2010, p. 52 Apud PINTO, 1979). Contrapondo a ideia de Celi Pinto (1979), para Jonas Moreira Vargas (2007), os líderes republicanos do Rio Grande do Sul, em sua maioria, faziam parte de uma geração de bacharéis, filhos de famílias tradicionais da elite provincial. Os chefes das famílias de elite enviavam seus filhos para estudarem em São Paulo, principalmente no curso de direito, pois quando estes jovens retornavam à província do Rio Grande, estavam aptos a defender os interesses econômicos e políticos de suas famílias. Quando passavam a ocupar cargos no governo provincial, agiam como “mediadores

A partir deste momento, os republicanos e o PRR, que nos anos anteriores do regime monárquico constituíam-se enquanto minoria, afastados do poder e exercendo o papel de crítica ao regime político vigente enquanto oposição, afirmavam-se enquanto um grupo coeso e consistente, que possuía grande poder de influência sobre as medidas adotadas pelo governo provisório da República. Júlio de Castilhos passou a se utilizar de toda sua astúcia política e capacidade retórica para atacar os maiores inimigos do PRR no contexto, o partido Liberal, através da imprensa em “A Federação” e pressionando o então Presidente do Estado, Visconde de Pelotas, no sentido de afastar os liberais dos mandos de governo e dos cargos públicos. Segundo Reckziegel

Começava [...] a grande derrubada dos liberais dos cargos públicos, e a substituição das posições de comando Visconde de Pelotas levaram os secretários de estado a promover uma série de atos administrativos, organizando nova estrutura policial e retirando poderes do presidente provisório em benefício do chefe de Polícia. A 9 de fevereiro de 1890, pressionado tanto por antigos liberais quanto por republicanos, o visconde transferiu por decreto o poder a Castilhos, que, mais uma vez usando de cautela, apontou o general Júlio Anacleto Falcão da Frota como presidente do Estado. (RECKZIEGEL, Op. Cit, p. 26).

O período entre novembro de 1889 e junho de 1892, quando Júlio de Castilhos assume definitivamente a presidência do estado, foi marcado por uma instabilidade política e administrativa no Rio Grande do Sul, com inúmeros políticos assumindo a posição de mando e sendo depostos em curto tempo de governo. Um fato importante que se deu neste intervalo de três anos foi a elaboração da Carta Constitucional Republicana escrita por Júlio de Castilhos em 14 de julho de 1891. Pelo fato de Castilhos ter personificado a constituição estadual às suas vontades, excluindo da elaboração companheiros dos tempos de propaganda como Assis Brasil, Demétrio Ribeiro e Rafael Cabeda, ocorreu o racha interno no PRR, dando origem à oposição republicana. Foi justamente esta oposição que, no curto espaço de tempo de novembro de 1891 até o mês de julho de 1892, governou o estado num triunvirato formado por Assis Brasil, Barros Cassal e Luis Osório, que ficou conhecido pejorativamente como “governicho”, alcunha que lhe foi dada pelo próprio Castilhos.

A Constituição castilhista, como ficou conhecida pela historiografia, possuía um caráter autoritário e concentrava todos os poderes no executivo estadual, permitindo que o presidente governasse com poder irrestrito, podendo ser reeleito quantas vezes fosse

políticos” (VARGAS, 2007) entre os interesses da Corte e os da Província, procurando favorecer seus aliados e familiares no poder em âmbito local. Enfim, percebe-se que o perfil social dos chefes republicanos englobava características que contemplavam tanto os setores da tradicional elite estancieira rio-grandense, quanto bacharéis, industriais, comerciantes, dentre outros.

outorgado seu mandato nos processos eleitorais, que como veremos no próximo tópico, eram corrompidos e fraudulentos, sempre favorecendo a reeleição dos candidatos indicados pelo PRR.

Com a tomada definitiva do governo estadual pelos republicanos castilhistas no mês de junho de 1892, após meses de intensa propaganda contra o “governicho” nos jornais e o planejamento de um golpe, que seria liderado por Castilhos, caso os republicanos dissidentes não deixassem o poder, começaram as exonerações nos cargos públicos e a perseguição aberta às oposições, tanto pelo empastelamento dos jornais, quanto pelas prisões.

A cultura política do castilhismo tinha elementos filosóficos que os republicanos foram beber no positivismo de Augusto Comte, adaptando-os à realidade do estado e construindo um modelo político novo, com características próprias, mais autoritário que o positivismo⁷. Segundo Velles Rodrigues (Ibid., 2007, p. 73)

O Castilhismo firmou-se como uma versão positivista diferente do comtismo, ou do positivismo tout-court. Como filosofia política atuante a ideologia castilhista criou um modelo político que se perpetuou no Rio Grande do Sul ao longo de mais de três décadas [...]. Enquanto, para Comte, a assembleia política gozava de um certo caráter corporativo, pois devia ser constituída por deputados escolhidos pela agricultura, pela manufatura de pelo comércio, para os castilhistas a Assembleia Estadual estava composta, indistintamente, por todos os grupos sociais, aglutinados ao redor do Partido Republicano Rio-Grandense, que era imaginado como agremiação partidária única, uma vez que não tolerava o pluralismo partidário e, muito menos, o funcionamento da oposição [...]. Enquanto para Comte não havia identidade entre os poderes sacerdotal, educador e industrial, de um lado, e o Estado, de outro, no castilhismo há uma tendência unificadora dos três em torno do Estado.

Com o PRR fechando o cerco, não deixando espaço para as oposições disputarem o poder e perseguindo seus adversários, não restava outra saída aos líderes federalistas como Silveira Martins, Joca Tavares e Gumercindo Saraiva do que o exílio, sendo o Uruguai, para muitos destes sua segunda pátria, o lugar onde as forças federalistas foram se organizar para a futura invasão do Rio Grande do Sul cruzando a fronteira, para a tentativa de tomada do poder. De 1893 a 1895 ocorreu a Revolução Federalista, em que os republicanos castilhistas e os federalistas guerrearam pela disputa do poder estadual. Mas para uma melhor compreensão deste contexto de guerra é importante fazer uma breve análise das condições em que se encontravam as oposições nestes anos iniciais do regime republicano no Rio Grande do Sul.

⁷ [...] o castilhismo diferenciava-se do comtismo em virtude de destacar incisivamente a presença dominante do Estado nos diferentes campos da vida social, ao mesmo tempo em que era criada toda uma infra-estrutura econômica, política e jurídica para perpetuar tal estado de coisas. O castilhismo mostrou-se mais decisivamente totalitário que o comtismo. (RODRIGUES, 2007, p. 74).

Para o historiador Sérgio da Costa Franco (2007), os primeiros anos da República foram de dificuldades para o exercício da oposição, principalmente pela implementação do Regulamento Alvim⁸, de 23 de junho de 1890, que dentre outras medidas que ensejavam fraudes e distorções da vontade popular, o artigo 30 afastava a possibilidade de representação das minorias, “ao determinar que as cédulas para deputados conterão tantos nomes quanto forem os deputados que o Distrito Federal ou o estado tenha de enviar ao Congresso” (Ibid., 2007, p. 131). Sobre o direito de representação das minorias, o autor escreve que:

Desde muito tempo, a legislação eleitoral do império contemplava, pela divisão do território provincial em distritos eleitorais ou pela regra das chapas incompletas, a possibilidade de opositores ou dissidentes enviarem representantes às câmaras. As regras da chapa completa e da circunscrição única eram, evidentemente, uma regressão, ao desprezarem o princípio liberal de representação das minorias. De parte, aliás, dos republicanos gaúchos, era explícita a intenção de alcançarem exclusividade na representação política.

Devido a estas circunstâncias as oposições já no ano de 1890 passaram a se organizar. A primeira coligação política, que unia liberais, conservadores e dissidentes republicanos, foi a União Nacional, sem caráter de partido político, mas de mera aliança de inconformados e descontentes. “Esta coligação, que teve como presidente do seu diretório ninguém menos que o Visconde de Pelotas, [...], pode considerar-se ancestral do partido federalista, nascido dois anos mais tarde” (Ibid., 2007, p. 131). Neste ano houve a eleição para o Congresso Constituinte, e a União Nacional se absteve de apresentar candidatos, alegando falta de garantias, fraude do alistamento e violências do governo. A primeira vez que a oposição enfrentou diretamente os republicanos num pleito eleitoral foi na eleição estadual de maio de 1891, sob o rótulo de Partido Republicano Federal:

Neste pleito, apesar da coerção e das fraudes patrocinadas pelo governo do estado em favor do Partido Republicano, a oposição teve um desempenho expressivo e satisfatório, atingindo, seu candidato mais votado, a cifra de 18.214 votos, enquanto os candidatos da chapa oficial obtinham perto dos 29 mil sufrágios. Se vigorasse uma regra de representação proporcional, mais de um terço das cadeiras da Constituinte tocariam à oposição [...]. (Ibid., 2007, p. 133).

Após a derrota nas eleições de 1891, os liberais voltaram a se organizar em inícios de 1892, quando no mês de fevereiro, Gaspar Martins retorna ao estado, após revogado o seu desterro pelo decreto federal 1037, de 19/11/1890. Como a junta governativa do estado,

⁸ “Marcadas as eleições nacionais para a primeira Assembleia Constituinte a se realizarem em 15 de setembro de 1890, surgiram, sucessivamente, dois diplomas que as regulamentaram: primeiro, o do ministro Aristides Lobo, em 8 de fevereiro, e o segundo, o do seu sucessor, ministro Cesário Alvim, de 23 de junho”. (FRANCO, 2007, p. 130).

formada pela dissidência republicana, havia marcado eleições para uma convenção rio-grandense, que foi sendo sucessivamente adiada, os líderes liberais reuniram-se à residência de João Nunes da Silva Tavares, para tratar da fundação de um novo partido e da reconstrução do Estado. “Depois de haverem proclamado, por proposta de Silveira Martins, a candidatura de João Nunes da Silva Tavares (Joca) ao governo do estado, os congressistas⁹ deliberaram fundar o Partido Federalista” (Ibid., 2007, p. 134). Após a fundação do Partido Federalista¹⁰, os liberais ali reunidos construíram o programa político que guiaria os rumos da política partidária:

Do sumário exame do primeiro programa de 1892, verifica-se que nele levantava-se a bandeira do parlamentarismo, com a simultânea derrogação da Constituição estadual de 14 de julho; propunha-se diminuição do mandato do presidente do estado, de 5 para 4 anos, com proibição de reeleição; projetava-se a eleição de deputados à Câmara (Assembleia Estadual) por distritos, com sistema de voto incompleto para garantir representação da minoria; dava ao Legislativo atribuições de propor projetos de lei, o que aberrava da constituição castilhistas. (Ibid., 2007, p. 136).

Deste programa nenhum ponto foi colocado em prática, pois a 17 e junho de 1892, Júlio de Castilhos, apoiado pelo marechal Floriano Peixoto retornou à presidência do estado e restabeleceu a constituição de 14 de julho. Estava fechado o cerco aos federalistas, que já partiam para o exílio no Uruguai de onde iriam planejar a invasão do estado para a derrubada de Castilhos e do PRR do poder. Iniciava-se a Revolução Federalista, que se prolongou entre os anos de 1893 a 1895, envolvendo grande parte das forças policiais do estado e se estendendo para além das fronteiras do Rio Grande.

Não constitui-se em objetivo fazer neste capítulo um estudo aprofundado do conflito, destacando apenas alguns aspectos essenciais.

Segundo Loiva Otero Félix, o conflito federalista foi uma disputa entre coronéis da fronteira com o Uruguai e a argentina e os de cima da serra (1987, p. 53). Ana Luiza Reckziegel (2007) vai ao encontro desta alegação e ainda salienta o fato de que a revolução

⁹ “A base de sustentação do novo partido mostrava-se forte. Embora com predominância de elementos da Fronteira, especialmente de Bagé e Santana do Livramento, havia representantes de Porto Alegre, como o médico José Bernardino da Cunha Bittencourt, ex-deputado conservador; Apolinário Porto Alegre, um dos fundadores do Partido Republicano e eminente escritor; Emílio da Silva Ferreira, comerciante e líder Maçônico, e Joaquim Pedro Salgado, ex-deputado liberal. Passo Fundo fazia-se presente com o advogado Antônio Prestes Guimarães, ex-deputado liberal. Caçapava do Sul enviava Laurentino Pinto Filho. Pelotas tinha representantes na pessoa do Dr. Leopoldo Antunes Maciel (barão de São Luís) e de Elizeu Maciel. São Gabriel comparecia com José Serafim de Castilhos, mais tarde conhecido como Juca Tigre.” (FRANCO, 2007, p 135).

¹⁰ Do Partido Federalista foram excluídos os republicanos da dissidência Cassalista, pois “não havia possibilidade de uma coligação sólida entre gasparistas e cassalistas, pois estes eram também partidários de um presidencialismo forte e sofriam marcada influência das idéias positivistas de Demétrio Ribeiro” (FRANCO, 2007, p. 133).

deve ser entendida como um conflito além-fronteiras, basicamente por dois motivos: primeiro porque muitos líderes federalistas, entre eles Silveira Martins e Gumercindo Saraiva possuíam origem uruguaia e brasileira, mantendo contato com a política dos dois países, além de também possuírem estâncias em ambos os lados; e segundo porque no desenrolar da guerra, houve envolvimento direto de autoridades uruguaias, pois tanto os castilhistas quanto os federalistas estabeleciam acordos com blancos e colorados.

Apesar de as tropas do governo estadual terem praticamente liquidado o exército revolucionário, chegando o conflito ao seu final no ano de 1895, Júlio de Castilhos continuou investindo pesado em não dar sossego à oposição, mantendo o Estado e as forças da Brigada Militar em constante alerta.

Com a transferência do poder estadual para Borges de Medeiros, sucessor direto e escolhido pelo próprio Castilhos, a política estadual entrava em uma nova fase do regime republicano, diferente do período em que o PRR teve Castilhos no poder mantendo a centralização e a coesão dos partidários em torno de sua figura. A partir do momento em que Borges de Medeiros assumiu o governo do estado, alguns líderes republicanos passaram a contestar sua autoridade. Em função disto, as disputas pelo poder no interior do PRR se elevaram a um nível mais acirrado em relação ao período em que Júlio de Castilhos governou o Estado. As facções políticas que surgiram após a posse de Borges de Medeiros disputavam sua preferência, assim como grupos antagônicos no poder local já o faziam em relação ao prestígio de Castilhos. Isto de certa forma enfraqueceu a hierarquia do partido e coube a Borges desempenhar o papel de mediador entre os conflitos intrapartidários locais, concedendo vantagens ora a uma, ora a outra das facções republicanas em disputa, conforme o grupo local que melhor fosse atender aos seus interesses.

Mas como se davam as relações dos poderes locais com o governo do estado durante o período de governo de Castilhos e de Medeiros? Estas relações de poder, envolvendo coronelismo, poder pessoal, barganha eleitoral, disputa entre elites, serão brevemente analisadas no tópico a seguir.

1. 2 – Os coronéis e o partido: relações entre poder local/poder estadual

Após a proclamação da república, houve um fortalecimento dos poderes estaduais, em que mantiveram-se inalteradas as relações de poder pessoal nos municípios, preservando os

esquemas informais de poder, encharcados de patrimonialismo e mandonismo, constituindo o que ficou conhecido pela historiografia rio-grandense por “sistema político coronelista”. Segundo o historiador Gunter Axt (2007), o “coronelismo é um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis” (Ibid., 2007, p. 89). O autor também destaca que

Trata-se de uma “rede de compromissos”, segundo a qual o governo estadual, fortalecido pelo federalismo fiscal e institucional da República Velha, “garante para baixo o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos”, enquanto “o coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos”. No terceiro vértice, “os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento por parte deste de seu domínio no estado”. (Ibid., 2007, p. 89).

Torna-se importante o reconhecimento de que haviam estreitas relações de poder, tanto pessoais, quanto públicas, que ligavam os coronéis às autoridades republicanas. Entretanto, havia um limite nesta relação, pois ela não se dava de forma vertical e mecânica, pois apesar de o PRR cooptar politicamente estes mandões locais, havia sempre uma margem de liberdade ao coronel no sistema informal de poder, onde o seu poder pessoal de influência prevalecia sobre a lei. Para Gunter Axt (2007) não existia uma relação mecânica também entre o PRR e os grupos da elite de cima da serra e de setores imigrantes, em detrimento dos estancieiros da campanha:

[...] a classe dominante gaúcha não era homogênea, sendo sacudida por divergências internas, mormente aquelas que respeitavam aos interesses nem sempre convergentes de estancieiros e charqueadores, o que dificultava o estabelecimento de uma correlação automática entre classe social e partido político. (Ibid., 2007, p. 91).

Na visão de Gunter Axt (Ibid., 2007, p 92) “[...] o PRR costurou mais compromissos conservadores do que progressistas, esteve longe das decantadas fidelidade partidária e coerência programática [...]”, embora tivesse suas especificidades, como a institucionalização autoritária do Estado e a sistematização do discurso político-ideológico.

Heloísa Capovilla (1990), estudando as relações de poder estabelecidas na região do litoral Norte do Rio Grande do Sul nos primeiros anos da República, esclarece muito sobre as características do “sistema coronelista” e a respeito de suas especificidades no contexto estadual. Para a autora “o sistema de reciprocidade de favores é condição sine qua non para a sobrevivência do coronelismo, constituindo-se também a fidelidade dos coronéis aos chefes maiores em outra condição importante” (CAPOVILLA, Op. Cit., p. 21).

A aparente contradição entre o poder de mando local do coronel e sua cooptação¹¹ pelo governo republicano, em realidade é explicada pelo fato de que

Castilhos iniciou uma atuação junto ao município, que foi depois continuada [...]. Na nova articulação não havia, na prática, contradição entre a centralização do PRR e a descentralização do coronelismo, mas um ajuste com as condições históricas dadas mediante a adequação do positivismo-castilhismo às condições pré-existentes de mando local, assentado numa prática autoritária. (FÉLIX, Op. Cit., p. 28).

Na prática, o que ocorria, era uma adequação das conveniências dos coronéis aos interesses do partido no município em que se dava seu âmbito de atuação. O chefe local que atendesse aos interesses do PRR, obteria facilidades político-administrativas e até mesmo vantagens financeiras, garantindo em troca, os votos para os candidatos do partido por parte do seu “curral eleitoral”, além de sua incorporação à Brigada Militar em períodos de Conflito. Havia uma negociação entre os chefes locais e o PRR, em que a balança pendia sempre mais para o lado do partido, que procurava manter um rodízio dos coronéis legalistas nos seus poderes em âmbito municipal, no intuito de evitar o acúmulo de poder local por alguma das facções, o que poderia vir a representar um entrave aos interesses do presidente do estado.

Márcio Alex Cordeiro Biavasci (2004) estudando as relações de poder coronelistas em Santa Maria no período de governo de Borges de Medeiros, identifica diferenças entre o modelo deste e o de Júlio de Castilhos, embora fosse seu herdeiro. O padrão coronelista borgista teria se originado a partir da morte de Castilhos, “como uma estratégia de acalmar os ânimos das constantes dissidências daqueles grupos que não concordavam que ele assumisse a chefia partidária juntamente da chefia do estado”. (Ibid., p. 15). Segundo o autor:

[...] não sendo possível nem desejado, o enfrentamento, a solução ideada por Castilhos e continuada por Borges, foi a de um comportamento político intermediário, integrando os coronéis à chefia partidária, colocando-os nas comissões diretoras dos diretórios municipais do PRR e investindo-os em funções políticas nas Intendências, nos conselhos intencionais (ou municipais) e nas funções políticas do município e do distrito. Na verdade, o grande poder estava no partido, representado pelo poder executivo. O poder das comissões executivas era figurativo (conseguir emprego, abrir estradas, etc.). (Ibid., 2004, p. 15).

Outro aspecto importante abordado por este autor foi o fato de que Borges de Medeiros, para manter o controle das problemáticas do campo político local, promovia a “cooptação de algum membro partidário, sem muita importância ou prestígio aparente à

¹¹ É requisito fundamental [...] a identificação absoluta do coronel com o poder dirigente. É isso que dá o tom ao coronel legalista gaúcho, executor fiel do partido e do legalismo [...]. Não é um executor cego das ordens do partido, mas as executa por entende-las e aceita-las, por estar plenamente convicto das verdades do partido e identificar-se com elas. (FÉLIX, 1987, p. 67).

primeira vista, mas colocado em um posição privilegiada, na qual pudesse obter informações confiáveis de serem apreciadas por Borges de Medeiros, especialmente nas épocas eleitorais” (Ibid., 2004, p. 42).

Concluindo, Borges de Medeiros exercia um papel de intermediação entre os interesses do partido e estas chefias locais e não impedia as dissidências internas no partido em âmbito municipal, ao contrário, as incentivava, mantendo um rodízio das facções políticas locais no poder intencional, pois desta forma o poder local nunca se fortaleceria a ponto de afrontar diretamente o Presidente do Estado. No entanto, quando a situação ameaçasse fugir do controle, o líder republicano não hesitava em usar a violência para contê-las.

1. 3 – Santa Maria no contexto da primeira república: o desenvolvimento urbano veio nos vagões do trem

Como a cidade de Santa Maria estava inserida no contexto sócio-político da primeira república?

Para responder a esta questão, é preciso trazer à luz alguns pontos fundamentais dos aspectos econômicos, sociais e políticos que possibilitaram a transformação da cidade, de uma vila com aspectos rurais até meados do século XIX, com uma vida social pouco movimentada, a centro urbano que era tido como referência e ponto de passagem obrigatório de mercadorias e de pessoas nos anos de transição do Império para a República. Um fato surge enquanto agente catalizador das circunstâncias desta transformação: a ferrovia.

Daniela Vallandro de Carvalho¹² (2005, p. 34) faz uma interessante divisão da história de Santa Maria no século XIX, caracterizando o município nos anos anteriores a 1880, mostrando-o como “centro comercial regional de criadores de gado e lavradores, com uma composição social pouco diversificada”, para, em seguida, demonstrar o crescimento econômico local, a partir da “instalação dos primeiros traçados da viação férrea (1880 e 1885)” e da “instalação do núcleo colonial de imigrantes italianos em Silveira Martins

¹² A autora defendeu sua Dissertação de Mestrado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos no ano de 2005, intitulada: “Entre a Solidariedade e a animosidade”: Os Conflitos e as Relações Interétnicas Populares Santa Maria – 1885 a 1915. A autora aborda as experiências populares em um espaço em urbanização (Santa Maria/Rio Grande do Sul/Brasil) nos anos finais do Império e princípios da República, em que privilegia o olhar sobre as relações entre estes autores sociais, pondo em evidência suas práticas delituosas e suas relações com o aparato repressivo, representado pela polícia e principalmente, pelo sistema judiciário.

(1877/1878)”, fatores que proporcionaram a diversificação de “sua população e as atividades por esta desempenhada”. Segundo a autora, estas mudanças significaram

[...] alterações e reordenamentos sociais que implicaram em uma série de consequências à região e às pessoas que lá viviam, ou que para lá se dirigiram. Vidas foram alteradas, perspectivas ampliadas, condições sociais reordenadas, contatos foram gerados e muitas relações se estabeleceram, entre conflitos e solidariedades. (Ibid., 2005, p. 52-3).

Portanto, a partir do incentivo dado pelo governo Imperial nos anos 1870 à imigração italiana, além das famílias alemãs que já encontravam-se desenvolvendo atividades econômicas no município, e da instalação da ferrovia no início dos anos 1880, a incipiente vida social de Santa Maria passa a se diversificar. A instalação da rede ferroviária na região atraiu uma série de investimentos na localidade, ao largo da Avenida Rio Branco, como casas comerciais, uma rede hoteleira, entre outros estabelecimentos. Em torno destes negócios, foi se estabelecendo cada vez mais uma elite de caráter urbano, que não deixou de manter relações com a elite rural do município.

Cristiane Debus Pistoia (2011, p. 23) faz uma boa apreciação da vida econômica de Santa Maria neste período:

Nos anos finais do império, a economia da cidade era diversificada. Pessoas ganhavam seu sustento trabalhando como balconistas de farmácia, peões de fazendas, empregados domésticos ou praças de polícia, dentre outras ocupações. Havia também os caixeiros-viajantes que movimentavam o comércio local, trazendo novidades como cortes de tecidos diversificados, objetos em cerâmica inglesa e gêneros alimentícios não perecíveis como sal, açúcar e erva-mate.

Relacionado com essa diversificação econômica do município, a vida social e cultural também se ampliou, através da fundação de clubes sociais, como o Clube Caixeiral, o Club de Atiradores, a Sociedade Nova Aurora, a Sociedade dos Caixeiros Viajantes, além da criação de um Teatro, o 13 de Maio, onde os sujeitos da elite local se reuniam para confraternizar e tratar de diversos assuntos referentes aos interesses do período.

Em função de sua importância para as sociabilidades no município, torna-se interessante fazer um breve comentário sobre o Clube Caixeiral. Criado em 1886, este clube, que é conhecido na cidade até os dias atuais, reunia a juventude pertencente à elite local num ambiente onde ocorriam “discussões literárias, palestras e aulas para o ensino de português, aritmética, geometria prática, geografia, álgebra e noções de física” (BELÉM, 1933, p. 231).

Nesta época, Santa Maria já contava com 4 jornais, que certamente não deixavam de retratar os eventos sociais promovidos nestes clubes em suas colunas sociais. O cidadão santa-

mariense que quisesse se manter informado sobre os assuntos referentes à região, como a exemplo dos debates ideológicos das acaloradas discussões políticas do período, poderia optar por um destes jornais: “A Gazeta do Norte” (1883), “O Santa-mariense” (1885), “A Província” (1886) e “O Combatente” (1887). (KARSBURG, 2007, p. 82).

Dos quatro jornais acima citados, cabe fazer um breve comentário sobre “O Combatente”, devido ao papel decisivo que este veio a representar no contexto do regime republicano, retratando de forma parcial os conflitos que se davam em Santa Maria. O jornal surgiu no ano de 1887 como órgão de imprensa do clube Caixeiral, vindo a defender abertamente a causa da república nos anos seguintes. Conforme descreve João Belém (Op. Cit., p. 234), as páginas do jornal passaram a refletir um discurso de teor político-ideológico, após este ter se tornado “propriedade do ardoroso republicano [...] Adolpho Otto Brinckmann, que o fez, ostensivamente, órgão do partido chefiado por Júlio de Castilhos”.

Por alguns anos, nos primeiros tempos da República, “O Combatente” atuou como órgão do partido republicano local. No entanto, após passar a ser propriedade de Cândido Brinckmann, irmão de Otto “tornou-se folha noticiosa e comercial, sem ligações partidárias” (BELÉM, Op. Cit, p. 234), embora nesta nova fase tenha desferido algumas críticas ao governo republicano, já sob o comando de Borges de Medeiros. O jornal suspendeu definitivamente sua publicação no ano de 1907.

Neste contexto dos anos 1880, houve um conflito na região envolvendo política e religião, no episódio da demolição da velha igreja da Matriz¹³. O confronto ocorreu entre políticos locais que tinham planos de “modernização”¹⁴ do ambiente urbano e os membros da igreja católica que, na ocasião, se opunham à derrubada da Matriz. No mesmo período a população da cidade ficou horrorizada com o espancamento do padre Marcelino de Bittencourt, que teve envolvimento direto no caso da derrubada da igreja. O mandante teria sido um caudilho local, o Coronel Martin Hoehr, que no ano de 1890, sob o governo

¹³ Karsburg, Alexandre de Oliveira. Sobre as ruínas da velha Matriz: religião e política em tempos de ferrovia (Santa Maria – Rio Grande do Sul – 1880-1900). Santa Maria: Ed. UFSM, 2007. Nesta obra, o autor analisa os episódios em torno da derrubada da velha igreja da Matriz, que envolveu os políticos da Câmara de Vereadores do período, ainda no Império, e o Bispo Marcelino Bittencourt, desvelando uma série de interesses que estavam por trás desta questão, como a disputa política entre os sujeitos que defendiam a “modernização” do ambiente urbano da cidade e os setores da igreja ligados por antigos vínculos ao Império, que estavam preocupados em perder sua influência com a laicização do Estado.

¹⁴ É importante frisar que as autoridades políticas do município envolvidas com ideias mais progressistas para o período, viam a necessidade de construir novos símbolos, pois o imaginário da população de Santa Maria ainda era muito vinculado ao seu passado e aos símbolos do Império. Neste sentido, segundo Karsburg (2007), foi significativa a derrubada de um templo religioso para a construção de um “templo da arte”.

republicano, seria novamente acusado de ser o mandante do assassinato do Chefe de Polícia, Felipe de Oliveira, cunhado de João Daudt Filho¹⁵.

Estes conflitos, que reproduziam em âmbito público, “ranços” e pendengas muitas vezes de caráter pessoal, faziam parte do fazer política num contexto que tinha a violência como parte de sua cultura política. A esse respeito, Cristiane Pistoia (Op. Cit., p. 26) diz que:

Devido a esta cultura política, as relações entre os grupos divergentes acontecia por meio de uma linha muito tênue entre a cordialidade e a agressividade, a qual poderia ser rompida facilmente, desencadeando uma série de conflitos. Na tentativa de resolver uma querela política, os indivíduos usavam armas de fogo, praticavam intimidações e arranjavam tocaias.

Além da violência, a cultura política de finais do XIX, na qual Santa Maria estava inserida, era marcada pela cultura política clientelista, pois, entre outros problemas, frequentemente “os postos administrativos eram preenchidos por indivíduos que mantinham estreitas relações pessoais, advindas tanto de laços de afetividade como de consanguinidade” (PISTOIA, Op. Cit., p. 25).

Segundo Richard Graham (2003), na cultura política do século XIX, a linha que separava os interesses públicos dos privados era muito tênue e, por conseguinte, eleições e violência caminhavam juntas. Na medição de forças entre dois ou mais chefes locais, levava vantagem aquele que conseguisse arrebatar mais clientes ao seu favor e, em função disso, “indicações para cargos oficiais ajudavam a ampliar o círculo de um chefe” (Ibid., 2003 p. 17). Nesse sentido, torna-se importante destacar o fato de que “a procura de cargos públicos por parte da autoridade local continuou a caracterizar a República, como ocorrera durante o Império” (Ibid. 2003, p. 20). Uma característica inerente ao clientelismo era o fato de que os interesses públicos e privados muito frequentemente se misturavam. Nas palavras de Graham (Ibid., 2003, p. 17) “a família e a unidade doméstica constituíam os fundamentos de uma estrutura de poder socialmente articulada e o líder local e seus seguidores trabalhavam para aumentar essa rede de dependência”.

Um bom método para a compreensão destes conflitos e relações de poder é a análise dos conteúdos das cartas¹⁶ que eram enviadas pelos chefes locais, influentes na política do

¹⁵ De origem alemã, das primeiras famílias que se estabeleceram em Santa Maria em meados do século XIX, foi um personagem “central para o entendimento das transformações operadas em Santa Maria no final do século XIX. ‘Missionário do progresso’, atuou na área médica como farmacêutico, tentando suplantar os ‘práticos’ na arte da cura [...]”. (KARSBURG, 2007, p. 92). Ocupou cargo público na Câmara de Vereadores na última Câmara do Império e também na República.

município, para Júlio de Castilhos, em que tratavam de questões pessoais que se misturavam a pendengas públicas¹⁷.

O próximo capítulo será dedicado a uma análise mais aprofunda dos conteúdos das cartas e correspondências que eram trocadas entre Júlio de Castilhos e os representantes do Partido Republicano de Santa Maria. Tais cartas eram remetidas em diferentes momentos, desde o período de ascensão do PRR no poder do Estado (1889-1892), passando pelos conflitos com a oposição (meados de 1892 a 1895), até a fase de consolidação de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros na Presidência do RS (1895-1900). Na análise qualitativa desta documentação e no cruzamento das cartas com os jornais republicanos estudados, “A Federação” de Porto Alegre e “O Combatente” de Santa Maria, será feito o esforço de reconstruir os acordos e disputas políticas em Santa Maria nos primórdios da República, bem como no sentido de trazer à luz as pendengas políticas que se davam nos bastidores, entre os próprios correligionários do PRR, e as formas como apelavam para a intervenção de Castilhos nos conflitos locais; as medidas que deveriam ser tomadas para conter e reprimir as oposições; e os pedidos e indicações para a posse de cargos públicos de amigos e familiares de algumas autoridades republicanas de Santa Maria, desvelando as relações clientelistas típicas do poder coronelista do período.

¹⁶ Estas cartas foram encontradas no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em pesquisa realizada no ano de 2009. Estão localizadas no fundo Arquivo Pessoal Júlio de Castilhos, séries Correligionários ou Correspondências, subsérie Correspondências recebidas.

¹⁷ Biavaschi (2004, p. 12), analisando as cartas que eram enviadas pelos políticos de Santa Maria à Borges de Medeiros, num período em que as relações entre poder local/poder estadual, continuavam muito parecidas com o período em que Castilhos estava no poder, diz que: “Estas cartas demonstram que as relações entre poder local e poder central no bojo do PRR eram muito tensas, evidenciando a utilização da coerção e da cooptação, de ambas as partes, ou seja, a ocorrência do intercâmbio de interesses e compromissos entre atores sociais e políticos com forças desiguais, porém estreitamente interligadas, os coronéis santa-marienses e Borges de Medeiros”.

2 – CONFLITOS POLÍTICOS E RELAÇÕES ENTRE PODER LOCAL/PODER ESTADUAL

Para a compreensão das forças políticas envolvidas no poder local em Santa Maria é importante que se faça uma definição a nível de identificação, dos sujeitos da elite política do município num perfil de coronel que contemple algumas características próprias do meio social no qual estavam inseridos, no contexto da segunda metade do século XIX, especialmente dentro das mudanças estruturais que a cidade estava passando quando da implantação da ferrovia, nos anos de transição do Império para a República.

A elite santa-mariense, até aproximadamente os anos finais da década de 1870, era composta por sujeitos que concentravam suas atividades econômicas basicamente no meio rural, em especial na pecuária e na agricultura. Segundo Gláucia Külzer (2009, p. 64), a Vila de Santa Maria, em meados do século XIX “se caracterizava por ser uma região que associava a criação de gado, a produção de alimentos com um pequeno comércio regional”. Esta autora demonstra a predominância de pequenos e médios criadores, sendo que neste estrato social apenas algumas famílias concentravam a maior parte das terras e do gado do município, numa média de 2.725 reses por criador. A grande parcela era composta por pequenos e médios agricultores que ficavam com faixas de terra equivalentes ou menores do que 1000 hectares. “Essa situação apresenta um quadro em que havia poucos senhores detentores de uma grande parte do rebanho bovino” (Ibid., 2009, p. 63).

A mesma autora também destaca a presença de algumas famílias de imigrantes alemães que chegaram a Santa Maria por volta do ano de 1828, alguns provenientes do 28º Batalhão de Atiradores, os quais o Império brasileiro havia contratado para lutarem na Guerra da Cisplatina. Ao longo do século XIX foram se estabelecendo na região com atividades variadas, sendo que “a maioria (35%) dedicava-se a atividades vinculadas a terra, 16% atuava no comércio, 5% eram comerciantes, 2% exerciam atividades militares, [...]” (Ibid., 2009, p. 54). Dentre eles, merece destaque a figura de João Appel, que, segundo Külzer (2009), foi o primeiro alemão que passou a integrar o quadro da elite agrária local. Trata-se de um caso de ascensão social por estratégia de matrimônio. João Appel, que já havia acumulado bens através do comércio e da especulação de terras quando de seu deslocamento de São Leopoldo para Santa Maria por meados dos anos 1830, veio a somar seu patrimônio ao de Ana Maria de Oliveira, filha de Maximiano José de Oliveira, proprietário de terras na região.

Além das estratégias matrimoniais, outra forma de ascender socialmente e acumular títulos e prestígio nos tempos do Império era através da atuação na Guarda Nacional. Este foi o caso de Martin Höehr, filho de imigrantes alemães que chegaram à Santa Maria na década de 1840, que foi lutar na Guerra do Paraguai, “tornando-se ‘herói’ de guerra e promovido ao cargo de coronel da Guarda Nacional” (KARSBURG, Op. Cit., p. 170). Obtendo o título de Coronel da Guarda Nacional e acumulando bens e prestígio, Höehr, assim como outros coronéis da região, passava a exercer influência e poder de mando na política local, constituindo sua clientela e negociando com o poder central da província.

Martin Höehr¹⁸ se utilizava dos seus títulos e posses para exercer poder local e alcançar seus objetivos na política, fazendo uso da violência física em diferentes momentos de sua trajetória na vida pública. Nos anos que marcaram a transição da Monarquia para a República, o Coronel passou de Chefe do Partido Conservador à líder republicano do município. Segundo Karsburg (Op. Cit., p. 170):

[...] o coronel fazia parte de um grupo com certa influência política na região, composto basicamente por estancieiros e proprietários de terras de Santa Maria. Embora tenham similaridades com o coronelismo do período imperial, já que exerciam algum tipo de dominação e poder local através de oportunismo político e militar [...] não devem ser confundidos com os coronéis da região da Campanha, muito mais influentes politicamente e donos de amplas extensões de terra. [...] Sendo assim, Martin Hoehr e seus iguais possuíam poder de mando unicamente em Santa Maria e seus contornos.

No caso deste Coronel santa-mariense, seu poder se fazia valer muito mais pelo uso da violência e dos acordos e trocas de favores com os partidos políticos que melhor representassem seus interesses, do que propriamente pelo seu carisma, o que segundo André Heráclio do Rego (2008) constituía característica fundamental da figura do coronel no nordeste, ou em outras regiões do país. O coronelismo, embora entendido como um fenômeno político de dimensão nacional foi marcado pela pluralidade em suas manifestações regionais.

A chegada da ferrovia a Santa Maria na década de 1880 gerou desenvolvimento social no meio urbano, acompanhado de uma diversificação nas atividades econômicas do município. No entanto, o impulso dado ao comércio no meio urbano da cidade não representou uma ruptura com o poder econômico e político das famílias que detinham o

¹⁸ Este coronel santa-mariense esteve envolvido em escândalos e crimes nos anos de transição do Império para a República, sendo o mandante do espancamento de um padre, Marcelino de Bitencourt, em 1883, tendo atirado contra o jornalista liberal Ernesto Oliveira, redator do jornal “A Província”, no ano de 1889, além de ter sido o mandante do assassinato do delegado liberal Felipe Alves de Oliveira, no ano de 1891. Para a melhor compreensão dos escândalos políticos envolvendo o Coronel Martin Höehr, ver em Cristiane Debus Pistóia (2011), que recentemente desenvolveu um estudo muito esclarecedor sobre estes casos.

controle das atividades rurais da região, muito pelo contrário. Os negócios que foram se estabelecendo ao largo da Avenida Rio Branco, muitos provinham do capital de tradicionais famílias da elite local, a exemplo dos Niederauer, dos Daudt, dos Valle Machado, dos Menna Barreto, dentre outros, que já possuíam uma tradição econômica e política arraigada, proveniente de suas atividades rurais e comerciais desenvolvidas ao largo do século XIX.

Sendo assim, os sujeitos da elite santa-mariense pertencentes a famílias que já possuíam uma tradição na região, ou os que passaram a compor o quadro da elite local a partir das oportunidades de negócios provenientes da ferrovia, detinham a maioria das casas comerciais, dos bancos, dos hotéis e de outros negócios. Entre os donos de hotéis e bancos, prevaleciam indivíduos de origem alemã, que já vinham investindo em atividades no campo e no comércio desde que se estabeleceram na localidade no final da década de 1830.

O capital proveniente dos negócios permitia a muitos sujeitos dessa elite investir no desenvolvimento do meio social no centro da cidade. A maior parte dos clubes sociais que foram abertos nas últimas décadas do século XIX, como o Clube Caixeiral, Clube de Atiradores Santa-mariense, Sociedade dos Caixeiros Viajantes, Sociedade Nova Aurora, dentre outras associações beneficentes e sociais, ou pertencia aos sujeitos destas famílias, ou tinha seus quadros de sócios compostos por eles. Eram donos dos órgãos de imprensa que divulgavam as atividades desenvolvidas nos clubes. Por meio dos jornais, também faziam propaganda política, como a exemplo dos jornais “O Combatente”, que era republicano e “A Província”, que era o órgão de imprensa liberal de Santa Maria.

Uma instituição que congregava os membros da elite local e que influenciava diretamente no seu poder econômico e político era a Maçonaria. Dentre os membros fundadores da loja maçônica Boca do Monte criada em 1874, destacavam-se alguns nomes: “Maximiano José Appel, Antônio Appel, Augusto Menna Barreto, João Batista Niederauer, João Henrique Druck, Cristiano Höehr, Jacob Juiz Laydner, Ernesto Beck, Guilherme Fischer, Pedro Lenz, Carlos Müller” (KARSBURG, Op. Cit., p. 2003). Estes sujeitos, dentre outros não citados na lista, exerciam forte influência política no município, tanto no período de predomínio do Partido Liberal, quanto na República quando o PRR assumiu o poder no Estado.

Então, o perfil do coronel de Santa Maria assumia características do contexto local, em que durante o século XIX prevaleciam os pequenos e médios criadores de gado e comerciantes. Alguns exerciam poder político se valendo do poder econômico que possuíam, outros, a partir da patente de Coronel que recebiam por atuarem na Guarda Nacional. O coronel comerciante passava a ganhar maior destaque com os investimentos decorrentes da

ferrovia e sua atuação política era muito incisiva durante os primeiros momentos da república. Para Rêgo (Op. Cit., p. 67):

[...] muitas vezes, o poder que se originava de outros bens de fortuna impunha-se ao provindo exclusivamente da terra, em parte porque esta somente se tornava fonte de poder para aqueles que dispunham de capital para explorá-la. O comércio não era portanto uma atividade negligenciada ou desprezada; bem ao contrário, tratava-se de uma ocupação privilegiada.

Nesta análise fica claro que a constituição dos sujeitos de famílias tradicionais de Santa Maria enquanto coronéis com poder econômico e influência política possuía características específicas e que seu poder provinha, em parte, das atividades oriundas do campo e do comércio, que não eram campos excludentes, mas complementares.

Após esta compreensão dos perfis dos coronéis santa-marienses da segunda metade do século XIX, torna-se significativo que se esclareça sobre a atuação destes sujeitos de elite na cena política do município no contexto dos primeiros anos da República (1889-1900), para que se visualize a influência que exerciam nas relações entre poder local e poder central, através da imprensa partidária e das cartas e correspondências, nas quais tratavam de assuntos de âmbito público e pessoal e que, muitas vezes, os interesses públicos e os privados se misturavam, constituindo as duas faces de uma mesma moeda.

2. 1 – O fazer política através da imprensa partidária: disputas ideológicas, representações e conflitos nas páginas de “A Federação” e “O Combatente”

[...] não há real oposição entre mundo real e mundo imaginário. O discurso e a imagem, mais do que meros reflexos estáticos da realidade social, podem vir a ser instrumentos de constituição de poder e transformação da realidade. [...] a representação do real, ou o imaginário, é, em si, elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao mundo. (PESAVENTO, apud CHARTIER, 1995, p. 18)

Os Coronéis de Santa Maria envolvidos nas relações de poder que marcaram os primeiros momentos da república viam na imprensa uma oportunidade de colocar nas páginas dos jornais as ideias que melhor representassem seus interesses, fossem republicanas ou liberais, no intuito de convencer a opinião pública e ganhar o espaço das representações, que interferiam diretamente nos rumos que a política poderia tomar. Segundo Biavaschi (2004, p. 13):

Ao registrar as lutas pelo poder político local, estes órgãos de imprensa ilustram, de uma forma singular, aspectos ilustrativos das disputas coronelistas em Santa Maria, retratando, além de assuntos especificamente políticos, a realidade cultural e o *hábitus* (**grifo do autor**) próprio ao sistema coronelista.

Os dois órgãos de imprensa que serão aqui analisados são “A Federação” e “O Combatente”.

O primeiro, fundado pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) no ano de 1884, esteve durante muitos anos sob a direção de Júlio de Castilhos e exerceu papel fundamental enquanto órgão central da imprensa republicana no Estado, possuindo caráter ideológico de propaganda política, no sentido de preparar e convencer a opinião pública das ideias que estivessem circulando no interior do partido e das decisões que fossem tomadas pela Comissão Executiva¹⁹.

O segundo surgiu no ano de 1886 como jornal do Clube Caixeiral Santa-mariense, divulgando as festividades deste clube e as sociabilidades que eram promovidas em Santa Maria. No ano de 1889 passava a ser de propriedade particular de Adolpho Otto Brinckmann²⁰, tornando-se órgão de imprensa voltado para a propaganda política republicana na linha da “Federação”. Em finais de 1892, por motivos que a documentação encontrada não permite identificar com maior clareza, “O Combatente” abandonava o discurso oficial de defesa do PRR e assumia uma postura mais próxima de uma dissidência republicana, sob a direção de Cândido Brinckmann²¹. Este jornal, por ser um órgão de imprensa local, será colocado num primeiro plano de importância, pois noticiava os acontecimentos que marcavam Santa Maria nos primeiros anos da república e refletia os conflitos políticos que se davam a nível local.

Para a análise destes jornais, optou-se por dividir seus conteúdos em três temáticas, tendo em vista a prioridade dada aos assuntos referentes à política, nesta ordem: 1 -

¹⁹ A respeito do funcionamento interno do PRR, rever o esquema elaborado por Capovilla (1990), identificado em rodapé no primeiro capítulo desta obra.

²⁰ Ardoroso republicano de Santa Maria, filho de imigrantes alemães que se instalaram na cidade em meados do século XIX, possuía bens provenientes do comércio. Esteve entre os fundadores da Sociedade de Beneficência Alemã (Deutscher Hilfsvereine), organizada no ano de 1866 no município, tendo também participação na fundação do Clube Caixeiral Santa-mariense. Em 1889 adquiriu os direitos sobre o jornal do Clube Caixeiral, “O Combatente”, mudando sua linha editorial, transformando-o em órgão de imprensa de propaganda republicana em Santa Maria.

²¹ Irmão de Otto Brinckmann, era responsável pela redação de “O Combatente”. No ano 1897 comprou os direitos sobre o jornal, transformando-o em um noticiário sem vinculações políticas. Na análise do jornal no ano de 1892 foi possível levantar indícios de que após 17 de junho do mesmo ano, quando se deu a volta de Castilhos ao poder estadual, Cândido Brinckmann, juntamente com outros responsáveis pelo jornal, passaram a assumir uma postura de dissidência republicana local, promovendo críticas a algumas autoridades do PRR de Santa Maria.

propaganda ideológica e oposição política durante o período do “governicho”, em que através do discurso exaltava-se o Partido Republicano e atacava-se as oposições, num teor agressivo e acalorado; 2 - exonerações e renúncias de cargos públicos e perseguição política após a retomada do poder pelo PRR, pois até o PRR se estabelecer definitivamente no poder em 18 de junho de 1892, o cenário político estadual foi marcado por grande instabilidade político-administrativa, em que os partidos disputavam o poder e, quando o alcançavam, lançavam mão de uma série de recursos coercitivos, como cassações de mandatos e prisões contra os adversários, tendo como objetivo principal se manter no poder; 3 – conflitos e violência política durante a Revolução Federalista, sendo a prática da violência uma constante na transição do Império para a República, principalmente durante a Revolução Federalista (1893-95).

Devido a esta divisão temática e ao fato de “O Combatente” ter assumido a postura de jornal republicano durante o período de 1889 a finais de 1892, preferiu-se por priorizar a análise dos anos de 1892 e 1893, pois marcaram o contexto que antecedeu à Federalista, de intensa propaganda oposicionista dos republicanos contra o governo provisório (“governicho”), de perseguição às oposições após a retomada do poder por Júlio de Castilhos e o primeiro ano da revolução.

2. 1. 1 - Propaganda ideológica e oposição política durante o período do “governicho”

O Rio Grande do Sul adentrava o ano de 1892 sob o governo da dissidência republicana, grupo político composto por figuras como Demétrio Ribeiro, Barros Cassal, Assis Brasil, Luiz Ozório, dentre outros. Esta oposição constituiu-se após 14 de julho de 1891, quando Júlio de Castilhos outorgou a Constituição estadual sem consultar alguns colegas republicanos, que, descontentes, saíram do PRR e constituíram uma oposição republicana a Castilhos. Este governo, que durou de novembro de 1891 a junho de 1892, recebeu dos republicanos castilhistas a alcunha pejorativa de “governicho”, forma pela qual eram chamados na imprensa republicana.

Nesta conjuntura, tanto a redação do jornal “A Federação” em nível estadual, quanto a do “O Combatente” em Santa Maria, assumiam uma postura de oposição política ao “governicho”, prevalecendo as matérias de propaganda ideológica num tom agressivo contra o governo estabelecido, disputando o espaço das representações. Eram noticiadas, então, as

perseguições promovidas contra as autoridades republicanas e reclamava-se liberdade de imprensa, através de denúncias de cassações de mandatos e exonerações dos castilhistas dos cargos públicos.

O cidadão santa-mariense que tivesse às suas mãos o jornal “O Combatente” do dia primeiro de janeiro de 1892 veria que, na primeira página, o seu então redator, Cândido Brinckmann, deixava claro o posicionamento que o semanal havia assumido perante a situação política em que o Estado estava vivendo. O leitor então se depararia com a matéria intitulada “O Combatente”, que assim expressava seu teor ideológico:

Órgão fundado para advogar os interesses de uma corporação, ele muito fez, muito contribuiu para o engrandecimento moral e intelectual da sociedade de onde esperançoso e cheio de vida surgiu. Mais tarde, não trucidando as ideias que acompanhavam intimamente aquela pleide de moços que estavam à sua frente, **este periódico por incidente de mínima importância, abertamente alistou-se na vanguarda daqueles que lutavam pela causa da liberdade – a República. (grifo nosso)** Nessa fase para si gloriosa, burilaram em suas colunas os inolvidáveis companheiros Herculano dos Santos, Dr. Ildefonso B. T. da Fontoura, José Maria G. Chagas e o malgrado clínico Carlos Afonso Alves, aos quais estava entregue a sua redação. **Filiado espontaneamente a uma facção partidária, impossível seria agradar a todos (grifo nosso)**, razão porque não atingiu a tiragem ao grão com que pudesse elevar-se a um melhoramento geral palpitante; no entanto, sempre convencido de suas intensões nobres, ele supera todas as barreiras, vence obstáculos imensos e apresenta-se hoje em maior formato, já tendo encomendado material todo novo, o qual chegará por todo o mês de março [...].²²

Em verdade, o jornal não se filiou à ideia republicana por acaso, como se referia a reportagem ao dizer que foi por um “episódio de mínima importância”, mas porque em 1889 passou para a propriedade particular do ardoroso republicano Adolpho Otto Brinckmann, que o fez órgão de propaganda republicana, na linha editorial da “Federação” de Porto Alegre. Na propaganda republicana desenvolvida nas páginas de “O Combatente”, Adolpho Otto Brinckmann operava nos marcos da cultura política do início da República - muito rasas as suas ideias políticas, muito forte o seu entusiasmo em relação ao Chefe Júlio de Castilhos e a sua preocupação com honra e pureza de princípios. Brinckmann era um republicano confiável ao projeto castilhista, ou pelo menos, era no sentido de provar essa lealdade que se davam seus esforços, demonstrando ao Líder republicano a sua confiabilidade política e partidária, deixando-se cooptar politicamente, representando os interesses do PRR no poder em âmbito local e, ao mesmo tempo, fazendo uso das vantagens pessoais que tal posição poderia lhe proporcionar, seja no campo da política, quanto no acúmulo de fortuna e de prestígio social.

²² O COMBATENTE. O Combatente, Santa Maria 01 de jan. 1892, p.1. AHSM.

Após ter deixado claro que a direção do jornal já estava encontrando resistências na oposição local, ao dizer que “impossível seria agradar a todos”, Cândido Brinckmann prosseguia:

Firme quanto às ideias que sempre professou, este periódico como em todas as épocas, não está inibido de tratar de todas as questões de interesse geral, assim como **à ligação partidária local alguma está comprometido (grifo nosso)**. Espontaneamente advoga a ideia com que nasceu e debaixo de nossa direção individual não desvirtuará o programa de há muito delineado. [...] **A nossa mentalidade está no entanto abalada quanto à política local, somos francos. Longe estávamos de pensar que tornaríamos nos tempos melindrosos em que o partidarismo tudo avassalava. (grifo nosso)** Até o momento em que a primeira autoridade constituída do Estado se conservou dirigindo o Rio Grande do Sul, Santa Maria era uma família intimamente ligada, não predominava a política e sim o interesse local. Partidariamente falando, vemos hoje um horizonte rubro, por de traz do qual divisamos a nossa pacata Santa Maria retroceder a um passado não remoto que servirá para retrogradá-la e vilipendia-la [...].

Cândido Brinckmann²³

Embora o redator argumentasse que o jornal não estava filiado oficialmente a nenhum partido político, pelo fato de ser de propriedade particular, provavelmente representava em suas linhas interesses políticos particulares, ou de um grupo. Como será explorado mais à frente, o Partido Republicano local, desde seus momentos iniciais, já apresentava divergências internas, constituindo-se facções rivais nas fileiras do partido. Estes grupos divergiam em relação a interesses particulares de alguns sujeitos, ou a estratégias políticas para o estabelecimento e manutenção dos interesses do PRR no poder local, mas jamais contestavam a autoridade do Chefe do Partido, Júlio de Castilhos, pelo contrário, o que disputavam era a sua preferência.

Após demonstrar a postura que havia sido assumida pelo jornal, Cândido Brinckmann passava a preparar o leitor para o discurso de oposição ao “governicho”. Quando se referia aos “tempos melindrosos em que o partidarismo tudo avassalava”, o redator implicitamente remetia aos tempos da política imperial. Tal postura, aliás, era comum aos órgãos de imprensa republicana, pois, naquele momento, Júlio de Castilhos já atacava as oposições através das páginas de “A Federação”, principalmente aos federalistas, acusando-os de “restauradores”, porque eram supostamente monarquistas e intencionavam conduzir o Estado de volta aos tempos monárquicos, período que, segundo os republicanos, representava o atraso e a anarquia.

Esta estratégia discursiva de formar a imagem do inimigo no campo da representação pode ser entendida através do que Baczko (1985) define por delimitar um território para

²³ O COMBATENTE. O Combatente, Santa Maria 01 de jan. 1892, p.1. AHSM

designar uma identidade coletiva, através da qual são definidos os mundos opostos, o grupo dos que estavam ao lado da ordem, os “amigos”, e os que passavam a representar a desordem, o caos, os “inimigos”, passando, a seguir, à constituição das estratégias e serem utilizadas para combatê-los.

Virando a folha, na segunda página, o leitor veria a primeira crítica política direta feita ao governo instituído, através de matéria chamada “Para onde vamos?”, em que era exaltado o período anterior, quando o Estado estava sob o governo de Castilhos, ao mesmo tempo em que se referia com desprezo à política que estava em vigência:

É esta a pergunta que naturalmente deve preocupar a todos os patriotas que tem assistido ao desmoronamento porque vai passando a nossa [ilegível] terra. Ontem, felizes, despreocupados, vendo todas as atividades empenhadas na organização do Estado, e na prosperidade republicana; dir-se-ia que um único pensamento dominava todos os espíritos para conseguirem o mesmo fim; dir-se-ia que a família rio-grandense esquecera todas as rivalidades que a política monárquica estabelecera entre os seus membros, para dar lugar ao generoso esforço com que a mocidade republicana tanto se empenhava para o engrandecimento do Rio Grande e da república. Ninguém, por certo, acreditaria que todo aquele trabalho, tão [ilegível] quanto fecundo, fosse desfeito, senão destruído, por um fato todo acidental e completamente alheio aos intuitos patrióticos dos diretores dos negócios do Estado. Mas também quem seria capaz de acreditar na perversão de certos indivíduos, que até o dia anterior havia cortejado a sábia política que lhes serviu de escudo para se elevarem aos olhos de seus concidadãos, para no dia seguinte conspirarem contra essa mesma política, e o que a mais, comungarem com os inimigos da véspera para a realização de um plano renegado, concepção monstruosa dos políticos bastardos, apedrejados por todos os partidos?²⁴

Por fim, foi publicada, ainda na segunda página, uma reportagem chamada “Renúncia”, que completava as críticas ao governo. Expunha o pedido de exoneração de alguns indivíduos que haviam sido anteriormente nomeados por Júlio de Castilhos:

[...] a maioria dos membros do conselho municipal renunciou ao mandato que lhe fora confiado pelo partido republicano para dirigir os negócios municipais. **Obedecendo sem dúvida a um sentimento de honra, os distintos cidadãos patentearam, além de tudo, a sua pureza de princípios e a pureza de suas intenções (grifo nosso)**, pois, como declararam por estas colunas, não lhes era possível continuar a ocupar um lugar cujo fim principal estava completamente desvirtuado pelo governicho aclamado por certa gente de Porto Alegre. Subvertida, anarquizada, a ordem constitucional que devia servir de base à organização municipal, só haviam dois rumos a tomar, ou sujeitar-se ao arbítrio dos demolidores, ou protestar, renunciando o cargo em o qual já não encontravam garantias de desenvolver as supremas aspirações republicanas, contidas na sábia Lei do Estado. [...] À postos!²⁵

²⁴ PARA ONDE VAMOS? O Combatente, Santa Maria 01 de jan. 1892, p.2. AHSM

²⁵ Renúncia. O Combatente, Santa Maria 01 de jan. 1892, p.2. AHSM

Ao noticiar o pedido de renúncia de alguns membros do Conselho Municipal, eram exaltadas as “virtudes” e os “sentimentos de honra” dos republicanos castilhistas, aspecto que era comum no discurso propagado pela imprensa republicana do Estado, pois o castilhismo foi influenciado pelo ideário positivista, sendo a “pureza de princípios” algo que deveria caracterizar a ação dos republicanos.

Durante os meses que se seguiram, no ano de 1892, até a retomada do poder pelo PRR em 18 de junho, a situação política local continuaria marcada pela deposição de castilhistas dos postos públicos, o que pode ser entendido como um fator constituinte da cultura política do Rio Grande do Sul nos tempos da transição do Império para a República, quando eram corriqueiras as perseguições aos adversários e o preenchimento de cargos públicos por pessoas do meio familiar, ou do mesmo grupo de interesses dos políticos da situação, através de relações de poder clientelistas que continuariam caracterizando a política coronelista no regime republicano.

Ainda no início do ano de 1892, o jornal “A Federação” promovia a propaganda política republicana a nível estadual, em matérias que ressaltavam as críticas ao “governicho”, num teor ideológico que era seguido pelos seus correspondentes municipais, os jornais republicanos locais.

No dia 01 de janeiro de 1892, em matéria intitulada “92”, o órgão de imprensa oficial do Estado expôs o teor com que deveriam ser feitas as críticas ao governo provisório pelos órgãos republicanos dos municípios:

Findou no meio da escuridão sinistra para a Pátria o ano de 1891: as alegorias e júbilos do seu começo cederam passo à desgraça sem conta, à misérias sem nome, tristezas sim impar, tristeza profunda, infinita e magna! [...] 1891 é uma recordação! Recordação solene, grata e horrenda! Foi nele que a federação brasileira fundou-se no terreno legal, com audiência em toda a nação; foi nele que a República alicerçou-se em bases verdadeiramente liberais; foi nele que esta parte da América ouviu a proclamação das garantias de ordem e progresso decorrentes do movimento de novembro e que a Constituinte Nacional sabiamente definiu! Foi nele que se organizaram os Estados, ficando assegurada a autonomia de todos, a sua independência e livre expansão! [...] Foi nele que o filho querido do Rio Grande novo, o mais conspícuo representante da ideia republicana, a cabeça mais formosa e completa da geração moderna, o grande Júlio de Castilhos, subiu à Presidência do nosso Estado, lugar que lhe estava destinado e que merecera por seus talentos e virtudes, por seus ingentes serviços à nossa bandeira política, que é também o lábaro da Pátria! Ah, mas foi nele também que tudo ruiu! [...] A majestosa construção constitucional que os revolucionários de 15 de novembro denominaram Estados Unidos do Brasil, desmoronada, campeando sobre seus destroços uma oligarquia anarquizada e despótica! **Foi nesse ano que a legalidade desapareceu para nós, transformando o Estado meridional em um pandemonium, mansão em que o vício domina a virtude, o mau tem proeminência sobre o bom, o que há de mais baixo elevado às mais nobres alturas! (grifo nosso)** Nós, os que aqui trabalhamos, antevemos por entre as tristezas do povo o breve raiar da regeneração; as queixas

dos nossos irmãos oprimidos não nos privam de ouvir os hinos da vitória que se aproxima, o triunfo definitivo da República.²⁶

O jornal exaltava o ano de 1891 no período em que o PRR esteve no poder, se utilizando de representações que dessem um tom de ufanismo ao discurso, ao mesmo tempo em que representava o período posterior à queda de Júlio de Castilhos da presidência do Estado como um “pandemonium”, na “mansão em que o vício domina a virtude” e, por fim, delimitava a barreira que separava o mau do bom, ou seja, se utilizava de estratégia discursiva maniqueísta para definir o inimigo. Assim como intentava colocar a opinião pública contra o governo estabelecido, diminuindo sua importância e anulando qualquer perspectiva de valor, exaltava a figura do chefe republicano, do líder supremo, elevando a figura de Castilhos a um patamar quase mitológico, o que era comum ao discurso republicano durante o período de mais de trinta anos em que o PRR esteve no poder. Por fim, os “bons”, os “verdadeiros republicanos”, como que prevendo o futuro, assumiam o papel de salvar o Estado, liderando a vanguarda do movimento de “regeneração”, a República.

A análise dos jornais, além de permitir a identificação dos mecanismos de representação utilizados pelos republicanos para fazer oposição ao grupo político adversário, na intenção de retirá-lo do governo e retomar o poder, também possibilita que se vislumbre os conflitos que ocorriam na cena política local em Santa Maria, pois neste momento de inícios do ano de 1892, o jornal “O Combatente” estava voltado para expor as perseguições promovidas pelo governo contra os membros do Partido Republicano de Santa Maria, estratégia discursiva que só reforçava a propaganda ideológica contra o governo provisório.

No dia 14 de fevereiro de 1892 a redação do jornal local se encontrava nas mãos de Abelardo Campos, pois Cândido Brinckmann, responsável pela redação até a data de 12 de fevereiro, havia sido intimado a depor pelo então delegado de polícia do termo, Fructuoso Borges da Fontoura, sob a alegação de que o jornal vinha publicando matérias ofensivas ao governo do Estado. Neste mesmo dia, Abelardo Campos publicava uma reportagem intitulada “Chamados à polícia”, reclamando liberdade de imprensa e dando a sua versão aos fatos que explicavam as mudanças ocorridas na redação do jornal:

[...] De há muito que alguns senhores federalíssimos percebiam que a nossa folha prejudicava-os, por isso que aconselhavam-nos a abandonar a luta e circunscrever-nos, apenas, ao parco interesse pecuniário. [...] Modestos representantes da Imprensa, essa sentinela avançada que deve vigiar pelo bem estar do povo, profligando os atos maus do governo que conspurque o seu direito sagrado, trabalhamos com atividade sempre que o dever nos chama a postos. **Eis o nosso**

²⁶ 92. A Federação, Porto Alegre 01 de jan. 1892, p. 01. AHSM.

crime, eis porque fomos chamados à polícia! [...] Que seria da missão sublime do jornalista se emudecemos diante deste imenso caos que vai absorvendo o que há de mais sublime – a liberdade? (grifo nosso) [...] Não poderemos mais apreciar e qualificar, conforme nossa opinião, o governo e seus atos? Amamos tanto a nossa pátria que, apesar de tudo, ainda não acreditamos que tenhamos chegado a este extremo. É nessa crença que assumimos hoje a redação de O Combatente, enquanto que o nosso companheiro Candido Brinckmann, encarregado que foi da seção editorial, retira-se desgostoso. [...] Limitamo-nos a dizer aos nossos leitores que fomos chamados à polícia, onde ficou averiguado que não somos revolucionários nem conspiradores, e onde nos foi imposto não escrevermos artigos alarmantes. Trabalhamos unicamente pelo nosso partido que, entendemos, mais profícuos resultados trará ao Rio Grande do Sul.²⁷

Logo abaixo deste texto, Cândido Brinckmann defendeu sua posição através de um relato, que intitulou de “Declaração”, da seguinte forma:

Devido à imposição feita pelo Sr. Delegado de Polícia do termo, cidadão Frutuoso Borges da Fontoura, deixo temporariamente a redação do Combatente. Quando a liberdade for mais ampla e a imprensa não estiver debaixo de uma coação como a que nos achamos, voltarei a ocupar o espinhoso cargo que já há longo tempo me foi confiado, notando-se ser esta a primeira vez que a polícia interviu sobre a nossa linguagem. Não deixarei de colaborar em suas colunas, porém, desde já, declaro que em meus escritos jamais falarei sobre política, ainda que geral. Santa Maria, 12 de fevereiro de 1892.

C. Brinckmann.²⁸

Neste trecho fica perceptível o clima de tensão que envolvia a atmosfera política de Santa Maria nos primeiros meses do ano de 1892, quando as relações de poder local dividiam os grupos políticos da elite em torno de interesses pessoais e coletivos, disputando o poder, uns para permanecer nos cargos públicos aos quais haviam sido nomeados pelo então governo estadual, e outros reunindo esforços para reassumir posições de mando locais, atuando enquanto oposição na imprensa e tramando estratégias para dar um golpe e reassumir o poder.

Ainda na segunda página da edição de 14 de fevereiro, logo abaixo da declaração de Cândido Brinckmann, estava publicada a matéria “Movimento”, através da qual torna-se possível perceber que os republicanos, tanto a nível local, quanto na esfera estadual estavam reunindo forças para a retomada do poder:

Apesar do grande aparato belicoso em que tem se conservado a nossa cidade, os republicanos de S. Maria guardaram sempre a devida calma, não dando um só passo no sentido de reunir gente. [...] Ninguém tentou o governo, tanto assim que o Dr. Júlio de Castilhos não aceitou o convite de seus amigos de Porto Alegre, para ocupar o palácio deixado pelo Sr. Barreto Leite, que se fora para a Cachoeira. [...]

²⁷ CHAMADOS À POLÍCIA. O Combatente, Santa Maria 14 de fev. 1892, p.1-2. AHSM

²⁸ DECLARAÇÃO. O Combatente, Santa Maria 14 de fev. 1892, p. 2. AHSM

Assim é que em Santa Maria o zeloso Sr. Delegado não achou a quem prender como sedicioso e, talvez, por isso lembrou-se de nos chamar à polícia.²⁹

O clima de tensão em que estava vivendo o Rio Grande do Sul nos primeiros meses de 1892, fazia com que grupos políticos com interesses antagônicos reunissem forças no sentido de alcançar seus objetivos. Os republicanos castilhistas atacavam o governo por meio da imprensa, culpando o Presidente da República, Floriano Peixoto, por ter apoiado a tomada do poder pela junta governativa provisória. Nesta oposição, os castilhistas colocavam os republicanos dissidentes e os federalistas de Gaspar Silveira Martins no mesmo saco, numa estratégia de definir os grupos inimigos, criando uma justificativa para combatê-los. Os federalistas, a partir do mês de março de 1892, após a volta de Silveira Martins ao Rio Grande do Sul, passaram a se reorganizar no intuito de reunir condições para as disputas eleitorais e tomar o poder, para isso criando o Partido Federalista, que apesar de contar com a presença de alguns republicanos da dissidência, passou a fazer críticas à junta governativa (governicho).

A maior diferença em relação às críticas que os dois grupos antagônicos, o dos castilhistas e o dos gasparistas faziam em relação ao governo então estabelecido, recaía sobre o modelo de administração a ser adotado. Enquanto os castilhistas criaram a alcunha de “governicho”, por julgá-lo incapaz de conduzir a República Federativa, os gasparistas criticavam justamente este projeto presidencialista, proclamando que o melhor sistema de governo seria o parlamentarismo, com maior concentração dos poderes no governo federal, reduzindo a autonomia das constituições estaduais, justamente para combater o projeto constitucional lançado com a carta de 14 de julho de 1891 por Júlio de Castilhos.

2. 1. 2 – Exonerações, renúncias de cargos públicos e perseguição política após a retomada do poder pelo PRR

Com o passar do primeiro semestre do ano de 1892, com os seguidos adiamentos das eleições para presidente do Estado, os ânimos foram esquentando cada vez mais. Na falta de perspectivas em relação às eleições, os grupos políticos passaram a agir no sentido de tramar um golpe que os conduzisse ao poder. O Presidente da República, Floriano Peixoto, diante do impasse em que se achava o Rio Grande, decidiu intervir. Como os federalistas de Silveira

²⁹ MOVIMENTO. O Combatente, Santa Maria 14 de fev. 1892, p. 2. AHSM

Martins abertamente defendiam a proposta parlamentarista, o governo central depositou seu apoio no grupo dos republicanos que apoiavam Júlio de Castilhos, visto que o parlamentarismo ia de encontro ao projeto presidencialista,

No dia 17 de junho de 1892 o PRR reassumia o poder, causando uma reviravolta na situação política do Estado e dos municípios. A partir deste momento, as forças castilhistas passavam do ataque à defesa, pois deixavam de ser oposição para tomar a postura de situação política constituída. A imprensa partidária mudava seu enfoque, deixando de lançar denúncias de perseguições aos republicanos pelo “governicho”, de reclamar liberdade de imprensa e de criticar o governo federal, personificado em Floriano Peixoto. Do dia 18 de junho em diante, a “Federação” e os demais jornais republicanos dos municípios passavam a noticiar as perseguições políticas aos “inimigos da ordem” como grandes vitórias do governo. Prisões, exonerações de cargos públicos e o empastelamento da maioria dos jornais de oposição não eram mais vistos como um atentado à República, mas como ações enérgicas por parte do governo, vistas como algo necessário para o estabelecimento da ordem e da paz.

O discurso de defesa da ordem e de combate aos “inimigos da república”, que passava a ocupar as linhas dos textos publicados nos jornais republicanos era utilizado para justificar as perseguições e principalmente as violências cometidas contra os adversários. Esta estratégia se dava através da constituição de um imaginário que, indo muito além do convencimento da opinião pública, levando a população a apoiar os atos do governo, rompia a barreira do real e da representação, criando mecanismos de intervenção na realidade, designando o inimigo no plano simbólico, bem como cristalizando e ampliando os temores difusos (BACZKO, Op. Cit.). Construindo o medo na opinião pública, de que se os federalistas assumissem o poder conduziriam o Rio Grande ao “atraso” dos tempos da monarquia, colocando a população contra a oposição, ficava fácil para o PRR se apresentar como solução, assumindo a postura de salvador da pátria, de governo da ordem e portador dos melhores princípios.

No período entre os meses de junho e dezembro de 1892 os jornais “A Federação” e “O Combatente” passavam a dar destaque em suas linhas editoriais à publicação de matérias que enfocavam propaganda ideológica e oposição política, cassações de mandatos e perseguições e agressões a adversários e conflitos políticos. Através da propaganda ideológica designava-se o inimigo no plano imaginário, através da representação de algo a ser combatido, cabendo ao PRR a missão de salvar o Rio Grande do “perigo” federalista. Pela retomada dos castilhistas nos cargos públicos, os jornais demonstravam a vitória dos republicanos sobre os adversários, anunciando as prisões sempre como algo necessário, como

uma consequência da reação por parte dos que não aceitassem acatar as ordens do novo governo estadual. Nesta fase, a imprensa republicana já estava preparando a opinião pública para um possível confronto com os federalistas, caso estes não aceitassem ficar fora do poder. Então, as perseguições aos “inimigos da república” e as agressões contra os adversários eram comemoradas pelo PRR como vitórias do governo.

No dia 09 de junho de 1892, o jornal “A Federação” alarmava a população rio-grandense com a suposta posse dos gasparistas no governo após a queda do “governicho”:

Alerta!

A esta hora todo o Rio Grande do Sul conhece a triste nova de que, pela entrega do Sr. Cassal, o gasparismo galgou o poder! (grifo nosso) [...] Todos nós não podemos deixar de sentir o coração profundamente oprimido, rasgado de dores, diante da situação que se inaugurou no meio do espanto e dos desgostos da opinião pública. Ontem, às 3 horas da tarde, esquivamente como quem comete uma ação negra e vilipendiosa, o governicho morreu, deixando como seu sucessor testamentado o rancoroso inimigo da República Brasileira. Não! Mil vezes! Não! (grifo nosso) A governação gasparista é uma ameaça capital feita à República do Brasil, é um desastre para a nação, um opróbrio para o Rio Grande do Sul, e ainda mais, é uma violação direta, ou, ao menos, um gravíssimo ataque iminente à Constituição Federal, que **somos obrigados a velar até com as armas na mão e com o selo do próprio sangue. [...] Preparemo-nos para a luta (grifo nosso).** Já que o governicho vende a República, resgatemo-la nós do cativoiro.

Pedro Moacir³⁰

Após denunciar o “perigo” que estava rondando a República com o governo dos federalistas, alcunhados pelos republicanos de restauradores e monarquistas, Pedro Moacir lançava a chamada para o combate, incitando os correligionários a pegarem em armas caso o PRR não reassumisse o poder pela via constitucional. No entanto, esta situação se modificou no dia 17, quando após a intervenção de Floriano Peixoto os castilhistas retomaram o poder. A partir de então, o discurso do jornal mudou do ataque aos federalistas para a defesa do governo republicano.

No dia 18 de junho, uma dia após o PRR voltar ao governo, Pedro Moacyr publicava matéria intitulada “Nova Phase”, na qual anunciava a retomada do poder, assumindo um discurso ufanista e ao mesmo tempo defensivo, preparando a opinião pública contra o “perigo”, considerado sempre iminente, que corria a República de cair novamente nas mãos da oposição, justificando assim, as cassações de mandatos e perseguições aos adversários:

Ontem, pela tarde, o Partido Republicano reassumiu suas funções governativas, sendo restaurado em sua plenitude o regime legal, isto é, a ordem constitucional, embasada nos moldes da Carta de 14 de julho. [...] Já sete longos meses estavam consumidos, em que o Rio Grande vivia à mercê das lufadas demagógicas, a passar

³⁰ ALERTA, A Federação, Porto Alegre 09 de jun. 1892, p. 01. AHSM

das mãos de um governador para outro, com seu comércio, indústrias, lavoura, [...], crédito, finanças, doutrinas, leis tragados e arruinados no vórtice da anarquia que planejara a desgraçada sedição contra a legalidade republicana. [...] A revolta, digamo-lo francamente, contra a ordem de coisas estabelecida, desde muito a planejavam os nossos diretores. [...] **Foi marcado o dia da revolução: os nossos amigos todos foram a tempo prevenidos e a 19 devíamos empenhando a própria vida, operar um movimento geral em todo o Estado contra os nefastos ex-paladinos da monarquia (grifo nosso).** Sucessos imprevistos, porém, apressaram tal movimento político, em bem da República. [...] Os nossos intuitos são puros, elevados, cheios de civismo e bastardas preocupações de inveja ou ódio, de despeito ou vingança não se aninham no peito dos que, acima de tudo, desejam ardentemente a felicidade do povo e a consolidação do novo regime. A legalidade exprime o reinado da ordem e da probidade. [...] Viva à República.³¹

No mesmo dia, ainda na primeira página, era publicada a matéria “Atos Oficiais”, através da qual o jornal noticiava que os republicanos do PRR estavam retomando posições em cargos públicos nos municípios e na Capital.

Nesta passagem, o editor deixava transparecer que o PRR estava pronto para tomar o poder pelas armas, que os líderes republicanos estavam dando ordens para que se formasse um movimento para retomar o poder por um golpe, o que foi abortado graças à intervenção do governo federal. O teor ideológico contido nessas linhas deixa subentendido que o partido que estava pronto para assumir o governo pelas armas não pouparia esforços para reprimir através da coerção àqueles que viessem a representar alguma ameaça ao seu poder.

Embora os republicanos não tenham se mantido no poder apenas pelo uso da força, foi este um fator central que caracterizou a trajetória do PRR enquanto partido no governo, pois sua ação se deu pela “monopolização da posse e uso dos meios com que se pode exercer a coação física” (BOBBIO, Op. Cit., p. 956). Neste sentido, a cooptação dos coronéis a nível municipal e a criação da Brigada Militar, com o posterior preenchimento dos seus corpos com figuras da confiança de Júlio de Castilhos, serviu para fortalecer o controle do PRR nas diferentes regiões do Rio Grande. Embora o controle das situações locais não fosse total, havia sempre um jogo de interesses e troca de favores entre os coronéis e o partido que garantia o mando eleitoral para os candidatos ligados à Castilhos. O que o PRR não permitia era que a autonomia de um chefe local viesse a desafiar o poder do governo central, fazendo uso, se preciso, da força através da Brigada Militar, ou promovendo cassações de mandatos e nomeações de quadros políticos leais ao partido.

Em Santa Maria, as consequências da nova ordem governamental não tardaram a se fazer presentes na cena política. Reordenamentos de forças e a retomada de cargos públicos por parte dos apoiadores de Castilhos no contexto local marcaram os dias posteriores à data de

³¹ NOVA PHASE, A Federação, Porto Alegre 18 de jun. 1892, p. 01. AHSM.

17 de junho. Na edição de 30 de junho, o órgão de imprensa estadual do Partido Republicano publicava matéria expondo a situação das forças republicanas na cidade:

Em Santa Maria

Nessa cidade, recebida a primeira notícia dos sucessos políticos, às 9 horas mais ou menos da noite, **os nossos esforçados companheiros puseram-se logo em franca atividade, sendo imediatamente tomados o quartel da guarda cívica e o telégrafo (grifo nosso)**, que se achava guardado por um contingente de 20 pessoas, aí colocadas pelas autoridades da situação decaída. A tomada do quartel e da repartição telegráfica foi dirigida pelos nossos correligionários Valle Machado, Fidêncio de Oliveira e Silva e muitos outros denodados companheiros. Foram incontinentemente expedidos para os diversos distritos próprios comunicando a faustíssima nova, e, em consequência disso, na manhã de 18, começaram a afluir de diversos pontos do município forças republicanas dirigidas por abnegados correligionários, que assim vinham espontaneamente oferecer seus serviços em prol da consolidação do grande triunfo. Essas forças que, diz o 14 de julho, ainda encontram-se acampadas perto da cidade, [...], e que serão dissolvidas logo que se recebam notícias da completa paz em todo o Estado, sobem hoje a 600 homens. [...] **No dia 18 foram recolhidos à casa da intendência municipal os cidadãos Fructuoso Fontoura, João Gayer, Soares Neto e Frederico Krebs (grifo nosso)**, contra os quais corriam insistentes boatos de pretenderem perturbar a ordem pública, sendo os mesmos cidadãos postos em liberdade logo que tais boatos se dissiparam.³²

Um fato que era comum em momentos de transição governamental nos municípios marcados por clima de tensão, era a tomada dos quartéis e telégrafos por parte das autoridades da facção política vencedora. Pelos quartéis garantiam a posse das forças de segurança pública e por meio do telégrafo comunicavam os correligionários de regiões vizinhas, passando-lhes instruções e pedindo auxílio.

Conforme o jornal local “14 de Julho”³³ citado na reportagem, que foi fundado por republicanos da cidade, entre eles Valle Machado, as tropas leais a Júlio de Castilhos permaneceram em estado de alerta nos arredores da cidade, esperando novas ordens, que vinham de Porto Alegre via telégrafo, para dissipar as tropas no momento em que o PRR estivesse consolidado no poder. Enquanto as forças estivessem reunidas, nestas circunstâncias, qualquer ação da oposição poderia ser reprimida com violência e prisões, principalmente se as autoridades depostas reagissem às novas medidas, como no caso dos cidadãos citados na matéria, recolhidos no prédio da Intendência Municipal, acusados pelo jornal de “pretenderem perturbar a ordem pública”, argumento, aliás, muito utilizado pela imprensa republicana para coagir os adversários.

Nos meses seguintes a redação de “O Combatente” passou a assumir uma postura de crítica a certas autoridades do Partido Republicano de Santa Maria, especialmente através de

³² EM SANTA MARIA, A Federação, Porto Alegre 30 de jun. 1892, p. 01. AHSM.

³³ O jornal “14 de Julho” foi fundado em meados do ano de 1892 por membros do PRR de Santa Maria, dentre eles o Coronel Valle Machado. Desde sua fundação, assumiu a postura oficial de órgão de imprensa republicano da cidade.

conflitos com o então novo jornal republicano da cidade, o “14 de Julho”. Não se tem conhecimento dos sujeitos que compunham a redação deste jornal, pois durante a pesquisa documental o mesmo não foi encontrado. Sabe-se que o Intendente Municipal, Francisco de Abreu Valle Machado era um dos responsáveis por este órgão republicano e, embora o “14 de julho” não se constitua enquanto foco do presente estudo, fica em aberto este campo para pesquisas posteriores.

Pelos indícios contidos nas linhas de “O Combatente”, acredita-se que a rixa entre as redações dos jornais refletia pendengas entre grupos divergentes no PRR local. Destas pendengas pode ter surgido uma dissidência republicana no seio do PRR de Santa Maria. Cândido Brinckmann, então na direção do “Combatente”, parecia compor o grupo da dissidência, pois passou a assumir perante o público uma posição de “imparcialidade”, que na verdade se refletia em críticas veladas a certas autoridades da situação. No dia 23 de outubro de 1892, Cândido Brinckmann dava uma resposta ao “14 de julho” em tom agressivo:

Pela verdade.

Vamos por termo a esta questão convictos de sairmos dela ilesos, fazendo volver ao charco de onde emanaram, as impurezas que o redator do 14 quis nos arremessar no seu luminoso – Terminando – e crentes de termos cumprido o nosso dever perante o público. Abatemos as armas jubilosos porque terçamo-las numa causa para nós gloriosa – fazendo ruir calúnia, tirando a máscara da hipocrisia e, o que é mais, fazendo o nosso contendor fugir desordenado, e como Caim, andar com os olhos fitos no chão, com o remorso vivo do crime que cometeu. Em conclusão: De nós, d’oravante, só terá um olhar de desprezo e um sorriso de comiseração. Tréguas a um desaventurado.

Cândido Brinckmann.³⁴

Neste trecho, Cândido Brinckmann se referia ao fato de que o redator do “14 de Julho” teria acusado “O Combatente” de traidor. Entretanto, ao chamar o “14 de Julho” de “Caim”, Cândido Brinckmann implicitamente também lançava sobre ele a acusação de traição, com o “remorso vivo do crime que cometeu”.

Nos meses finais de 1892, “O Combatente” não deixava de falar de política, nem de atacar a oposição federalista, embora com outro tom. No dia 11 de dezembro, seguindo a tendência da “Federação” de preparar a opinião pública para o conflito que estava se armando contra os federalistas, que já haviam atravessado a fronteira com o Uruguai para invadir o Rio Grande e retomar o poder das mãos do PRR, o jornal santa-mariense publicava texto intitulado “Dr. Gaspar Martins”:

³⁴ PELA VERDADE. O Combatente, Santa Maria 23 de Out. 1892, p. 1. AHSM

Telegrama incerto na Federação diz que o Dr. Gaspar Martins, em entrevista com repórter de uma folha montevideana, dissera, entre outras coisas, que o governo desse Estado há de sucumbir em consequência de ser tirano. Notícia “O Imparcial” de Uruguaiana: No dia 22 do corrente, pelo trem de terça-feira, desembarcou na Estação de Arapey, o Sr. Dr. Gaspar Martins. Segundo um colega que temos à vista, o Sr. Silveira Martins, conferenciou com o Sr. coronel Villar comandante do 1º Regimento ali destacado. Consta que devem reunir-se no Salto os chefes federalistas, visto ter o governo Oriental declarado: ou os emigrados passavam a linha ou seriam deportados.³⁵

2. 1. 3 - Conflitos e violência política durante a Revolução Federalista

A tendência de acompanhar os passos dos gasparistas no Uruguai, lançando insultos ao Partido Federalista, acusando-o de “traidor da República”, de pretender “entregar o Rio Grande à “castelhanagem”, de serem “imperialistas confessos”, passou a compor a linha editorial do jornal “A Federação” durante todo o ano de 1893. “O Combatente”, por sua vez, não continuou seguindo a linha editorial da imprensa republicana, vindo inclusive a lançar críticas contidas nas entrelinhas de seus artigos, a algumas autoridades republicanas do município.

Em 06 de maio de 1893 “A Federação” publicava a seguinte matéria:

Imperialistas confessos!

O Tenente Coronel Dr. Henrique Martins telegrafou hoje de Montevideú, onde se acha em missão do Governo Brasileiro, ao ilustre Sr. Ministro da Guerra, comunicando que os inimigos da Pátria foram derrotados, e que as forças invasoras traziam a seguinte divisa: Viva o Império! Morra a República! Este pormenor ressalta à vista, é da máxima relevância política, porque evidencia, de um modo categórico e iniludível, os intuitos dos invasores, de que há muito o governo e o país estavam já convencidos, em face dos indícios veementes do móvel restaurador do **federalismo (grifo do autor)** associado à **castalhangem (grifo do autor)**.³⁶

Neste período o jornal do PRR publicava com muita frequência as correspondências dos líderes republicanos envolvidos na revolução federalista, no intuito principalmente de expor as vitórias nas frentes de combate para demonstrar controle sobre a situação e de distorcer a imagem dos federalistas frente à opinião pública estadual e ao governo federal, lançando acusações de separatismo contra os principais líderes revolucionários e de estarem contra a República. Este tipo de discurso visava obter maiores apoios da Guarda Nacional e recursos do governo federal para combater os adversários.

³⁵ DR. GASPAR MARTINS. O Combatente, Santa Maria 11 de Dez. 1892, p. 1. AHSM

³⁶ IMPERIALISTAS CONFESSOS, A Federação, Porto Alegre 06 de Mai. 1893, p. 01. AHSM.

No ano de 1893, assim como já havia ocorrido no primeiro semestre de 1892, “O Combatente” continuou reclamando liberdade de imprensa, só que desta vez em situação oposta, pois as críticas que antes eram dirigidas ao “governicho”, agora eram lançadas contra algumas autoridades republicanas de Santa Maria, em especial dirigidas ao delegado de polícia em atividade.

Na edição de 05 de março, o jornal local reclamava a favor da liberdade de expressão nos seguintes termos:

Intimação.

Involuntariamente deixamos de registrar em nosso último número que pelo **Sr. Delegado de Polícia do Termo (grifo nosso)** fomos intimados a não publicarmos notícias alarmantes, etc. Contra semelhante atentado à nossa liberdade de pensamento, não podemos deixar de protestar, sem o que trairíamos além da nossa missão na imprensa, a nossa consciência. Convém notar, entretanto, que o Sr. Delegado que vem de conspurcar os nossos direitos, é o mesmo que em 14 de fevereiro do ano passado escrevia o seguinte: **Que seria da missão sublime do jornalista se emudecemos diante deste imenso caos que vai absorvendo o que há de mais sublime – a liberdade? (grifo nosso)** [...].³⁷

O delegado em questão, que intimou a redação do “Combatente” a não publicar notícias alarmantes era Abelardo Campos, o mesmo que, no ano anterior, em 14 de fevereiro de 1892, havia publicado uma matéria no “Combatente”, através da qual acusava as autoridades do “governicho” de promoverem perseguição na imprensa. Na reportagem de 05 de março de 1893, Cândido Brinckmann demonstrava a incoerência do ato do delegado, através da lembrança dos fatos ocorridos no ano anterior, fazendo citação a um trecho escrito pelo próprio Abelardo Campos no dia 14 de fevereiro de 1892, no qual questionava sobre que seria da missão do jornalista se emudecesse diante da falta de liberdade.

No ano de 1892, Cândido Brinckmann e Abelardo Campos se encontravam lutando do mesmo lado, quando o PRR estava unido pelo ideal de derrubar o governo provisório. Entretanto, em 1893, o arranjo de forças no poder local parecia ser outro. Pelo que se pode interpretar do trecho acima transcrito, extraído do “Combatente”, haveria se formado uma dissidência republicana, que seria constituída pelo grupo de Cândido Brinckmann, que parecia agir em oposição à facção política do delegado Abelardo Campos, que era composta por outras autoridades republicanas em exercício nos cargos públicos, como o próprio Intendente Valle Machado.

No dia 02 de abril de 1893, através da matéria “Os sucessos (nessa cidade)”, o jornal noticiava a situação em que estava a cidade de Santa Maria nos primeiros momentos do

³⁷ INTIMAÇÃO. O Combatente, Santa Maria 05 de Mar. 1893, p. 1. AHSM

conflito entre forças legais e revolucionárias, mas com um tom de imparcialidade, como que, intencionalmente, não tomando partido. Eis o texto:

A cidade continua em paz, sendo patrulhada à noite por soldados armados [...]. Quarta-feira uma força composta de soldados do Depósito de Armamentos Bélicos cercou a casa de residência do Sr. João Weber e ai deu voz de prisão ao **Sr. João Gaiger (grifo nosso)**, o qual não aceitando a ordem emanada, só entregou-se mais tarde ao **Sr. Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional, cidadão Ernesto Beck (grifo nosso)**. O Sr. Gaiger depois de achar-se na residência do Sr. Beck foi transferido para o quartel da Guarda Municipal, de onde foi posto em liberdade até a segunda ordem. Sabemos que a ordem de prisão emanou do Dr. Chefe de Polícia do Estado ao Delegado de polícia daqui.³⁸

Como pode-se perceber, o jornal não utilizava mais a linguagem que assumia anteriormente nos seus discursos, quando identificava os republicanos por “nossos correligionários” ou “honrados cidadãos”, ou taxando a oposição ao governo de “perturbadores da ordem” ou “Srs. Federalíssimos”. Simplesmente noticiava uma prisão efetuada pelas autoridades do governo contra um cidadão da oposição, sem expor os motivos, nem exprimir conceitos de valor. João Gaiger, que foi citado na notícia como tendo recebido ordem de prisão emanada do Chefe de Polícia do Estado, era simpático ao Partido Federalista de Silveira Martins, fazendo oposição ao PRR desde os primeiros momentos da República. Este deve ter sido o motivo pelo qual o Coronel Ernesto Beck, que era chefe da Guarda Nacional de Santa Maria, manteve João Gaiger e outros sujeitos da oposição sob vigilância no contexto da revolução federalista.

Bem diferente era o teor de uma reportagem que “A Federação” publicava no dia 25 de novembro de 1893 sobre os acontecimentos em Santa Maria:

Mais uma derrota

Pela ordem do dia que trasladamos para aqui terão os nossos leitores conhecimento de mais uma derrota infringida ao maragatismo miserando: Comando Superior da Guarda Nacional em Santa Maria. Acampamento do Passo do Verde, 18 de novembro de 1893. Acampando hoje na margem esquerda do arroio Vacacaí e de regresso da Villa de S. Sepé, até onde levamos o inimigo em completa derrota, cumpre-me o dever de agradecer aos valentes companheiros que no dia 15 do corrente, às 4 horas da tarde, quando transpus o citado arroio, empunharam as armas em defesa da República, mostrando-se com o maior valor e heroísmo. [...] É de rigorosa justiça também consignar aqui, antes de encerrar esta ordem do dia, a maneira correta porque se conduziu, fazendo a retaguarda das forças o corpo comandado pelo tenente coronel Antônio Cândido Alves. Companheiros! A desmoralização crescente do inimigo, que, acossado sempre de perto pela tenacidade e abnegação de nossas legiões, foge covardemente das armas republicanas para acometer e desolar povoados indefesos, prediz o próximo termo definitivo da nossa

³⁸ OS SUCESSOS (NESSA CIDADE). O Combatente, Santa Maria 02 de Abr. 1893, p. 1. AHSM

campanha patriótica e humanitária contra as hordas assoladoras do território nacional! Viva a Republica! – Ernesto Beck, coronel comandante.³⁹

Esta ordem do dia publicada no jornal republicano dizia respeito a uma correspondência do coronel Ernesto Beck, comandante das forças legalistas em Santa Maria, descrevendo as vitórias das forças republicanas nos arredores da cidade. Havia sempre a preocupação por parte da imprensa de passar a imagem do total controle das forças republicanas, tanto para desmoralizar o inimigo no campo simbólico, quanto para tentar arrebanhar a confiança da população.

Também fica perceptível o quanto o ambiente político de Santa Maria se acalorou em função do conflito, pois travaram-se combates importantes na região. Segundo Beltrão (1979), desde os meses finais do ano de 1892, ocorreram fatos em Santa Maria⁴⁰ “que se tornaram a causa próxima da deflagração da sangrenta revolução de 93” (Ibid., 1979, p. 374).

2. 2 – As relações de poder nos bastidores do PRR: a análise das cartas trocadas entre os coronéis republicanos de Santa Maria e Júlio de Castilhos

A análise das cartas e correspondências que eram remetidas entre os correligionários do PRR permite a reconstrução de conflitos e tensões, públicas ou pessoais, que muitas vezes não eram divulgados na imprensa partidária republicana, que era composta pelo jornal “A Federação” a nível estadual e pelos jornais locais, vinculados aos núcleos e clubes republicanos.

Nos textos das cartas ficam claras as pendengas pessoais atreladas à vida pública, em que os coronéis santa-marienses disputavam a preferência do líder máximo do partido, Júlio de Castilhos, para a resolução de problemas locais, as vezes internos ao Partido Republicano de Santa Maria.

Pode-se perceber também posturas típicas da cultura política clientelista, que compõe a cena política brasileira desde os tempos iniciais do império, em que os coronéis locais

³⁹ MAIS UMA DERROTA, A Federação, Porto Alegre 25 de Nov. 1893, p. 01. AHSM.

⁴⁰ BELTRÃO, 1979, p. 373: “O delegado José de Sousa Vinhas descobre e prende num quarto do Hotel León o Capitão do Exército Felisberto Pereira de Barcelos, vulgo Gato Pingado, servindo na Colônia Militar do Alto Uruguai, em trânsito para a Serra com cartas a políticos federalistas em preparativos de revolução. Como consequência dessa prisão, desenrolaram-se em Porto Alegre sangrentos acontecimentos, por ocasião do aprisionamento de alguns conspiradores [...]”.

indicavam pessoas de sua confiança para o preenchimento de cargos públicos. Estes e outros aspectos serão trabalhados na leitura dessa documentação.

Biavaschi (2004) em estudo sobre as relações de poder coronelistas em Santa Maria durante o governo de Borges de Medeiros faz uma boa apreciação da importância destas cartas enquanto fontes para o historiador:

As representações sociais contidas nestas cartas, se tratadas criticamente, propiciam a observação dos reclames dos personagens envolvidos naqueles acontecimentos políticos, devido ao seu caráter subjetivo, revelando seu posicionamento e suas experiências individuais enquanto reflexos de seu grupo político e social [...]. [...] demonstram que as relações entre poder local e poder central no bojo do PRR eram muito tensas, evidenciando a utilização da coerção e da cooptação, de ambas as partes, ou seja, a ocorrência do intercâmbio de interesses e compromissos entre atores sociais e políticos com forças desiguais, porém estritamente interligados [...]. (BIAVASCHI, 2004, p. 11-12).

Para a análise das cartas, será feita uma divisão de seus conteúdos em duas temáticas:

1 – Conflitos políticos e disputas internas no Partido Republicano de Santa Maria; 2 – Clientelismo e trocas de favores entre os coronéis republicanos locais e Júlio de Castilhos.

2. 2. 1 – Aquilo que a imprensa republicana não noticiava: conflitos políticos e disputas internas no Partido Republicano de Santa Maria (1893 – 1900)

O conteúdo das cartas que eram enviadas pelos correligionários de Partido Republicano de Santa Maria a Júlio de Castilhos na primeira década da República, permite a percepção de conflitos entre facções rivais no interior do próprio partido, a revelação de pendengas que entrecruzavam interesses públicos e privados, algumas vezes em textos de caráter confidencial, que trazem à luz da história fatos que a imprensa republicana não noticiava, fosse por não ser do interesse dos chefes que chegasse ao conhecimento do público, ou em função da censura que sofriam os jornais.

Torna-se importante observar que, devido aos costumes políticos, muitas vezes algumas características comuns ao conteúdo das cartas acabavam sendo naturalizadas nos discursos, de forma que os sujeitos envolvidos, mesmo que subjetivamente, internalizavam certas normas de conduta, que aos olhos do observador de hoje poderiam parecer imorais. Sobre isso, Biavaschi (Op. Cit., p. 14) diz que:

As lutas de representação, observadas nas cartas [...], explicitam e caracterizam as identidades sociais e os meios pelos quais uma facção impõe ou tenta expor sua concepção de mundo, seus valores, [...], enquanto comportamentos adquiridos pelos grupos sociais em seus espaços de relações objetivas como uma totalidade de acomodações permanentes que determinam ações específicas, de modo que os personagens atuam, em sociedade, conforme normas e códigos internalizados e, por esta maneira, aceitos como naturais.

Desde os momentos iniciais da República no Rio Grande do Sul, o poder local em Santa Maria esteve marcado não só pelos conflitos entre republicanos e federalistas, mas pelas pendengas entre facções que disputavam a preferência de Júlio de Castilhos na resolução de problemas internos ao partido.

Um caso muito significativo de divisão de forças no âmbito do poder local se deu nos primeiros meses do ano de 1893, período em que o conflito entre republicanos e federalistas encontrava-se em sua etapa inicial. Enquanto os órgãos de imprensa republicanos rio-grandenses estavam dando ênfase à coesão das ações dos correligionários contra o inimigo em comum, as forças rebeldes lideradas por Silveira Martins, Joca Tavares, dentre outros líderes, irrompia uma grave crise no Conselho Municipal de Santa Maria no dia 10 de maio, conforme Beltrão (Op. Cit., p. 377) relata como sendo um movimento “em oposição ao Intendente Valle Machado [...]”

Este episódio, pelo fato de ainda não ter sido explorado pela recente historiografia sobre Santa Maria, poderia ficar limitado a dimensões superficiais, não fosse pela riqueza de informações e detalhes contidos nas cartas enviadas ao líder republicano do Estado, pedindo sua intervenção.

Ernesto Beck foi Coronel da Guarda Nacional de Santa Maria e líder republicano, comandando uma frente de batalha na Revolução Federalista. No dia 08 de março de 1893, ele enviava uma carta a Júlio de Castilhos, em caráter reservado, na qual relatava com maiores detalhes os incidentes envolvendo facções opostas dentro do Conselho Municipal:

Prezadíssimo...

Depois de fazer sinceros votos pela conservação da vossa saúde, passo a orientar-vos do motivo desta. Fiel às vossas ordens, aqui vou lutando com milhares de dificuldades, senão com [ilegível] quadra excepcional que atravessamos, **um pequeno grupo de companheiros, aliás moços muito distintos, dirigidos pelo Saudosíssimo Ramiro, lembravam-se em má hora, estribados em motivos fúteis, de abrir luta com o nosso Intendente Coronel Valle Machado, pensando eleger uma comissão executiva (grifo nosso)**. Como bem podeis ver, neste momento, uma comissão executiva, é completamente extemporânea, só trazendo ao partido ressentimentos e ódios. Ainda mais, posso afirmar-vos que tal comissão não obteve

mais de 40 votos em todos os distritos, representando assim, uma insignificante minoria [...].⁴¹

Embora esta carta tenha sido remetida à Castilhos dois meses antes de estourar a crise no Conselho Municipal, fica claro pelo seu conteúdo, que haviam se formado dois grupos opostos no seio do Partido Republicano de Santa Maria. A facção liderada pelo Coronel Ramiro de Oliveira⁴² passou a contestar a administração do então Intendente Municipal, Coronel Francisco de Abreu Valle Machado⁴³, abrindo luta contra este por meio da eleição de uma Comissão Executiva⁴⁴.

Também fica claro que o Coronel Ernesto Beck se posiciona a favor do Coronel Valle Machado, pedindo que Castilhos intervenha em benefício do Intendente, julgando desfavorável ao Partido uma divisão como a que estava se dando, tendo como maior argumento o momento de crise em que estava vivendo o Rio Grande, conjuntura em que seria desfavorável permitir a formação de grupos minoritários.

A cultura política do Rio Grande do Sul na Primeira República era constituída de arranjos políticos entre os poderes locais e o poder estadual, de forma que a descentralização política e as disputas entre os chefes locais eram reguladas pelo poder do Estado e estas duas realidades conviviam lado a lado. Então não havia oposição entre a fragmentação política nos municípios e o poder centralizador do PRR.

O simples fato da constatação de que o governo estadual e o próprio Castilhos negociava com os poderes locais desmistifica a ideia por muito tempo recorrente na historiografia sobre o Rio Grande do Sul, de que o PRR submetia os líderes municipais. Até

⁴¹ Carta de Ernesto Beck a Júlio de Castilhos (Série Correspondência Recebida, Fundo Acervo Júlio de Castilhos, 08/03/1893 – AHRS)

⁴² Nos primeiros momentos da República, foi nomeado pelo Governo Provisório do Estado 3º Suplente do Juízo Municipal, após o mesmo governo ter exonerado os membros que ocupavam as posições anteriormente. Em 23 de fevereiro de 1891, foi escolhido por Castilhos para compor a Segunda Comissão Intendencial. Segundo Belém (2000, p. 169) no ano de 1891 “tendo, em 18 de dezembro, o Governador Provisório General Barreto Leite, enviando à Intendência o Decreto n. 5, de 09 do mesmo mês, com o qual eram dadas instruções para ser feita uma qualificação suplementar de eleitores, o intendente-comissário Ramiro de Oliveira não concordou que fosse cumprida a ordem governamental [...]”. Membro do Partido Republicano de SM, Ramiro de Oliveira seguiu sempre à risca as ordens de Júlio de Castilhos e, posteriormente, de Borges de Medeiros, o que o garantiu a nomeação como Intendente Municipal no período de 1908 a 1912.

⁴³ Um dos fundadores do Clube e do Partido Republicano de Santa Maria, Francisco de Abreu Valle Machado era um correligionário de confiança de Júlio de Castilhos, tanto é que foi o Intendente Municipal que mais tempo permaneceu no poder frente aos negócios do município no período de 1892 a 1900. Durante sua administração, bateu de frente com facções internas do partido local, sendo seu maior opositor o próprio Ramiro de Oliveira.

⁴⁴ Nos primeiros anos da República no Rio Grande do Sul, quando os governos municipais encontravam-se nas mãos dos chefes locais vinculados ao PRR, só se elegia uma Comissão Executiva se ocorresse uma divisão de forças no interior do Partido, que desse origem à formação de dois grupos antagônicos. No caso da divisão no Conselho Municipal de Santa Maria, o grupo liderado pelo Coronel Ramiro de Oliveira elegeu uma Comissão Executiva no objetivo de disputar espaços de decisão no Partido, medindo forças com o Coronel Valle Machado, que na ocasião exercia o posto de Intendente Municipal.

meados dos anos 1980, alguns historiadores sustentaram a tese de que o coronelismo no Rio Grande teria sido mais ameno em relação a outras regiões do Brasil, como no Nordeste. Autores como Raimundo Faoro (1987), Celi Pinto (1979), Héglio Trindade (1980), Sérgio da Costa Franco (1988), dentre outros, argumentavam que o coronelismo não estabeleceu bases fortes no Estado, devido ao fato de que a elite política que assumiu o poder após a Proclamação da República, teria sido fortemente influenciada pela ideologia positivista, atribuindo-se ao velho PRR traços de pureza ideológica, de coerência programática e de fidelidade partidária.

Mais recentemente, autores como Sandra Pesavento (1980), Ricardo Velles Rodrigues (2007), Eloísa Capovilla (1990), Gunter Axt (2007), dentre outros historiadores dedicados a compreender os esquemas informais de poder no Rio Grande do Sul, tem demonstrado que o PRR negociava com os Coronéis a nível municipal e que a estrutura de dominação do Partido sobre os poderes locais não era tão rígida o quanto se pensava.

Pesavento (1980) esclareceu que a elite rio-grandense não era homogênea, pois sofreu com consecutivas fragmentações causadas por divergências internas, o que dificultava a correlação mecânica entre classe social e partido político. Ricardo Velles (1980) demonstrou que existiam sensíveis diferenças entre o positivismo e o castilhismo, pois Júlio de Castilhos teria se apropriado de alguns pontos do postulado de Augusto Comte, sendo o castilhismo muito mais autoritário e tutelador que o positivismo, pois deixava a pureza de princípios mais no campo teórico do que prático. Heloísa Capovilla (1990), estudando as relações de poder no litoral norte do Rio Grande, comprovou a existência de relações coronelistas nas negociações entre poder local e poder estadual, bem como a existência de dissidências internas no Partido Republicano. Para Gunter Axt (Op. Cit, p. 92), “o PRR costurou mais compromissos conservadores do que progressistas, esteve longe das decantadas fidelidade partidária e coerência programática” e esteve tão envolvido com as práticas coronelistas como qualquer outro agente político do período republicano. Em Dissertação de Mestrado defendida em 2004, Márcio Biavaschi analisou as dissidências internas no Partido Republicano de Santa Maria e as relações coronelistas entre autoridades locais e o Presidente estadual Borges de Medeiros, concentrando as atenções no estudo do caso da cassação do mandato do Intendente Municipal Carlos Alberto Ribeiro Tacques no ano de 1925, que haveria sido efetuada pelas mesmas autoridades que apoiaram sua candidatura.

Voltando à leitura da carta enviada pelo Coronel Ernesto Beck, no trecho final fica mais explícito o seu posicionamento perante as duas facções rivais no PRR de Santa Maria:

Passo a dar-vos conta, de serviço feito nesta localidade relativo ao contingente expedido para S. Gabriel. O Tenente Coronel Justo Rocha, Comandante do 31, forneceu-me um custo de 50 homens para a marcha. O Tenente Coronel Haag, Comandante do 72º forneceu-me com dificuldades 64 homens, sendo preenchido no Corpo 127 voluntários o contingente que marcharia. Lá a aludida Comissão Executiva, se pode atribuir o efeito negativo de semelhante reunião, pois que os membros correligionários menos esclarecidos, vendo a luta entre companheiros ficam vacilantes. Tenho sido auxiliado na missão em que me acho incumbido, pelo Ten. Cel. Tobias, e Majores Felisbino Beck e Fidêncio de Oliveira e Silva, visto que, **para não exacerbar mais os ânimos, tenho propositalmente deixado de ouvir o Cel. Valle e seus gratuitos desafeiçoados (grifo nosso)** [...]. Assim pois, vê o excelentíssimo em que lençóis me tenho visto, ora procurando conciliar uns, ora outros, e ao mesmo tempo, atendendo às reclamações de adversários, aquelas que me parecem justas. É escusado dizer-vos ainda uma vez que **a maioria do partido não aceita a Comissão Executiva em sua totalidade (grifo nosso)**, e que ficou acertado em reunião do mesmo partido, e em presença do Cel. Santos Filho, que eu assumiria a direção política do partido, no que concordaram os membros da Comissão Ramiro e Herculano, que se achavam presentes à reunião.⁴⁵

Através dos fragmentos em destaque na carta, é possível perceber que o Coronel Ernesto Beck aguardava pelas ordens de Júlio de Castilhos para agir na resolução do conflito entre os dois grupos rivais, pois afirmava ao líder que teria deixado de ouvir reclamações diretas de ambas as partes. No entanto, deixava claro o seu posicionamento favorável ao Coronel Valle Machado e contrário à Comissão Executiva, ficando subentendido que esperava de Castilhos uma resolução a favor do grupo do Intendente Valle Machado.

Pela grande influência que exercia na política local, que provinha em parte da confiança que o chefe do partido depositava em sua pessoa, devido a laços pessoais de amizade e a compromissos públicos, fica fácil supor que Ernesto Beck, através das ordens de Castilhos, não teve grandes dificuldades em dissolver esta dissidência interna, garantindo o governo de Valle Machado na Intendência Municipal (seu mandato se prolongou até o ano de 1900), pois naquele período de crise, em que o governo estava em guerra contra a oposição federalista, não era conveniente a Júlio de Castilhos permitir divisões intrapartidárias, nem favorecer grupos minoritários.

Ao longo dos anos seguintes, após os conflitos ocorridos no Conselho Municipal em 1893 entre dois grupos rivais no interior do Partido Republicano de Santa Maria, sucederam-se outros episódios de disputas entre coronéis no poder local, os quais remetiam cartas a Júlio de Castilhos, cada um pedindo a intervenção do líder máximo do partido a seu favor.

Conforme será analisado nas próximas cartas, o ranço político entre as facções dos Coronéis Ramiro de Oliveira e Valle Machado persistirá durante a primeira década da República, se refletindo em diferentes ocasiões de atrito, mesmo após Castilhos deixar o

⁴⁵ Carta de Ernesto Beck a Júlio de Castilhos (Série Correspondência Recebida, Fundo Acervo Júlio de Castilhos, 08/03/1893 – AHRS)

poder em 1898, quando passou para as mãos de Borges de Medeiros. Um ponto importante que merece ganhar destaque é o fato de que mesmo se afastando oficialmente do governo, era a Júlio de Castilhos que os correligionários continuavam enviando cartas solicitando intervenção política, o que confirma que o poder pessoal do líder estava acima do poder legal, do governo instituído de Borges de Medeiros.

2. 2. 2 – O conflito entre o Telegrafista e o Delegado

O próximo episódio a ser analisado transcorreu entre os anos de 1899 e 1900 e teve como palco central das disputas a Repartição Geral dos Telégrafos de Santa Maria, envolvendo dois grupos antagônicos no Partido local, sendo figuras centrais o Telegrafista Salvador Pires e o Delegado de Polícia Ramiro de Oliveira⁴⁶, ambos membros do PRR e amigos pessoais de Júlio de Castilhos. Este caso pode ser entendido como sendo um desdobramento do episódio da divisão no PRR local ocorrida em 1893, quando constituiu-se uma Comissão Executiva liderada por Ramiro de Oliveira para fazer frente ao grupo do Intendente Valle Machado. Conforme a análise das cartas enviadas pelo Delegado Ramiro de Oliveira e pelo Telegrafista Salvador Pires a Júlio de Castilhos, será possível perceber que acima do ranço pessoal entre os dois, estava a disputa por poder interno no PRR local entre a facção da Comissão Executiva e o grupo de Valle Machado.

A pendenga entre o Salvador Pires e Ramiro de Oliveira teve seu início por volta do ano de 1899, em razão da transferência de Salvador Pires para a Repartição Telegráfica de Santa Maria. Quando o Telegrafista foi transferido pelo Diretor Geral dos Telégrafos para a Repartição Telegráfica da cidade, o funcionário que ocupava o cargo até o momento da posse de Salvador Pires, Tomás Ramos, foi deslocado para uma repartição noutra município. Como o Telegrafista Tomás Ramos era aliado do Coronel Ramiro de Oliveira, o grupo da Comissão

⁴⁶ Durante os primeiros anos do Regime Republicano, Ramiro de Oliveira exerceu o Cargo de Delegado de polícia em Santa Maria. Em função de suas práticas político-partidárias junto ao Partido Republicano local, sempre leal ao Líder Júlio de Castilhos, exercia um poder de mando no município que lhe assegurava prestígio frente aos seus correligionários, muitos dos quais se dirigiam a ele fazendo referência à patente de Coronel. Em função disso, consideramos que Ramiro de Oliveira pode ser identificado no perfil dos coronéis de Santa Maria, entendendo que a condição de Coronel não se dava pela ocupação de algum cargo em específico, mas pelo poder de mando e pelo prestígio público, elementos que eram reconhecidos pela comunidade a qual o coronel fizesse parte. Mas, a fim de identificação deste sujeito histórico neste capítulo, optamos por identifica-lo como Delegado de Polícia, afim de proporcionar uma melhor compreensão do caso estudado.

Executiva, que tinha o Coronel à frente, ficou insatisfeito com a ordem do Diretor dos Telégrafos de remover Tomás Ramos do seu cargo para empossar Salvador Pires.

Como visto anteriormente, no momento histórico dos primeiros anos da República, em que se deu a disputa entre o Telegrafista e o Delegado, era muito caro aos republicanos em seus municípios estabelecer poder de mando na Repartição Telegráfica, para que regulassem as comunicações com municípios vizinhos. Isto porque o Telégrafo era a chave para as comunicações dos municípios com a Capital do Estado e com os outros municípios. Desta maneira, quando Ramiro de Oliveira questionava a nomeação de Salvador Pires para o cargo de Agente dos telégrafos, ele estava disputando o controle sobre um local estratégico para o exercício de seu poder. O que levou o Delegado a abrir luta na Repartição Telegráfica foi o fato de que o Telegrafista Salvador Pires passou a questionar seu poder. Por isso, Ramiro de Oliveira passou a pedir a intervenção de Júlio de Castilhos para que o Telegrafista Tomás Ramos retomasse as funções que exercia nos telégrafos antes de sua remoção, pois este Agente era cargo de confiança do Delegado de Polícia.

Então, Ramiro de Oliveira passou a atacar o Telegrafista Salvador Pires na imprensa partidária, chamando-o de traidor e acusando-o de infidelidade partidária. Para Ramiro de Oliveira o que importava era que Salvador Pires fosse transferido para outra repartição e que Tomás Ramos, que lhe era fiel, retomasse suas funções nos telégrafos em Santa Maria. Por isso o Delegado começou a gerar boatos a respeito da conduta política e pessoal de Salvador Pires.

Para Salvador Pires, o que mais importava era manter limpa sua imagem frente aos companheiros do PRR local e ao líder máximo, Júlio de Castilhos, bem como permanecer em Santa Maria. Neste intuito, o Telegrafista iniciou uma verdadeira empreitada, recolhendo provas que o inocentassem das acusações que lhe eram dirigidas pelo Coronel Ramiro. Salvador Pires entrou em contato com o Diretor Geral dos Correios, pedindo uma declaração de que a sua transferência para Santa Maria teria se dado apenas por motivos familiares, de que em nada ele teria concorrido para a transferência de Tomás Ramos. Recebida a carta que lhe foi remetida pelo Diretor dos Telégrafos, Salvador Pires passou a enviar cópias da mesma para autoridades influentes no PRR, como o Senador Pinheiro Machado e o Próprio Castilhos, no intuito de provar sua inocência.

Estabelecida a discordância entre as partes, ambos passaram a escrever cartas com destino ao Palácio do Governo em Porto Alegre, com o principal objetivo de angariar o apoio do líder máximo do Partido, uma vez que uma simples correspondência enviada por Júlio de Castilhos poderia por fim à questão, favorecendo a um ou a outro.

O que pode ser considerado como um aspecto comum às cartas que estes dois correligionários enviavam a Castilhos, é que apelavam para os laços de amizade que os uniam e aos compromissos políticos que assumiam perante o líder, sempre disputando sua preferência, enfatizando a fidelidade partidária e pessoal e colocando-se em posição de submissão diante da sua decisão.

Em carta enviada a Júlio de Castilhos no dia 15 de janeiro de 1899, Salvador Pires expõe os motivos que o levaram a remetê-la, sendo seu principal intuito fazer a própria defesa mediante os ataques que vinham sendo promovidos por Ramiro de Oliveira contra sua reputação política e pessoal na imprensa e no Partido:

Saudosíssimo Dr. Júlio

Magoado, profundamente magoado pelo modo porque respeitáveis e estimados amigos julgaram-me nesta questão de remoção, não me sinto ainda com bastante calma ao escrever-vos esta, alias dictada pelo dever de amizade. [...] Conforme ahi me declarastes, constituíam provas contra mim as palavras do **Senador Pinheiro (grifo nosso)** e o aviso em que o **chefe da Central (grifo nosso)** me comunicou a remoção. Pois bem: **ao primeiro daqueles escrevi, juntando cópia da carta que dirigi ao Dr. Vilhena, por intermédio do amigo Aurélio (grifo nosso)**, e pedi-lhe, apelando para os seus sentimentos de honra, que se entendesse com o vice-diretor no intuito de tirar a limpo a verdade sobre este fato, visto eu receiar que minha carta, tratando de assunto referente a serviço público, não tivesse a resposta desejada. **Ao segundo também mandei cópia da referida carta, e explicando-lhe os motivos porque havia passado de Porto Alegre o aviso (grifo nosso)**, que já conheceis, **juntei o original do telegrama com que o Dr. Ramiro de Oliveira, em nome da Comissão executiva, dignou-se dirigir-me qualificando-me de traidor. Fiz mais: mandei cópia, isto é, o próprio jornal do “Estado” contendo a notícia sobre a partida do sr. Ramos, na qual sou indirectamente atacado e rudemente ofendido. (grifo nosso)**. “Maquiada na sua boa fê”, aguarde os termos dessa notícia, a Diretoria deve ser informada de tais para poder apreciar bem esta questão e providenciar como for de justiça. Assim procedido, estou exercendo um direito, que é o de defender-me, e cumprindo um dever, que é o de justificar-me perante os amigos. E hei de fazê-lo de modo a não deixar dúvida sobre meu caráter, que prego acima de tudo, e que até hoje, mercê de Deus, ainda não foi maculado por um só ato desonesto. Eis como estou procedendo, procurando, em atenção somente à vossa pessoa e aos interesses do partido, não trazer à publicidade estes fatos, sufocando os impulsos de indignação e de justa represália aos ataques com que o Dr. Ramiro de Oliveira, em rodas de amigos e desconhecidos, tem atacado à minha reputação.⁴⁷

Neste primeiro trecho da carta, Salvador Pires se justifica perante Castilhos e o Partido, argumentando que não teve interferência direta na remoção do telegrafista Ramos e que eram injustas as acusações de traição que vinha sofrendo de “ex-camaradas” do Partido Republicano.

A pendenga entre Salvador Pires e Ramiro de Oliveira se agravou ainda mais quando o Delegado resolveu levar a questão até a imprensa, publicando matéria no jornal republicano

⁴⁷ Carta de Salvador Pires a Júlio de Castilhos (Série Correligionários, Subsérie Correspondência recebida, Fundo Acervo Júlio de Castilhos, 15/01/1899 – AHRS).

“O Estado”, na qual lançava ofensas ao telegrafista e o acusava de ter agido de má fé, sendo o responsável pela transferência de Tomás Ramos.

Na continuidade da carta se percebe melhor a pendenga pessoal e política de Salvador Pires com Ramiro de Oliveira:

Não satisfeito com o desabafo contido na notícia que fez publicar a propósito da partida do **Dr. Ramos, a quem, em abril ou maio do ano passado, quis meter o chicote pelo procedimento desleal que com ele tivera (grifo nosso)**, o “Estado”, de ontem, na seção humorística, envolve meu nome de modo desonroso. Ora, isto não pode continuar assim. Aviso-vos do que está ocorrendo para providenciardes como melhor intenderdes, na certeza de que, se continuarem as provocações, os motejos insultuosos, serei obrigado a tratar desta questão pela imprensa. E então, com legítima represália mostrarei ao público que a Diretoria não foi “iludida na sua boa fé pela perfídia ou intriga” de quem quer que seja, havendo **motivos sérios que justificam semelhante remoção**. Por último, permiti que vos faça também um apelo de honra, em nome da antiga amizade e da leal dedicação que me ligam à vossa pessoa, pedindo-vos que me declareis se fostes ouvido ou destes vosso consentimento na transcrição, feita pela Federação, da notícia relativa à remoção aludida. Como deveis compreender, logo o máximo interesse a esta pergunta, de cuja resposta, que rogo não demoreis, e da qual não me servirei em caso algum, depende minha norma de conduta deste dia em diante. Terminando, posso assegurar-vos que conto com a inalterável amizade de antigos camaradas, que não são solidários com o telegrama insultuoso que o sr. Ramiro entendeu dever passar-me em nome da Comissão Executiva, nem com as hostilidades que o mesmo está me movendo. Aguardando, pois, as vossas ordens, que serão cumpridas sem discussão, e os vossos conselhos, que sempre acatei na devida consideração, penso poder ainda assignar-na.

Vosso amigo (ilegível) e grato
Salvador Pires

Ps:

Acabo de saber, por pessoa de todo crédito, que o Dr. Ramiro tem feito espalhar que não fui recebido por vós, que a ele declarastes não receber-me mais! Parece incrível! Apreciai bem até que ponto chegou o procedimento destes meus ex-camaradas [...]. Previno-vos de novo que, não tendo rabo, não receio a luta em qualquer termo.⁴⁸

Este trecho da carta inicia fazendo referência às acusações de Ramiro de Oliveira, com o fim de deslegitima-las, quando Salvador Pires relembra um episódio ocorrido no ano anterior (1898) em que Ramiro de Oliveira teria intencionado “meter o chicote” no telegrafista Ramos, por este ter procedido de forma desleal para com ele. Recorrendo a este argumento da violência política, o reclamante tenta convencer Castilhos da incoerência das reportagens publicadas no jornal o “Estado” (explicar), a mando de Ramiro de Oliveira.

Segundo Biavasci (2004), quando se davam disputas no interior do PRR em âmbito local, era prática comum a criação de escândalos e casos políticos, “especialmente por meio da imprensa, que envolvesse os partidários a serem desprestigiados” (BIAVASCHI, Op. Cit., p. 17). Foi o que ocorreu em Santa Maria no ano de 1899, quando o Delegado Ramiro de

⁴⁸ Carta de Salvador Pires a Júlio de Castilhos (Série Correligionários, Subsérie Correspondência recebida, Fundo Acervo Júlio de Castilhos, 15/01/1899 – AHRS).

Oliveira resolveu divulgar através da imprensa a pendenga política que tinha com o Telegrafista Salvador Pires nos bastidores do partido. Na leitura da carta enviada a Castilhos, fica perceptível que Salvador Pires queixava-se das inverdades propaladas contra sua pessoa no jornal “O Estado”, da distorção dos fatos e que seus inimigos estariam atentando contra sua imagem.

Ao mesmo tempo em que pedia a intervenção do chefe republicano na questão, Salvador Pires tentava convencê-lo a fazer com que seus adversários parassem com os insultos contra sua pessoa na imprensa, utilizando como principal estratégia de convencimento a ameaça de transformar o caso até então interno ao partido num escândalo público.

A seguir, num tom de caráter pessoal e fazendo referência aos laços de amizade que os uniam, Salvador Pires, em nome de sua lealdade, fazia a Castilhos um “apelo de honra”, que o chefe do Partido e responsável por longo tempo pela direção do jornal “A Federação”, lhe declarasse se foi de seu consentimento a transcrição da referida matéria no mesmo jornal. Logo após tal pedido, justificava que não faria uso pessoal da resposta, da qual se serviria apenas para saber a conduta a adotar.

No fim da carta, o reclamante destacava que figuras importantes do Partido Republicano local estavam ao seu lado e que não eram compatíveis com as hostilidades movidas contra sua pessoa por Ramiro de Oliveira e a Comissão Executiva. Embora não cite nomes, fica subentendido que os sujeitos que o apoiavam, ou parte deles, faziam parte da facção do partido antagônica à Comissão Executiva, que tinha a frente o Coronel Valle Machado, adversário de Ramiro desde os conflitos que dividiram o Conselho Municipal no ano de 1893.

Sobre o antagonismo entre estes dois grupos rivais no interior do Partido Republicano de Santa Maria, também era feita menção nas cartas que o Delegado Ramiro de Oliveira enviava à Castilhos, contando a sua versão dos fatos, disputando a atenção do chefe, colocando-se sempre na condição de correligionário mais fiel ao PRR.

No dia 14 de maio de 1899, o líder da Comissão Executiva enviava uma carta ao Presidente do Estado, de caráter confidencial, na qual iniciava relatando a eficácia de seus serviços como Delegado de polícia no controle da oposição, para a seguir se valer dos créditos para pedir os favores ao líder do Partido nas questões que diziam respeito às disputas com seus adversários:

Ilustre Chefe Dr. Júlio.

Cordeais saudações e a excelentíssima família.

Vigilante conservo-me sabendo todos os dias onde estão os Chefetes e o que conversam. Junto [ilegível] uma carta que recebi ontem do delegado de Rio Pardo sobre o Carlos Telles. Por ela vereis que o homem tem andado doente e cuidando de negócios. O Felipe Porto [ilegível] está na fazenda da Conceição. Este esteve aqui, quando regressara da Cachoeira e procurou meu compadre Antero, para o qual disse que em Porto Alegre havia sido muito vigiado, mas que entretanto era isso uma injustiça vista. Como só tratava de negócios, estando muito envolvido, com os negócios que sabemos. Condenou barbaramente, qualquer tentativa de perturbação, afirmando que em nada se envolvera e que nada sabe. O Gayer está aqui, tendo a ocasião de dizer-me que se houvesse qualquer coisa só apresentaria a mim para evitar suspeita. O Timótheo Pain está em São Pedro com fazenda arrendada e casa de negócio e armazém de comissões. Os Chefetes de Rosário, São Gabriel, São Sepé, continuam do mesmo modo, em casa. Não obstante isso, temos a maior vigilância sobre tudo. A ordem do dito [danificado] produziu ótima impressão, notando-se, muito desapontamento nos maragatos. É na minha humilde opinião uma demonstração de solidariedade conosco e de fiel cumprimento da ordem recebida do Campos Salles. As guarnições ou por outra, o Telles, mesmo e Salgado hão de estar desapontados com nobre atitude do comando do distrito.⁴⁹

Após este relato da vigilância sob alguns chefes da oposição, o Delegado passa a tratar da questão das eleições para a Intendência Municipal que ocorreriam no ano seguinte (1890):

O Regimento está unido e muito incomodo aos desordeiros. Mandeí próprio ao Salvador dando notícias do que sei e dando a ordem do dia ao Savaget. O Firmino esteve aqui de volta do Alegrete e seguiu ontem para Cruz Alta, partindo dali para Santo Ângelo a 18. Está disposto e disse-me que lhe comunicam tudo que houvesse. Tem ele 200 armas em Santo Ângelo entregues ao Vidal Rolim, as quais precisam de reparos que vai mandar fazer. Disse-me que tem só 12 mil cartuchos. Propalando-se em todas as esquinas que o Valle seria reeleito, isto pelos maragatos, eu tive a ocasião que não veria, dando isso lugar a um rompimento entre mim e ele. Preciso preparar terreno e vou faze-lo, ouvindo-vos em tudo. **Estão comigo, o Olavo, [ilegível], Ernesto Beck, Jorge Maurer, [ilegível], e todo o funcionalismo público. Ele está com o Seixas, Druck e Ribas (grifo nosso).** Nada temo do velhote, a não ser uma daquelas da Villa Rica.⁵⁰

Um ponto interessante na última parte deste trecho da carta diz respeito à correlação de forças entre os grupos que estavam se articulando no interior do Partido local para as eleições municipais que ocorreriam no ano seguinte (1900), sendo que a principal disputa era pelo posto de Intendente. O grupo liderado por Ramiro, à frente da Comissão executiva, apoiava a candidatura de Henrique Pedro Scherer para substituir o então encarregado pelo cargo, Valle Machado.

Na parte final da carta, Ramiro de Oliveira passa a tratar da principal questão na qual estava envolvido naquele momento, a intriga pessoal e política com Salvador Pires. Neste

⁴⁹ Carta de Ramiro de Oliveira a Júlio de Castilhos (Série Correligionários, Subsérie Correspondência recebida, Fundo Acervo Júlio de Castilhos, 14/05/1899 – AHRS).

⁵⁰ Carta de Ramiro de Oliveira a Júlio de Castilhos (Série Correligionários, Subsérie Correspondência recebida, Fundo Acervo Júlio de Castilhos, 14/05/1899 – AHRS).

caso, o Delegado pede que Castilhos intervenha no sentido da remoção do Telegrafista, para que seu aliado João Tomás Ramos voltasse a ocupar seu antigo cargo nos Telégrafos, alegando que Salvador Pires não era de confiança e que o Partido Republicano, com ele, não podia contar:

É urgentíssima a vinda do Ramos.

Com o atual encarregado, não posso entrar naquela repartição (grifo nosso), tendo entretanto oportunidade de fazê-lo diariamente. **Este também está com o Valle e como sabeis é mais motivo para sua retirada (grifo nosso).** Peço-vos que lembre **ao Senador**⁵¹ (grifo nosso), pois isso para mim e demais amigos é insuportável como tenho vos dito. A demora dessa medida é prejudicial por todos os lados. Creio, ou por outra, tenho certeza que com um último esforço vosso ficará este assunto liquidado. Ele está convencido que não sairá daqui e tendo eu afirmado que sairá, parece que exagero aos olhos dos que não sabem como está esta questão. Fostes o meu mestre nas lutas e continuais a ser o meu inspirador, quer nos atos públicos, quer particulares. [Danificado] luta é preciso não recuar, derrotando o inimigo. É o que preciso fazer aqui e para isso sois o guia e árbitro de todos os nossos atos. Eis porque tenho pressa nessa medida com a qual tenho a felicidade de estardes de acordo e o que importa dizer vencerei. Deixo de enumerar os amigos que me acompanham por um numero demasiado, pelo que citei apenas os que estão em evidência política. Essa solidariedade comigo, como já tive oportunidade de dizer-vos, deve-se ao fato de saberem que estou de pleno acordo com o chefe supremo, pois que nada tenho feito de modo que merecesse uma tal demonstração. Sobre este assunto temos conversado demasiado e isto [danificado/que vos digo?] é um dos incidentes pesados no meio da jornada.

Ramiro de Oliveira⁵²

Começava enfatizando que era de extrema necessidade, nas suas palavras “urgentíssima” a volta do Telegrafista Tomás Ramos em substituição de Salvador Pires, a quem Ramiro de Oliveira englobava no campo dos adversários, como pertencendo ao grupo de Valle Machado, e utilizava esta razão como outro argumento para sua retirada. Note-se que a todo instante, a cada frase do texto, o remetente se refere aos seus adversários como também sendo adversários de Castilhos, como que compartilhando das simpatias e antipatias. Talvez fosse uma estratégia do Coronel para deixar claro que ele e seu grupo estavam ao lado líder republicano e sob suas ordens, no intuito de angariar sua simpatia e confiança.

Por volta dos anos 1900, a situação política dentro do Partido Republicano de Santa Maria havia sofrido modificações em relação ao contexto de 1893. Na nova conjuntura, era o grupo de Ramiro de Oliveira que passava a contar com o apoio da maioria dos correligionários, o que pode ter pesado para que o Governador do Estado, Borges de Medeiros, sob as orientações de Castilhos, apoiasse a nomeação de Henrique Pedro Scherer

⁵¹ O Senador em questão, o qual o Coronel Ramiro de Oliveira estava se referindo, era Salvador Pinheiro Machado, autoridade republicana de muita importância no Rio Grande do Sul.

⁵² Carta de Ramiro de Oliveira a Júlio de Castilhos (Série Correligionários, Subsérie Correspondência recebida, Fundo Acervo Júlio de Castilhos, 14/05/1899 – AHRS).

para Intendente municipal, o que de fato se deu em 1900. Tendo em vista esta configuração de forças fica fácil supor que, no conflito pessoal entre Ramiro de Oliveira e Salvador Pires na questão do telégrafo, a situação estivesse mais complicada para o Telegrafista, pois estando ao lado da facção menos prestigiada, ficava menos provável sua vitória em relação ao Delegado.

No tocante às relações entre poder local/poder estadual, é digno de observação que, mesmo Castilhos tendo se afastado da Presidência do Estado, seu poder de decisão continuava incontestável, pois era sua voz a última a ser ouvida. Isto fica perceptível quando o Coronel de Santa Maria, Ramiro de Oliveira, afirmava: “tenho certeza que com um último esforço vosso ficará este assunto liquidado”.

Por fim, ressaltava a sua fidelidade partidária e pessoal a Júlio de Castilhos, dizendo estar de “pleno acordo com o chefe supremo”, utilizando-se deste argumento para justificar o apoio que vinha recebendo da “maioria” do Partido.

No ano de 1900, Salvador Pires e Ramiro de Oliveira enviaram mais algumas cartas a Júlio de Castilhos, pelas quais continuaram pedindo a intervenção do líder no caso da disputa que os envolvia na questão da Repartição Telegráfica. O Telegrafista, como estava em condições desfavoráveis devido a seu posicionamento na política local, via-se obrigado a buscar argumentos que o inocentassem das acusações que o Delegado vinha lançando contra sua pessoa, para sua permanência na repartição de Santa Maria, provando que sua remoção se dera por motivos sérios e não por rivalidades políticas. O Delegado, aproveitando-se da situação favorável de estar ao lado da facção majoritária nas eleições municipais, continuou se utilizando do argumento da fidelidade e dos serviços prestados ao Partido, para pedir a transferência de Salvador Pires para outra repartição.

Em carta enviada ao Palácio do Governo a 04 de fevereiro de 1900, Salvador Pires relatava a Júlio de Castilhos que obtivera resposta do Diretor da Repartição Geral dos Telégrafos, levantando indícios de sua inocência no caso:

Ilustre amigo Dr. Júlio.

Trago ao vosso conhecimento o incluso aviso do Sr. Diretor dos telégrafos (grifo nosso), em resposta da carta que em outubro do ano passado lhe havia eu escrito, conforme vos dei ciência naquela ocasião. Iniquamente ofendido na minha reputação, que conservo imaculada, pois é patrimônio sagrado de meus filhos, acusado de ter, pérfida e deslealmente, ilaqueado a boa fé da diretoria em proveito próprio; apontado como repudiado do Partido Republicano e de meus colegas, eu seria realmente o mais miserável dos indivíduos, se me conservasse indiferente e não me justificasse perante meus superiores e amigos que prezo. Foi neste intuito que então me dirigi ao sr. Dr. Álvaro de Oliveira, como antes já o tinha feito ao sr. Dr. Vilhena, cuja carta ficou em poder do amigo Aurelio por motivos que até agora ignoro. [...] **Rogo-vos, pois, que mostreis o incluso aviso ao sr dr. Borges de Medeiros e outros amigos de vossa intimidade (grifo nosso)**, no conceito do qual não quero desmerecer. Pedindo-vos desculpa de importunar-vos mais uma vez com

este assunto, ser-me-á grato, extremamente grato, receber uma palavra vossa. Desejo-vos saúde e à vossa Excelentíssima família, subscrevendo-me como sempre.
Salvador⁵³

Agindo, pois, em direito de defesa, Salvador Pires se dirigia a Castilhos dizendo ser um dever apresentar provas que comprovassem sua inocência no caso, que se calasse estaria consentindo com as acusações dos adversários. Salvador Pires pedia para que a declaração do Diretor Geral dos Telégrafos, Álvaro de Oliveira, fosse apresentada ao então Governador do Estado, Borges de Medeiros, pois o mesmo poderia vir a interceder a seu favor. A correspondência a que Salvador Pires se referia como sendo a prova de sua inocência, lhe foi enviada no dia 31 de janeiro de 1900 por remetente que se identificou por D. Ferraz, sobre o qual a documentação não traz detalhes, mas que possivelmente fosse Agente dos correios, comunicando o pronunciamento do Diretor Geral dos Telégrafos, a respeito dos motivos que levaram à transferência do Telegrafista para a Repartição de Santa Maria. Na carta o Diretor Álvaro de Oliveira deixava a Salvador Pires a liberdade de fazer da mesma o uso que achasse mais apropriado. Eis o conteúdo da correspondência, que Salvador Pires anexou carta à que enviou para Castilhos poucos dias depois, em 04 de fevereiro (citada acima):

**Snr. Telegrafista Salvador Pires.
Santa Maria.**

Transcrevo o aviso nº 80 desta data, que acabo de receber do Snr. Diretor Geral e do qual vos dou conhecimento por ordem do mesmo Diretor (grifo nosso). Diz assim: “Chefe Distrito. P. Alegre. – Ocupadíssimo como tenho estado [...] só agora começo a tomar conhecimento da correspondência particular chegada durante minha ausência. É assim que **só agora li a carta a mim endereçada a 12 de Outubro pelo Snr. Salvador Pires, pedindo-me que declarasse se ele concorreu para a remoção do Snr. Telegrafista João Thomaz Ramos, de Santa Maria. Peço-vos que comuniquéis ao Snr. Pires que a remoção do Snr. Ramos foi exclusivamente devida à minha iniciativa, lembrando-me de remover o Snr. Pires para Santa Maria porque sabia que ele desejava uma estação mais próxima de Porto Alegre, por incômodos de pessoa de sua família (grifo nosso).** Mais ainda: A ciência desse desejo do Snr. Pires foi-me dada por pessoa altamente colocada, estranha a esta repartição. **O Snr. Pires poderá fazer o uso que quiser deste meu aviso (Assinando – Álvaro de Oliveira) (grifo nosso).**

D. Ferraz⁵⁴

Esta correspondência era a prova que Salvador Pires precisava para esclarecer que as acusações de Ramiro de Oliveira contra sua pessoa eram descabidas, pois o próprio Álvaro de Oliveira, Diretor Geral dos Telégrafos, assumia a responsabilidade pela remoção do Telegrafista Ramos da Repartição Telegráfica de Santa Maria. Enviando a mesma a Júlio de

⁵³ Carta de Salvador Pires a Júlio de Castilhos (Série Correligionários, Subsérie Correspondência recebida, Fundo Acervo Júlio de Castilhos, 04/02/1900 – AHRS).

⁵⁴ Correspondência de D. Ferraz a Salvador Pires (Série Telegramas, Subsérie Recebidos, Fundo Acervo Júlio de Castilhos, 31/01/1900 – AHRS).

Castilhos e pedindo que este a remetesse a Borges de Medeiros, Salvador Pires tratou de resolver esta questão nos bastidores do Partido, sem recorrer à imprensa.

Pela análise do conteúdo da correspondência enviada pelo Diretor dos Telégrafos à Salvador Pires, é possível compreender este conflito com uma riqueza de detalhes que não seria perceptível apenas através da leitura dos textos publicados na imprensa, que pelo fato de serem tendenciosos, principalmente numa época em que os jornais eram fortemente vinculados às ideias partidárias, não desvelavam as minúcias, que só podem ser percebidas no entrecruzamento dos conteúdos das cartas, fundamental na montagem dos quebra-cabeças.

Além dos conflitos entre facções rivais no interior do Partido, as cartas tornam visível o favorecimento pessoal, pelo preenchimento de cargos públicos por pessoas da família, ou do círculo de amizade dos coronéis, o que constituía a cultura política do clientelismo, presente desde os tempos do Império. O que Ramiro de Oliveira pretendia era o preenchimento do cargo de telegrafista por uma pessoa de sua confiança, utilizando-se de sua influência política para o favorecimento do seu aliado. Na medida em que o objetivo fosse alcançado, o favorecido pelo poder do Coronel já estaria lhe devendo um favor. Sendo assim, o Coronel Ramiro estaria garantindo sua esfera de influência na Repartição Telegráfica através do seu cliente.

2. 2. 3 – O favorecimento dos “amigos”: o clientelismo nas cartas enviadas pelos coronéis republicanos locais a Júlio de Castilhos

A cultura política de finais do século XIX, na qual Santa Maria estava inserida, era marcada pela prática muito comum à época da República Velha, o clientelismo, pois, entre outros problemas, frequentemente “os postos administrativos eram preenchidos por indivíduos que mantinham estreitas relações pessoais, advindas tanto de laços de afetividade como de consanguinidade” (PISTOIA, Op. Cit., p. 25). O que também constituía uma prática comum era o partido que estivesse no governo favorecer os “amigos” com cargos de confiança, ao mesmo tempo que caçava os mandatos de quem pudesse representar um “incômodo” aos seus interesses. Tais práticas devem ser percebidas pelo historiador dentro da lógica do exercício do poder, no período histórico em questão. Elas tinham uma função estratégica, eram práticas que possuíam um objetivo político claro.

Após a institucionalização do regime republicano, a política dos coronéis continuou sendo profundamente influenciada pelo patriarcalismo e pelo clientelismo, heranças políticas dos tempos do Império.

Os coronéis de Santa Maria procuravam ampliar sua esfera de influência nos setores públicos através da indicação de pessoas de sua confiança para o preenchimento de cargos, através dos quais pudessem estar representados os seus interesses, obtendo mais poder à medida que conseguisse colocar mais clientes à sua disposição. No entanto, para que conseguissem estes benefícios pessoais, era preciso que sua indicação passasse pela aprovação do líder máximo do PRR, Júlio de Castilhos.

Então, algumas vezes os coronéis remetiam cartas ao chefe pedindo pela sua intervenção na promoção de uma pessoa de sua família, ou do seu círculo de amigos, outras vezes o pedido se direcionava à sua própria promoção, que vinha sempre acompanhada por juras de lealdade pessoal e partidária, pois a ocupação do cargo público era seguida da promessa de representação dos interesses do Partido e do chefe de Estado na localidade.

Em carta enviada a Júlio de Castilhos no dia 12 de outubro de 1892, período em que o PRR em Santa Maria estava recompondo os quadros do funcionalismo público com figuras da confiança de Júlio de Castilhos, após a derrubada do “governicho” do poder, Carlos Haag, figura de confiança de Castilhos no cargo de Agente dos Correios, declaradamente pedia que o líder do Partido intercedesse a seu favor, numa questão nitidamente de cunho clientelista:

Excelentíssimo Chefe

Estimo que tenhas gozado saúde, é quanto eu o desejo, no dia 5 de agosto fui reentregado na Agência de Correios desta cidade, que assumi o exercício no dia 01 de setembro. Nessa data, indiquei a minha mulher para ajudante do Correio e isso no dia 24 do mesmo mês tive um ofício do administrador dos correios do Estado dizendo que, não podia nomear Elisa Haag para ajudante do Correio, visto que esta Agência era de 3ª [ilegível] e que só serviam senhoras nomeadas para agências de 4ª [ilegível], assinado dito ofício estou decidido a pedir a minha exoneração, sendo que, como Agente, não podendo cuidar de outros negócios, este emprego só não me dou para mim. Portanto peço-vos [ilegível] abstém de Diretoria Geral dos Correios, para a nomeação de minha velha [...]⁵⁵

Carlos Haag solicitou exoneração do cargo de Agente dos Correios porque precisava tratar de assuntos pessoais ligados à política, que não ficavam explícitos na carta, mas que podem ser exemplificados em sua ação no ano seguinte (1893), quando liderou uma frente de combate na Revolução Federalista. Pelo fato de estes compromissos exigirem mais tempo de dedicação, não poderia continuar no cargo que ocupava frente aos correios, fazendo então o

⁵⁵ Carta de Carlos Haag a Júlio de Castilhos (Série 08, Subsérie Correspondência recebida, Fundo A. P. Júlio de Castilhos, 12/10/1892, AHRIS).

apelo a Castilhos para que intercedesse a favor da posse de sua mulher, pois desta forma manteria sua rede de influência na Repartição Telegráfica.

Um caso interessante para análise de promoção pessoal ligada à troca de favores políticos é o de Herculano dos Santos, que foi um fiel correligionário de Júlio de Castilhos no Partido Republicano de Santa Maria e que durante os primeiros anos da República ocupou o cargo de Serventuário Vitalício do ofício do 2º tabelião do público, judicial e notas do cível e comercial, possuindo o próprio Cartório, que funcionava das 9 horas da manhã às 5 horas da tarde⁵⁶. Sabendo do cargo que o mesmo ocupava, cabe levantar algumas questões: quais as estratégias utilizadas por este agente da história de Santa Maria até chegar à posição social que ocupava de Serventuário Vitalício, possuindo seu próprio cartório? Esta ascensão estaria relacionada a alguma vinculação política e partidária? O conteúdo de uma carta enviada por Herculano dos Santos a Júlio de Castilhos no dia 26 de agosto de 1890 traz alguns indícios que podem ajudar na compreensão deste caso e, embora não possibilite a obtenção de respostas definitivas, permite que sejam levantadas algumas hipóteses no intuito de se tentar responder às questões suscitadas. Nestes termos foi escrita a carta:

Os meus sinceros pêsames pelo golpe que vos acaba de ferir no íntimo [ilegível] com o falecimento de vossa virtuosa progenitora. Junto a esta encontrará o meu digno correligionário uma carta da Comissão Executiva daqui [ilegível] a minha pretensão de ser nomeado Secretário vitalício do segundo cartório desta cidade. O concurso para preenchimento do mesmo ficara marcado a 29 do mesmo mês. Estando eu habilitado a exercer esse lugar, como poderá o meu correligionário verificar pelos documentos que apresentei ao governo do Estado, expus que não [ilegível] duvidoso eu prestar o vosso valioso auxílio para o bom andamento da minha pretensão pelo que antecipo rendo já os meus agradecimentos⁵⁷.

Pelo conteúdo da carta fica quase confirmada a hipótese de que a nomeação de Herculano dos Santos como Secretário vitalício do 2º Cartório da cidade esteve vinculada a questões políticas e de interesse partidário. O principal indício que reforça esta hipótese foi o próprio fato de a carta ter sido enviada ao líder máximo do Partido Republicano três dias antes da realização do Concurso Público que foi realizado para preenchimento do cargo. Isto fica mais claro ainda se avaliadas as próprias palavras do pretendente ao cargo, que diz que não seria “duvidoso eu prestar o vosso valioso auxílio para o bom andamento da minha pretensão pelo que antecipo rendo já os meus agradecimentos”.

⁵⁶ HERCULANO DOS SANTOS. O Combatente, Santa Maria 23 de Abr. 1893, p. 1. AHSM

⁵⁷ Carta de Herculano dos Santos a Júlio de Castilhos (Série 08, Subsérie Correspondência recebida, Fundo A. P. Júlio de Castilhos, 26/08/1890, AHRS).

Como casos como este davam-se numa época em que em todo o Rio Grande do Sul os cargos públicos eram quase sempre preenchidos por figuras da indicação do Partido do Governo e o seu exercício esta diretamente relacionado aos compromissos estabelecidos entre os Coronéis Locais, sua clientela e o Chefe de Estado, fica claro o comprometimento assumido por Herculano dos Santos para com Júlio de Castilhos e o PRR, a partir do momento em que conseguiu sua nomeação para o cargo pretendido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foram compreendidas as relações de poder coronelistas em Santa Maria nos anos iniciais da República através do arcabouço teórico da Nova História Política, principalmente no que diz respeito à história das elites políticas. Procurou-se estabelecer o perfil da elite política santa-mariense durante o período de governo de Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul, para que fosse possível esclarecer sobre as estratégias adotadas pelos coronéis locais nas negociações com o poder estadual. Neste intuito, foi feita a análise dos conteúdos dos jornais republicanos “A Federação” e “O Combatente” e das cartas que eram enviadas pelos coronéis do PRR de Santa Maria a Júlio de Castilhos. Através da leitura dos jornais foi possível vislumbrar as estratégias adotadas na disputa pelo espaço das representações e na análise das cartas foi possível perceber que desde os primeiros momentos do governo de Júlio de Castilhos, deu-se a constituição de dissidências internas no PRR local, em que grupos antagônicos disputavam a preferência do líder do Partido. Pela leitura das cartas também foi possível vislumbrar o clientelismo presente nas relações coronelistas entre o poder local e o poder estadual, em que os chefes republicanos locais procuravam preencher cargos públicos com pessoas de seu círculo de confiança, numa relação de troca de favores que permitisse a perpetuação de seus interesses na esfera pública.

A teoria de Serge Berstein (2003) que trata a respeito do campo de atuação dos partidos políticos ajuda a compreender aspectos da constituição e da gestão do PRR enquanto partido que se perpetuou por mais de 30 anos enquanto governo no Rio Grande do Sul. Sua duração no tempo garantiu ao partido uma existência mais longa que a vida de seus fundadores; sua aspiração ao poder levou os republicanos a constituírem uma estrutura partidária hierarquizada e disciplinada, que após chegar ao governo se refletiu numa postura autoritária e centralizadora; e, por fim, sua vontade de buscar o apoio da população, servindo-se da propaganda pela imprensa partidária e da cooptação dos coronéis locais para arrebatar os votos dos seus currais eleitorais, além de incentivar variadas formas de fraude e corrupção.

Nesta perspectiva, a transição para a república no Rio Grande do Sul no final do século XIX, pode ser compreendida como fazendo parte de um processo, no qual muitos elementos que compunham a mentalidade política do Império permaneceram, como o clientelismo e o autoritarismo dos chefes locais. O que houve durante a política do PRR, a partir do momento em que se institucionalizou no poder, foi uma adaptação do poder privado

dos coronéis aos interesses do partido, sendo que no processo de cooptação, o partido concedia vantagens aos coronéis que melhor atendessem às suas vontades nos municípios.

A cidade de Santa Maria estava inserida neste contexto de clientelismo e coronelismo. Para um melhor entendimento da prática clientelista e do coronelismo nas relações do poder local com o poder estadual foi importante pesquisar sobre a elite política do município. Como esclarecido no segundo capítulo, a elite santa-mariense era composta por pequenos e médios pecuaristas, além de agricultores, comerciantes, banqueiros, empresários, e que não havia necessariamente uma separação entre as riquezas acumuladas no campo e nas cidades, pois em muitos casos os estancieiros locais investiam seu capital no comércio ou na indústria, da mesma forma que negociantes da cidade podiam adquirir propriedades rurais. O poder econômico destes sujeitos era muito importante para que exercessem influência política no município. Alguns atingiam o status de elite por estratégias matrimoniais, outros pela atuação nas guerras. Como apontou Graham (1997) para outras regiões do Brasil no século XIX, os Coronéis de Santa Maria atingiam o posto de liderança local pela atuação na Guarda Nacional, pelo capital levantado com o comércio e indústria, por alianças de casamento, sendo que todos tinham alguma forma de comprometimento político com os partidos que disputavam o poder nos anos finais do Império e iniciais da República.

Pela análise dos jornais republicanos “A Federação” a nível estadual e “O Combatente” de Santa Maria podem ser percebidos aspectos comuns ao fazer política no período da República Velha no Rio Grande, como propaganda ideológica e oposição política, conflitos e violência partidária e pessoal e exonerações e renúncias de cargos públicos. O conteúdo dos órgãos de imprensa republicanos era fortemente marcado pela ideologia partidária, vinculada aos clubes e núcleos municipais, que por sua vez eram submetidos à Comissão Executiva estadual. Desta forma, os jornais dos municípios seguiam a mesma linha editorial de “A Federação”, que durante os anos de transição da Monarquia para o regime republicano, esteve sob a direção pessoal de Júlio de Castilhos.

Entretanto, apenas pela leitura dos jornais, não foi possível ter acesso a uma série de informações e fatos que se davam nos bastidores do Partido, os quais a imprensa, pela sua parcialidade política e vinculação ideológica e partidária, não trazia a público.

Através da análise do conteúdo das cartas que eram enviadas pelos coronéis vinculados ao PRR de Santa Maria a Júlio de Castilhos, podem ser observados muitos dos elementos que compunham a política coronelista, como favorecimentos políticos clientelistas e disputas que ocorriam no interior do poder local entre facções que disputavam o poder e a solicitude de Júlio de Castilhos.

Finalmente, pelo cruzamento dos textos, muitas vezes de caráter reservado, ou confidencial, que os coronéis de Santa Maria enviavam a Castilhos, têm-se a possibilidade de reconstrução de casos e conflitos em que se misturavam intrigas políticas e pessoais, como as disputas que puderam ser apreciadas anteriormente entre os coronéis Ramiro de Oliveira e Valle Machado no ano de 1893, ou entre Ramiro de Oliveira e Salvador Pires nos os anos de 1899 a 1900, na questão envolvendo a Repartição Geral dos Telégrafos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, A. Apropriação das ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil imperial: 1870–1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 3, p. 83-118.

AXT, G. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. In: GOLIN Tau, BOEIRA, Nelson (Coord. Geral); RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti, AXT, Gunter (Dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889 – 1930)**. Passo Fundo: Méritos, v. 3, 2007, p. 89-122.

BACZKO, B. Imaginação social. In: RUGGIERO, Romano (Org.) **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Casa da Moeda, 1985.

BELÉM, J. **História do Município de Santa Maria: 1797–1933**. 3. ed. Santa Maria: UFSM, 2000.

BELTRÃO R. **Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho: 1787-1930**. 2ª ed. Santa Maria, 1979.

BERSTEIN, S. Os partidos. In: RÉMOND, René (dir). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 57-98.

BIAVASCHI, M. A. C. **Coronelismo, Borgismo e Escândalos Políticos: O caso Ribeiro Tacques (Santa Maria: 1925-1926)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BOBBIO, N; Matteucci, N; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1993, p. 933-61.

CAREGNATO, R, MUTTI, R. **A Pesquisa Qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Florianópolis, 2006 out-dez, p. 679-684.

CARVALHO, D. V. **“Entre a solidariedade e a animosidade”**: Os Conflitos e as Relações Interétnicas Populares Santa Maria – 1885 a 1915. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

FALCON, F. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 55 - 83.

FAORO, R. **Os donos do poder: A formação do patronato político brasileiro.** Rio de Janeiro: Globo, 1987, v. 2.

FÉLIX, L. O. **Coronelismo, borgismo e cooptação política.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FRANCO, S. C. da. **Júlio de Castilhos e sua época.** 2. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

_____. O Partido Federalista. In BOEIRA, Nelson, Golin, Tau (Coord. Geral), RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti, Axt, Günter (dir). **História Geral do Rio Grande do Sul: República/República Velha (1889-1930).** Passo Fundo: Méritos, 2007, 129-170.

GRAHAM, R. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HEINZ, F. M. **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

JULLIARD, J. A política. In: LE GOFF, Jacques(org.). **História: Novas abordagens.** Rio de Janeiro: Francesa Alves, 1976, p. 180-193.

KARSBURG, A. O. **Sobre as ruínas da Velha Matriz: Religião e política em tempos de ferrovia – Santa Maria – Rio Grande do Sul 1880 – 1890.** Santa Maria, Ed. Da UFSM, 2007.

KÜLZER, G. G. L. L. **De Sacramento à boca do Monte: A formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX).** 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

PESAVENTO, S. J. **República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores.** Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980.

_____. Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginado. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo. V. 15, nº 29, pp. 9-27, 1995.

PINTO, C. R. J. **Contribuição ao estudo da formação do Partido Republicano Rio Grandense (1882-1891).** 1979. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1979.

PISTÓIA, C. D. **O coronel, o jornalista e o delegado: Cultura, política e violência em Santa Maria.** Santa Maria: Abril, 2011.

RAMOS, H. H. C. L. **O Partido Republicano Rio-Grandense e o poder local no Litoral Norte do rio Grande do Sul.** 1990. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

RECKZIEGEL, A. L. S. 1893: A revolução além-fronteira. In BOEIRA, Nelson, Golin, Tau (Coord. Geral), RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti, Axt, Günter (dir). **História Geral do Rio Grande do Sul: República/República Velha (1889-1930).** Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 23-47.

RÊGO, A. H. do. **Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder.** São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

RÉMOND, R. (dir). **Por uma história política.** Tradução Dora Rocha – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, R. V. O castilhismo e as outras ideologias. In BOEIRA, Nelson, Golin, Tau (Coord. Geral), RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti, Axt, Günter (dir). **História Geral do Rio Grande do Sul: República/República Velha (1889-1930).** Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 57-88.

ROSANVALLON, P. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História.** Tradução de Paulo Martinez. S. Paulo: v. 15, nº 30, PP. 9-22, 1995.

TRINDADE, H. **Poder legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Sulina, 1980.

VARGAS, Jonas Moreia. **Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da Elite Política do Rio Grande do Sul (1868-1889).** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FONTES DOCUMENTAIS UTILIZADAS

1 – Jornais

ALERTA, **A Federação**, Porto Alegre 09 de jun. 1892, p. 01. AHSM

CHAMADOS À POLÍCIA. **O Combatente**, Santa Maria 14 de fev. 1892, p.1-2. AHSM

DECLARAÇÃO. **O Combatente**, Santa Maria 14 de fev. 1892, p. 2. AHSM

DR. GASPAR MARTINS. **O Combatente**, Santa Maria 11 de Dez. 1892, p. 1. AHSM

EM SANTA MARIA, **A Federação**, Porto Alegre 30 de jun. 1892, p. 01. AHSM

GOVERNO da ordem. **A Federação**, 1889, p. 1. AHSM

HERCULANO DOS SANTOS. **O Combatente**, Santa Maria 23 de Abr. 1893, p. 1. AHSM

IMPERIALISTAS CONFESSOS, **A Federação**, Porto Alegre 06 de Mai. 1893, p. 01. AHSM

INTIMAÇÃO. **O Combatente**, Santa Maria 05 de Mar. 1893, p. 1. AHSM

MAIS UMA DERROTA, **A Federação**, Porto Alegre 25 de Nov. 1893, p. 01. AHSM

MOVIMENTO. **O Combatente**, Santa Maria 14 de fev. 1892, p. 2. AHSM

NOVA PHASE, **A Federação**, Porto Alegre 18 de jun. 1892, p. 01. AHSM

O COMBATENTE. **O Combatente**, Santa Maria 01 de jan. 1892, p.1. AHSM.

OS SUCESSOS (NESSA CIDADE). **O Combatente**, Santa Maria 02 de Abr. 1893, p. 1. AHSM

PARA ONDE VAMOS? **O Combatente**, Santa Maria 01 de jan. 1892, p.2. AHSM

PELA VERDADE. **O Combatente**, Santa Maria 23 de Out. 1892, p. 1. AHSM

Renúncia. **O Combatente**, Santa Maria 01 de jan. 1892, p.2. AHSM

92. **A Federação**, Porto Alegre 01 de jan. 1892, p. 01. AHSM

2 – Cartas

Carta de Ernesto Beck a Júlio de Castilhos (Série Correspondência Recebida, Fundo Acervo Júlio de Castilhos, 08/03/1893 – AHRs)

Carta de Salvador Pires a Júlio de Castilhos (Série Correligionários, Subsérie Correspondência recebida, Fundo Acervo Júlio de Castilhos, 15/01/1899 – AHRs)

Carta de Ramiro de Oliveira a Júlio de Castilhos (Série Correligionários, Subsérie Correspondência recebida, Fundo Acervo Júlio de Castilhos, 14/05/1899 – AHRs)

Carta de Salvador Pires a Júlio de Castilhos (Série Correligionários, Subsérie Correspondência recebida, Fundo Acervo Júlio de Castilhos, 04/02/1900 – AHRs)

Carta de Carlos Haag a Júlio de Castilhos (Série 08, Subsérie Correspondência recebida, Fundo A. P. Júlio de Castilhos, 12/10/1892, AHRs)

Carta de Herculano dos Santos a Júlio de Castilhos (Série 08, Subsérie Correspondência recebida, Fundo A. P. Júlio de Castilhos, 26/08/1890, AHRs)

Correspondência de D. Ferraz a Salvador Pires (Série Telegramas, Subsérie Recebidos, Fundo Acervo Júlio de Castilhos, 31/01/1900 – AHRs)

O Combatente

leitores que fuma chamada à política, cada fuma arrolando que não somos revolucionarios sem conspiradores, e onde não foi impo- sível não escrevermos artigos in- formantes.

Somos amigos da ordem, por isso que reprovamos, também, tudo quanto possa perturbar a tran- quilidade publica.

Trabalhamos unicamente pelo nosso partido que, entendemos, mais proficuos resultados traz ao Rio Grande do Sul.

ABELARDO DE A. CAMPOS

Declaração.

Devido a imposição feita pelo Sr. delegado de policia do termo, cada- do Fructoso Borges da Ponteira, deixo temporariamente a redacção do «Combatente».

Quando a liberdade for mais ampla e a imprensa não estiver debaixo de uma cœção como a que nos achamos, voltarei a occupar o espinhoso cargo que já ha longo tempo me foi confiado, notado-se ser esta a primeira vez que a policia interviu sobre a nossa linguagem.

Não deixarei de collaborar, no entanto, em suas columnas, porém des- de já declaro que em meus escriptos jamais fallarei sobre politica, ainda que geral.

S. Maria, 12 de Fevereiro de 1892.
C. BRINCKMANN.

Movimento.

Apesar do grande apparato bellico so em que tem se conservado a nossa cidade, os republicanos de S. Maria guardaram sempre a devida calma, não dando um só passo no sentido de reunir gente.

E para que reunir, se todos sabem que isto não expressa mais do que um «susto dos homens que a tede-

cebu muitas amabilidades do colles- ga de peno-mex...

A copa alem da variada, foi servida com toda promptidão.

A meia noite foi servido o chã, o'uma mesa que, não sabemos se a- dmirar a perfeição do gosto pela dis- posição das innumeradas qualidades de fins doces, ou a finessa e cava- lheiroso que sem distincção alguma eram a nota predominante, ja por essa occasião, ja no decorrer da animada «sotôra».

A maior cordialidade sempre pre- sadio a reunião selecta e cheia de at- trativos.

Mogás, musicas e flores, eis o que

tranne quem se conservar no gover- no, que são lhas perigosos?

Ninguém tentou o governo, tanto assim que o Dr. João de Castilhos não accedea ao convite de seus amigos de Porto Alegre, para occupar o po- sesto deixado pelo Sr. Barreto Leite, que se fora para a casahouera «Mara- jô».

Assim é que em Santa Maria o se- lezo sr. delegado não achou a quem prender como sedicioso e, talvez, por isso lembrou-se de nos chamar à poli- cia.

Reunião.

Logo que na Cruz Alta souberam ter cessado em Porto Alegre as pe- quenas desordens, que deram causa a tanto barulho da parte dos srs. «fe- deralistas», foi immediatamente dis- solvida a reunião que fizeram para apoiar o sr. Barreto Leite.

Aqui, entretanto, conservam-se a- inda em acampamento.

E' que la reuniam-se aquellos que desejavam sustentar o sr. Barreto e como era ja desnecessario o sen con- curso, retiraram-se. Aqui, porém, tratou-se de reunir os guardas naci- onaes, quer fossem de um ou de ou- tro partido, por isso é necessario que tenham tempo de se acamardarem e tornarem-se mais destros nos exer- cicios militares, para de outra vez a cousa custar menos trabalho.

Sebastianismo.

O Diário do Rio Grande publica a seguinte noticia, a respeito d'um club monarchista existente na cidade onde vive:

«Com a presença de 42 socios, sa- gundo communicação que recebemos, realisou-se ante-hontem a sessão do Club Monarchista, sendo eleitos para o directorio os Srs. Mario de Artaga, Alberto Sampaio, Manoel J. de Diego Fernandes, Alexandre Luiz Pereira

em synthese, pe'fazia aquelle conjun- to folgazão e jovial.

Eu e com certeza todos que esti- veram na reunião huida em casa do Dr. Vouthier, devem estar ainda debaixo das mais agradaveis impres- sões, ja pelo ameno trato dos donos da casa, ja pela affabilidade recipro- camente huida entre os convidados.

Reitero, portanto, os meus agras- decimentos, pelo convite a mim di- rigido.

Para reuniões como esta, honrosa para os comparços, nunca deixará de comparecer, salvo qualquer for- ça maior, o

DR. OX.

da Silva, Manoel José Machado Filho e Plínio Contrim.

«Vinte e tres socios, diz a commu- nicação a que acima nos referimos, mandaram participar que annuiriam as deliberações da assembleia.

«A sessão terminou com um enthu- siasmo vivo à Sr. D. Isabel, reco- nhecida pelo Club como imperatriz do Brazil.»

E os Srs. federaes não desejam a monarchia...

Doutoras.

Com a devida veus transcrevemos da «Federação» as seguintes linhas:

«Refere um jornal: pela faculdade do Rio de Janeiro, acaba de receber o grão de doutora em sciencias me- dicas e cirurgicas a illustre e talenta- sa moça d. Maria Amelia Cavalcanti de Albuquerque, solteira, natural de Pernambuco.

Pertence ao grupo das heroínas da sciencia que em 1884, com a mais sublime coragem, se entrega- ram ao estudo da medicina.

Foi a ultima que se formou, por- que a sua organização phisica não lhe permitia os esforços e energias das outras que a antecederam.

Tem, pois, o Brasil, actualmente, seis senhoras medicas:

Dra. Rita Lebatto Velho Lopes, riograndense.

Dra. Ermelinda Vasconcellos, i- dem, clinicando no Rio de Janeiro.

Dra. Antonieta Dias, também.

Dra. Maria Amelia, que vai traba- lhar em Pernambuco.

E mais duas, formadas na Bahia, cujos nomes não sabemos.

Depois de 1884, nenhuma outra moça matriculou-se no Rio de Janei- ro.»

Congressistas.

—Quarta feira chegou à esta cida- de o Dr. Joaquim Pereira da Costa, distincto membro do Congresso Na- cional e illustre representante do partido republicano do Estado.

—N'quelle mesmo dia passou pela nossa cidade, o Dr. Homero Baptista, também congressista e intransigente adepto da politica que advogamos.

Imprensa.

Continuamos a registrar o que di- zem do «Combatente» os collegas do Estado :

«O COMBATENTE. —No dia 1.º deste mez entrou em seo 6.º anno de existencia o nosso collega «Com- batente», jornal que se publica na cidade de Santa Maria.

Augmentando o seu formato, o

collega declara que vai introduzir varios melhoramentos em suas officinas typographicas (para o que ja fez diversas encomendas aos Estados Unidos da America do Norte.)

Desejamos ao distincto collega muitas prosperidades na arena jor- nalistica, e queira aceitar as nossas felicitações.

(Do «Eclho da Verdade».)

—Tomou conta da direcção do «Lombeteiro», de Santa Maria, o Sr. Abelardo de Almeida Campos, tendo aquelle jornal augmentado o formato e reformado o material.

(«Correio Mercantil».)

Candidatos.

Lemos na «Gazeta Serrana», da Cruz Alta, a noticia de ter sido in- cluido pelo club monarchista da ci- dade do Rio Grande, o nome do sr. Salathiel Soares de Barros na chapa de candidatos para a Convenção Rio Grandense.

Foi, também, indicado o distincto moço sr. Josino dos Santos Lima.

Ambos residem na Cruz Alta.

Trocos.

A proposito da falta de trocos com que está lutando o nosso com- mercio, lemos uma noticia que talvez possa aproveitar ao mesmo.

Eil a:

«Façamos como se faz em S. Paulo: Vamos all ao correio e á mesa de rendas geraes...

Compramos quantos sellos de 100 e 200 rs. houver...

Colloquemos-os em circulação, com todo o cuidado para se não inutili- sarem.

E depois...

Verão como os trocos se enver- gonham com a competencia e vol- tam à circulação. Verão também como os vales fogem de medo para o fundo das gavetas e prateleiras.

Apenas resta que aquellas repa- rtições tenham genero bastante para attender á procura.»

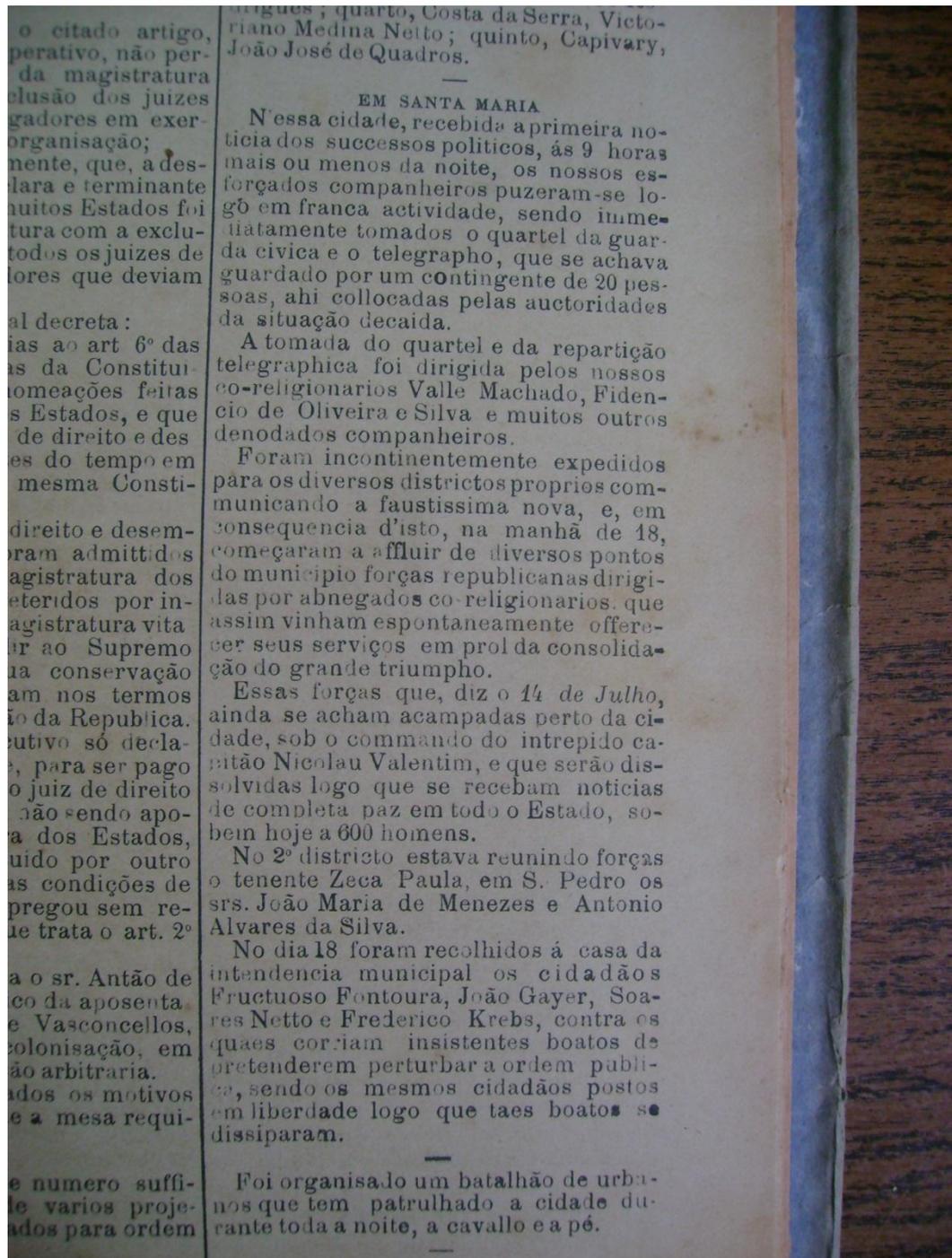
Club Caixeiral.

Esta sociedade realisou domingo a sua partida mensal e sob a direcção dos nossos amigos Valle Machado Fi- lho, Estacio Lemos e Caud. do Brinckmann.

O baile effectuou-se no theatro 13 de Maio, tendo sido transferido do sabado para o dia acima indicado.

A concorrência foi fraca, porém dançou-se animadamente até as 2 horas de manhã, e mais se profun-

Anexo 2 – Jornal “A Federação” do dia 30/06/1892, p. 1



Anexo 3 – Carta do Coronel Ernesto Beck a Júlio de Castilhos, 08/03/1893

Cidadão D.^o Júlio de Castilhos
 Residência Santa M.^a 8 Março de 1893

Prezadíssimo Am.^o Depois de fazer sinceras reflexões pela conservação de nossa preciosa bandeira, passo a orientar-vos de maneira curta. Tão a vossa ordem, aqui vou lutar de cem milhares de dificuldades, sem com entretanto sacrifícios.

Na quadra excepcional que atravessamos, um pequeno grupo de companheiros, até os nomes são distintos, dirigidos pelo Sr. Ramiro, lembraram-se em uma hora, atribuídos com motivos fúteis, de abrir luta com o nosso Intendente Coronel Ralle Machado, pensando chegar a uma comissão executiva. Como bem peço vos, n'algum momento, uma comissão executiva, é completamente estemporânea, se trata de aspectos resentimentos e odios. Ainda mais, fosse afirmado que tal comissão, não obtive mais de votos em todos os Distritos, representando assim, uma insignificante minoria.

O caso á dar-se conta, de serião feito nesta localida-
 de de relatórios ao contrario interpedido por Gabriel
 Oton ^{de} Justo Rocha, Comandante 3º, formou um me com
 este pto humus para marchar, Oton ^{de} Mano
 Comandante 2º, formou um me com dificuldade de
 45 homens, sendo preterido me ^{de} Esperto e vo-
 luntario e contribuyente que marchou. Se a ab-
 luída Comandante executiva, se pode atribuir a
 fute negativa de semelhante reunião, pois que
 os nossos ^{de} Celia: meus esclarecidos, vindo a
 luta entre ^{de} Jempant.º fute vacillantes.
 Sendo sido auxiliado na missão de que me acho in-
 cumbrido, pelo Tenente Tobias, e Majores Felisbi-
 no Beck, e Tedorcio de Oliveira Silva, visto
 que, para não exacerbar mais os animos, te-
 nho proposita ^{de} discede de ouvir a Cor ^{de} Valle

e seus q̄raterito desajugados. Tambem disse a respeito
 me da reunião, a reclamação da Companhia Parari
 de ser ou de 255 homens validos que tem a an. 6812.

Assim pois, si o Omo em que lencões me tenho
 visto, ora procurando conciliar uns, ora outros, e ao
 mesmo tempo, attendendo a reclamações de adver-
 sarios, a aquellas que me parecem intuitivamente
 justas. E' o caso de discurros ainda uma vez, que
 a maioricia do partido nao accinta a Commissão
 executiva em sua totalidade, e que ficou accinte
 de um reunião de ^{no} partido, e em presença de Cos.
 Santos Filho, que em assumim a direção politi-
 ca do partido, no que se acordar com os membros
 da Commissão Ramiro, e Meruliano, que se
 achavam presentes a reunião.
 Nos. Omo Cu. Kall, anda (com justa causa) com pouco e

alterado, peço-vos dirigir-se a elle em parti-
cular, aconselhando-lhe toda a prudencia
na presente emergencia.

Seria bom, tratar o quanto antes, da nomea-
ção do Cay. Henrique Pedro Scherer, para
Chefe de Estado Maior d'este Com^{do},
bem sabeis que eu não posso estar effecti-
vamente no Com^{do}, e ^{de} Santa Carica de meu
Substituto legal. Outros sim, peço-vos que
não remettais ainda, e mesmo im devel-
vais a proposta do corpo N.º 2, visto que
precisa ser retocada, p.^o bem alguns offi-
ciaes agradecidos os postos.

Muito hei a dizer-vos, mas sera de outra vez.

Guardando vossa respeito e ordens

Saudas vos.

Mace Am^o Certo. Recife.

Ernesto Becker

Anexo 4 – Correspondência de Ferraz D. com a declaração do Diretor Geral dos Telégrafos, que inocentava Salvado Pires das acusações proferidas pelo Coronel Ramiro de Oliveira, 31/01/1900

(5)

REPARTIÇÃO GERAL DOS TELEGRAPHOS

Aviso de serviço N.º 1903

Estação de Amario 31 Janeiro 1900

Hora de recepção	Procedencia	Iniciais dos telegraphistas	Hora de expedição
<u>11am</u>	<u>Palegre</u>	<u>Jr. S. Lm.</u>	

Sr. Telegraphista Salvador Pires
Santa Maria

Transcrevo o aviso n.º 80 desta data, que acabo de receber do Sr. Director Geral e do qual vos dou conhecimento por ordem do mesmo Director. Diz assim: "Chefe Districto. Palegre. - Occupadissimo, como tenho estado depois que voltei de minha recente excursão extremamente norte, só agora começo a tomar conhecimento da correspondencia particular chegada durante minha ausencia. É assim que só agora li a carta a mim

IMP. NACIONAL - 211-05

(5)

REPARTIÇÃO GERAL DOS TELEGRAPHOS

Aviso de serviço N. _____

Estação de _____

Hora de recepção	Procedencia	Iniciaes dos telegraphistas	Hora de expedição

2.º

endereçada a 12 de Outubro
 pelo Sr. Salvador Pires, pedin-
 do-me que declarasse si elle con-
 correu para a remoção do Sr.
 Telegraphista João Thomaz Ramos,
 de Santa Maria. Peco-vos que
 communicais ao Sr. Pires que
 a remoção do Sr. Ramos foi
 exclusivamente devida à mi-
 nha iniciativa, lembrando-me
 de remover o Sr. Pires para San-
 ta Maria porque sabia que elle
 desejava uma estação mais pro-
 xima de Porto Alegre, por en-

(5)

REPARTIÇÃO GERAL DOS TELEGRAPHOS

Aviso de serviço N. _____

Estação de _____

Hora de recepção	Procedencia	Iniciais dos telegraphistas	Hora de expedição

3^o

commodos de pessoa de sua família. Mais ainda: A sciencia desse desejo do Sr. Pires foi-me dada por pessoa altamente collocada, estranha á esta repartiçãõ.

O Sr. Pires poderá fazer o uso que e quizer deste meu aviso. (Assignado - Alvaro J. de Oliveira).

D. Ferraz.